



# REVISTA DO CLUBE NAVAL

ISSN 0102-0382 • ANO 128 • Nº 394 • ABR/MAI/JUN • 2020

**ALMIRANTE BARROSO:  
CRIATIVIDADE E CORAGEM  
GARANTEM A VITÓRIA  
EM RIACHUELO**

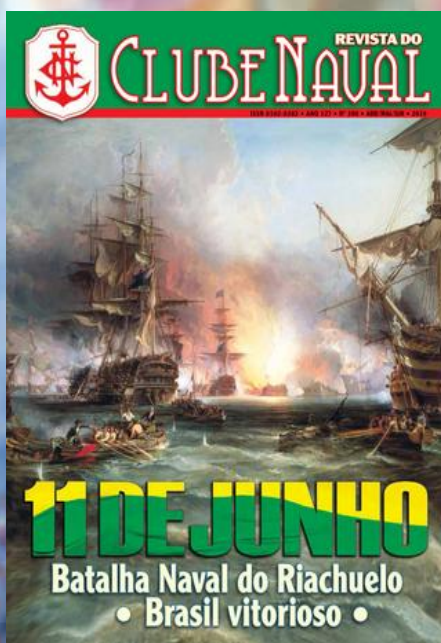




# PUBLIQUE SEU ARTIGO EM NOSSA REVISTA!



OS ARTIGOS PODEM SER INDIVIDUAIS  
OU EM COAUTORIA.



A Revista do Clube Naval aceita trabalhos sob a forma de artigos, crônicas, resenhas e ensaios, relacionados à História, Defesa, Turismo, Transporte, Logística, Saúde, Arte&Cultura e demais assuntos julgados de interesse para o Quadro Social. As colaborações devem ser enviadas conforme as seguintes especificações:

1. **TAMANHO:** até, no máximo, 6 páginas no formato Word, digitadas em fonte Times New Roman ou Arial tamanho 12, com espaço entre linhas de 1,5 e margens de 2,5 cm.
2. **IMAGENS:** deverão ser digitalizadas em 300 dpi no formato TIFF ou JPG.
3. **ENDEREÇO DE E-MAIL PARA ENVIO:** revista@clubenaval.org.br

Caso aprovados pelo Conselho Editorial, os trabalhos passam por revisão e edição, de forma a adequá-los à linha editorial da nossa Revista.



# Nesta edição:

## PALAVRA DO PRESIDENTE

- 2 • Alte Esq (Ref) Eduardo Monteiro Lopes.

## EDITORIAL

- 3 • C Alte (Ref) Antônio Alberto Marinho Nigro.

## 11 DE JUNHO

- 4 • RIACHUELO. UMA BATALHA POLÊMICA? •  
CMG (Ref) Francisco Eduardo Alves de Almeida.

## MEDICINA

- 10 • COVID-19 • Camilla L. Borges e 1T (RM2-S) Shana P. C. Barroso.

## SEMÂNTICA

- 13 • POLÍTICAS • V Alte (Ref-EN) Renato Vilhena de Araujo.

## MARINHA DO BRASIL

- 16 • MARIA JAPONA – Uma lenda de 100 anos •  
CMG (Ref) Sergio Oliveira Araujo.
- 20 • VIAGEM NO TEMPO – Hospital Central da Marinha e Centro de Perícias Médicas da Marinha. Passados, presentes e perenes •  
CMG (RM1-Md) Regis Augusto Maia Frutuoso e  
CF (RM1-Md) Gláucia Regina Dantas Ferreira.
- 26 • A IDA DOS FUZILEIROS NAVAIS PARA O PLANALTO CENTRAL •  
CT (AFN) José Edson Bezerra.
- 32 • A MAIS BELA DA PROFISSÕES • V Alte (Ref) Sergio Tasso Vásquez de Aquino.

## CIÊNCIA & TECNOLOGIA

- 36 • O TEMPO EM DOIS TEMPOS • CC (S) Haendel Motta Arantes.
- 38 • AS BOMBAS DE LASTRO • CMG (Ref) Eden Ibrahim.
- 40 • INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, PORTA-AVIÕES E COVID-19 – China, a nova potência pós-crise? • Cel R /1 FEsp Mario Caldas e CMG (RM1-FN) Andre Accioly.
- 44 • CONSIDERAÇÕES SOBRE O SETOR ELÉTRICO • Luiz Carlos Gabriel.

## HISTÓRIA

- 48 • A MARINHA DO BRASIL NOS PRIMEIROS MOMENTOS DA REPÚBLICA •  
CMG (RM1) Claudio da Costa Braga.

## CRÔNICA

- 54 • BYE, BYE, BAHIA • CMG (Ref) Murilo Galvão.

## REMINISCÊNCIAS

- 56 • A PRIMEIRA ELETROLA DE ALTA FIDELIDADE •  
Claudio Fabiano de Barros Sendin.

## DIREITO E CORONAVÍRUS

- 59 • TELEMEDICINA E COVID-19 • Leonardo Vasconcelos.

## LIDERANÇA

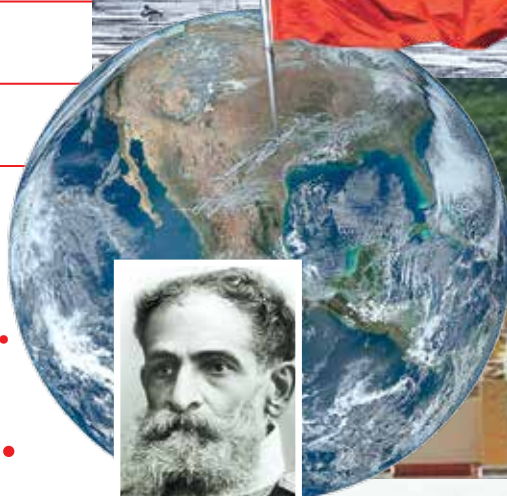
- 62 • OUTRA FORMA DE EFEITO MANADA: sobre decisões em grupo •  
CMG (RM1) Newton Rodrigues Lima.

## TURISMO

- 64 • OBELISCOS • CMG (Ref-FN) Jaime Florencio de Assis Filho.

## ÚLTIMAS PÁGINAS

- 70 • ALGUMAS REFLEXÕES EM TEMPO DE QUARENTENA • CF (Ref) Gilberto Rodrigues Machado.





## Prezados Sócios

**A**presento as condolências aos familiares e amigos dos nossos colegas que partiram contaminados pela Covid-19. É duro. Difícil de aceitar pela rapidez dos acontecimentos. Trata-se de um acúmulo de tristezas atenuado só pela alegria das notícias da recuperação dos que sobreviveram a esta calamidade. Pedimos que Deus acolha os nossos amigos e colegas e conforte os seus familiares. Todos permanecem vivos em nossas memórias.

Sublinho também o comprometimento e o sacrifício dos profissionais de saúde responsáveis pelas boas notícias de recuperação recebidas. Especialmente, aqueles do Serviço de Saúde e de Assistência Social da Marinha, mais diretamente ligados à Família Naval.

De outra parte, participo aos associados que a Administração do Clube permanece presente na preservação e segurança das instalações da Sede Social, do Departamento Náutico (Charitas) e do Departamento Esportivo (Piraquê). A interrupção das atividades exige minucioso trabalho administrativo-financeiro. O comportamento inesperado de receitas e despesas apresenta complexa questão de manter o nosso maior patrimônio – os Funcionários. Sem redução salarial, protegidos e prontos para prestarem os serviços costumeiros aos sócios nas três sedes. Neste ponto, agradeço a valiosa compreensão de todos quantos mantêm o pagamento integral das mensalidades. Vocês são os responsáveis diretos pela resiliência do Clube nesta pandemia.

Fraternalmente,

**Eduardo Monteiro Lopes**

*Almirante de Esquadra (Ref) • Presidente do Clube Naval*

• • •  
**Clube Naval**  
Av. Rio Branco, 180 • 5º andar  
Centro • Rio de Janeiro • RJ  
Brasil • 20040-003

**Presidente**  
Alte Esq (Ref) Eduardo Monteiro  
Lopes

**Diretor do  
Departamento Cultural**  
C Alte (Ref) Antônio Alberto  
Marinho Nigro

**Assessora Cultural**  
CC (RM1-T) Ana Cláudia Corrêa  
de Araujo



REVISTA DO  
**CLUBE NAVAL**

**Direção de Arte e Diagramação**  
Arte-Final  
(21) 99773-9990

**Produção**  
José Carlos Medeiros  
Fabiana Peixoto

**revista@clubenaval.org.br**  
Tel.: (21) 2112-2425

• • •  
As informações e opiniões  
emitidas em entrevistas, matérias  
assinadas e cartas publicadas  
são de exclusiva responsabilidade  
de seus autores.

Não exprimem, necessariamente,  
informações, opiniões ou  
pontos de vista oficiais da Marinha  
do Brasil, nem do Clube Naval,  
a menos que explicitamente  
declarado.

A transcrição ou reprodução  
de matérias aqui publicadas,  
em todo ou em parte,  
necessita da autorização prévia da  
Revista do Clube Naval.

• • •  
Os artigos enviados estão sujeitos a  
cortes e modificações em sua forma,  
obedecendo a critérios de nosso  
estilo editorial.

Também estão sujeitos às  
correções gramaticais,  
feitas pelo revisor da revista.

As fotos enviadas através de e-mail  
devem medir o mínimo de 15cm,  
em jpg ou tif, com 300dpi.





**A** Sociedade testemunha três calamidades de natureza distintas – sanitária, econômica e política. As duas primeiras estão correlacionadas e são compartilhadas com outros países, em intensidades variadas para cada um deles. A terceira incorpora as peculiaridades da política nacional.

Vivemos numa espécie de “Caverna de Platão” onde a imprensa nos projeta as “sombras” da Realidade. A Realidade permanece obscura e ofusca aos mais curiosos que se arriscam a vê-la. Assim, a Calamidade Sanitária, centrada na Pandemia da Covid-19, se vislumbra com uma amplitude modulada pelos arranjos de cada sociedade. Onde existem moradias com acesso à água tratada e ao saneamento básico, juntamente com sistemas de saúde e educação regulares e organizados, o seu ímpeto é menor.

A Calamidade Econômica aparenta ser diretamente proporcional à Sanitária. Quanto maior a segunda, maior a primeira. Já a Calamidade Política exige de nós uma maior atenção. As particularidades da política nacional emprestam-lhe tal desenvoltura que resulta maior gravidade nas questões sanitárias e econômicas. Embora não seja uma exclusividade brasileira, como vislumbrado por intermédio do noticiário internacional, nos afeta de modo diferenciado das outras nações. Afinal, permanecemos no interior de uma “Caverna” no Brasil.

Esta Calamidade Política brasileira se pronuncia em duas vertentes. Uma vertente federativa onde União, Estados e Municípios atuam, diante dos fatos, com extravagante

desarmonia. Outra vertente, a institucional vem à superfície quando os Poderes da República – Executivo, Legislativo e Judiciário - mostram-se como competidores ao invés de parceiros.

Esta Calamidade Política continua a disseminar uma outra velha Pandemia: a Corrupção. É estarrecedor constatar a malversação de recursos dos contribuintes destinados para atenuar os efeitos da Calamidade Sanitária. Nesta situação, a Corrupção se transforma em Genocídio. O qual encontra-se igualmente presente na endêmica falta de Saneamento e deficientes sistemas básicos de Saúde e de Educação para todos os brasileiros. Este Genocídio se torna menos perceptível na ausência da Calamidade Sanitária, onde permanece acobertado na insensibilidade do eleitor e no desatino dos governantes eleitos.

Pior. Daqui do interior da “Caverna”, sem as reformas tributária e político-administrativa do Estado, resta uma tênue esperança de recuperação da Calamidade Econômica - provavelmente, sem atenuação da cruel desigualdade socioeconômica da nossa Sociedade. As



sombras perceptíveis da Realidade indicam a convivência com o cenário fratricida ao fim da Calamidade Sanitária. O “novo normal” não deverá ser tão novo assim para nós brasileiros.

Apesar desse triste panorama, é impossível para um Marinheiro não lembrar dos heróis do 11 de Junho de 1865. A todos eles, nosso respeito, admiração e reconhecimento pelo exemplo legado. Quantos Marcílio Dias, Greenhalgh e Barroso estão, hoje, embarcados em nossas Forças Navais?

**Antônio Alberto Marinho Nigro**

*Contra-Almirante (Ref) • Diretor Cultural*



11 DE JUNHO

# RIACHUELO: UMA BATALHA POLEMICA?

Alocução preparada pelo Capitão de Mar e Guerra (Ref) Francisco Eduardo Alves de Almeida\*, por ocasião da comemoração dos 155 anos da Batalha Naval do Riachuelo e 136 anos do Clube Naval. Infelizmente, este tradicional e tão aguardado evento não pôde ser realizado devido às medidas preventivas contra a disseminação da Covid-19.

**F**oi com muita alegria e honra que recebi o convite para proferir algumas palavras na Sessão Magna comemorativa à Batalha Naval do Riachuelo ocorrida há 155 anos, em 1865.

Por ocasião do convite, fui contatado pelo Diretor Cultural do Clube Naval, Almirante Nigro, que me solicitou abordar o tema sem detalhar questões táticas e estratégicas, já do conhecimento da maioria dos presentes. Sendo eu oficial de Marinha, proveniente, com muito orgulho, de Villegagnon, mas também historiador formado pelos bancos do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Largo de São Francisco, poderia tratar da batalha com uma visão militar, mas também centrada em aspectos historiográficos.

Dessa maneira, senti-me não só honrado, como também feliz, em poder discutir alguns aspectos desse acontecimento em nossa História que foi a Batalha Naval mais importante em que a Marinha Imperial se viu envolvida naquela manhã de 11 de Junho de 1865.

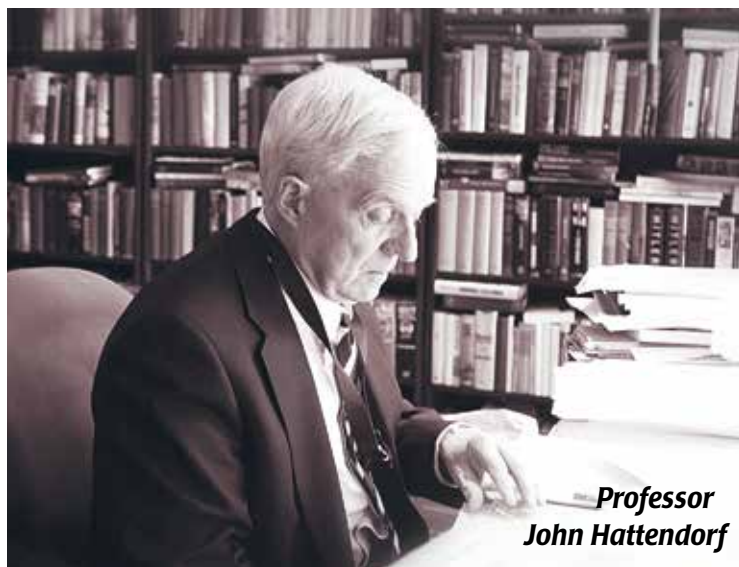
Gostaria, inicialmente, de fazer algumas considerações sobre o estatuto da própria História Naval e de seu campo de atuação, tentando enquadrar não só o evento militar ocorrido no passado, a batalha naval, em uma dimensão histórica particular, a História Política,

como também inserida em uma abordagem específica em relação ao campo de observação que escolhi, a chamada Micro-História.

Antes de qualquer análise mais aprofundada devemos incursionar no campo da Teoria da História para podermos homogeneizar o nosso pensamento. Inicialmente, seria importante distinguir a História Marítima da História Naval. Embora possam figurar no mesmo campo de atividades, elas não são coincidentes.

A primeira, a História Marítima, investiga particularmente os campos ligados à ciência, à tecnologia, à cartografia, à indústria, à economia, ao comércio, à política marítima, às relações internacionais envolvendo o mar, ao desenvolvimento organizacional e institucional marítimo, às comunicações, à migração conectada com o mar, ao estudo das leis marítimas, aos assuntos sociais ligados ao mar, à liderança política com foco no campo marítimo, à ética marítima, à arte ligada ao mar e à literatura naval. Observamos que o campo de atuação da História Marítima é vasto e multifacetado, abarcando questões não necessariamente militares.

O professor John Hattendorf, da Escola de Guerra Naval norte-americana, define História Naval, um subgrupo da História Marítima, como sendo a História que envolve especificamente o estudo e análise dos



*Professor  
John Hattendorf*

modos como os governos organizam e empregam a força no mar para atingir os seus objetivos nacionais. Um dos grandes historiadores navais do século XX, o Almirante britânico Sir Herbert William Richmond, professor da Universidade de Cambridge, personalidade fascinante que tem atraído minha atenção nos últimos anos, assim descreveu em 1939 o que interessaria à História Naval:

**“A História Naval inclui os “porquês” da estratégia em todas as suas fases, da esfera política até a tática de esquadras e esquadrons. Inclui também os “como” e não menos importantes os “porquês” dos sucessos e fracassos. Ela abarca todos os elementos da diplomacia: o relacionamento da economia e o comércio, das leis internacionais e neutralidade, de posicionamentos em combate, dos princípios e da administração da conduta da guerra, da natureza das armas e da questão das personalidades envolvidas nas decisões”.**

Assim os historiadores navais se debruçam sobre a condução da manobra de crise e da guerra no mar. Seus instrumentos de trabalho, os documentos, os indícios, a oralidade, as memórias, as cartas, enfim toda a sorte de fontes chamadas “primárias”, não excluindo as “secundárias” com novas interpretações.

Dessa forma, a História Naval está inserida na História Marítima. Por sua vez inclui-se também na História Militar, dentro da dimensão História Política. Isso não significa dizer que a História Naval por si só tenha



*Sir Herbert  
William Richmond*

independência temática. Longe disso. Sua intercessão com outras dimensões é mais que evidente.

De acordo com o professor José D’Assunção Barros, que foi de minha banca de doutorado na UFRJ, o campo de observação do agente histórico, dentro do aspecto abordagem, pode também comportar a História Imediata, a História Local, a Regional, a História Quantitativa, a Biografia Histórica e, por fim, a Micro-História. A História Naval trafega com desenvoltura em todas essas abordagens.

A Micro-História, por exemplo, abordagem por mim escolhida para descrever a Batalha Naval do Riachuelo, é uma redução na escala de observação do historiador com o intuito de perceber aspectos que, de outro modo, passariam despercebidos. O que pretendo discorrer é a trajetória de determinados atores dentro do embate naval, suas percepções, anseios, temores e comportamentos. Não pretendo biografar nenhum personagem durante a batalha, mas sim perceber as suas reações em um momento de grande tensão psicológica, em especial na fase final do combate naval em Riachuelo, meu campo principal de observação.

O que pretendo transmitir aos senhores, com essa minha exposição, é uma visão particular de alguns combatentes envolvidos na ação naval sob a lente de um microscópio e não de um telescópio. Estarei fugindo da grande narrativa épica da batalha? Certamente.

Alguns notáveis historiadores navais do passado não muito distante já tiveram a coragem, clareza e o tirocinio de focar a Batalha Naval do Riachuelo sob o ponto de vista tático e estratégico. Cito o decano dos historiadores navais brasileiros, Almirante Hélio Leôncio Martins, orgulho de nossa História Naval e de nossa Marinha. A ele quero particularmente prestar uma homenagem especial. Sua personalidade cativante e jovial, aliada a sua fina erudição, nos brindou com excelente História Naval. Ao mestre de todos nós, Almirante Leôncio, rendo minha modesta homenagem. A sua falta é por nós muito sentida.

Outro historiador que discutiu essa batalha em detalhes foi meu ex-professor de História da Escola Naval, Comandante Professor Doutor Antonio Luiz Porto e Albuquerque, exemplo de dedicação ao magistério e incentivador para que eu prosseguisse nos estudos históricos universitários, falecido recentemente, uma perda muito sentida também. Enfim, grandes historiadores navais que modestamente reverencio.



Como mencionei, minha abordagem será centrada na parte final da batalha, quando a situação parecia estar decidida a favor da vitória paraguaia, no momento em que o Chefe de Divisão Francisco Manuel Barroso investiu com a proa da Fragata *Amazonas* contra os navios paraguaios e, em questão de minutos, reverteu uma vitória inimiga em uma derrota inesperada e definitiva. Existiram exemplos de batalhas em que tudo indicava uma vitória de determinado contendor, quando algo aconteceu que fez reverter todo o curso do combate, fazendo pender a balança para o outro lado. Na Segunda Guerra Mundial, a batalha de Midway foi um desses exemplos. O Almirante Nagumo, Comandante da Força Naval japonesa em Midway, indeciso sobre o uso de bombas ou torpedos nos aviões de ataque expostos no convés de seus porta-aviões, foi encontrado pelos aviões norte-americanos do Comandante McClusky e, em questão de seis minutos, essa força naval japonesa foi neutralizada, revertendo o curso das ações, até aquele momento favorável aos japoneses. Esse foi o ponto de inflexão de Midway. Durante o combate de Riachuelo as bicadas de Barroso foram o ponto de inflexão dessa batalha. Até aquele momento, perderíamos o confronto para os paraguaios.

Baseei-me para esse texto em documentos históricos e relatos de participantes da batalha e, por meio de seus depoimentos precisos, pude perceber o curso das ações. Menciono particularmente o excelente e raro “Estudo da Batalha de Riachuelo”, do Chefe de Divisão Ignácio Joaquim da Fonseca, editado pela Livraria Lombarts aqui do Rio de Janeiro, em 1883. Vamos então mergulhar na batalha nos seus momentos finais.

A *Amazonas*, seguida da *Beberibe*, *Mearim*, *Araguari*, *Iguatemi* e, por fim, da *Ypiranga*, manobrava abaixo da Ponta de Santa Catarina, único local do rio que oferecia largura suficiente para uma guinada franca pela esquerda (bombordo) e uma profundidade condizente com o maior calado da formatura, o da *Amazonas*, onde se encontrava Barroso, de cerca de 14 pés.

No lado paraguaio, com exceção da *Paraguari*, avariada pela *Parnaíba* e da *Jejuí* encalhada na Ponta Santa Catarina, o restante dos navios ainda mantinha um poder combatente suficientemente poderoso para vencer o embate.

Ao fim da guinada, o Chefe de Divisão Barroso investe em coluna rio acima para auxiliar a *Parnaíba* e atacar os primeiros navios paraguaios a partir de Santa Catarina.

Chegou-se então ao momento culminante da

**A Parnaíba  
resiste a três vapores paraguaios  
durante a Batalha do Riachuelo  
(Gravura de Morel-Fatio e Bouier - 1865)**



batalha: a manobra de abalroamento dos navios paraguaios, realizada pela *Amazonas*. Muito se tem discutido a respeito dessa ação de Barroso. Questionamentos, dúvidas, incertezas e muitos erros metodológicos de historiadores estrangeiros.

A manobra iniciou-se com a utilização da *Amazonas* como ariete contra a *Jejuí* que foi posta a pique. Seguiu-se a *Marquês de Olinda* e o *Salto Oriental*, levando de roldão uma chata artilhada. O Comodoro paraguaio Mezza, percebendo a situação se deteriorar rapidamente, desatraca de contrabordo da *Parnaíba* e segue com a *Taquary* para se juntar ao *Igurey*, ao *Pirabebe* e ao *Iporá*. É perseguido na ação pela *Beberibe* e pela *Araguari*. A *Iguatemi*, por outro lado, permaneceu atirando contra as chatas e as fortificações de terra. A *Mearim* foi auxiliar a *Belmonte* encalhada. A *Ypiranga* acompanhou a ação da *Amazonas*, subindo o rio. As cinco chatas inimigas foram todas aprisionadas. A derrota, quase certa, transformou-se em vitória definitiva. Foi por certo o ponto de inflexão desse combate.

Muitos questionamentos surgiram após a batalha sobre de quem teria sido a ideia de se utilizar a proa da *Amazonas* como ariete. Na imprensa imperial diversos foram os questionamentos. Não pretendo repetir os argumentos de todos os três lados envolvidos na discussão.





Um dos lados afirmou que a manobra realizada teve como autor o próprio Barroso. Um outro grupo, ao contrário, imputou ao práctico Bernardino Gustavino e não a Barroso a manobra de abaloamento dos navios inimigos, chegando alguns mais maldosos a declarar que Barroso teria “congelado” durante o combate, fazendo com que Bernardino agisse para evitar o desastre. O dono dessa versão foi George Thompson em seu livro “A Guerra do Paraguai” de 1869, já traduzido para o português. Thompson era um engenheiro inglês que atuava junto ao Exército de Solano Lopez e um memorialista limitado. Por fim, outro grupo afirmou ser Delfim Carlos de Carvalho, o futuro Barão da Passagem, imediato da fragata que depois se distinguiria como Comandante das Forças Navais brasileiras no Paraguai, substituindo seu sogro, o Visconde de Inhaúma.

Outros historiadores mais capacitados já discutiram essa questão a fundo e não pretendo rediscuti-la. O que pretendo é discutir a forma como as fontes foram trabalhadas e os erros metodológicos cometidos, tomando como base os depoimentos daqueles que participaram.

Inicialmente o Primeiro-Tenente Von Hoonholtz, futuro Barão de Tefé, da *Araguari*, assim descreveu a ação de Barroso nesse momento crucial da batalha:

**“É notório e desde logo se soube na esquadra que as**

**bicadas do Amazonas foram ordenadas propositadamente por V.Exa [Barroso] que do alto do passadiço era visto por todos a dar ordens para evoluções do capitânia, com a coragem e sangue frio que nenhum dos combatentes dessa gloriosa jornada poderá jamais esquecer, nem terá nunca a insensatez de negar ou desconhecer no ínclito Chefe Barroso.”**

O Comandante da Fragata *Amazonas*, Capitão de Fragata Theotonio Raymundo de Brito, que se encontrava no passadiço ao lado de Barroso declarou:

**“Obedecendo às ordens de V.Exa subi o rio acima e fomos abalroando os vapores inimigos, conseguindo inutilizar três e meter a pique uma das chatas. Esta manobra, penso, fez com que todos os vapores inimigos abandonassem o combate e bem assim a gente que guarnecia as chatas.”**

O Segundo-Tenente Júlio César de Noronha, futuro Ministro da Marinha de Rodrigues Alves, oficial da *Amazonas*, assim se pronunciou:

**“Sempre atribuí a V.Exa a iniciativa da manobra que ocasionou a perda dos vapores paraguaios Jejuy, Salto e Marquês de Olinda....A habilidade não vulgar com que o ilustre almirante Barão do Amazonas soube aproveitar-se do poder resistente da proa de seu navio para acelerar o momento da vitória e infligir sérios desastres ao inimigo, recomenda-o à veneração dos povos do Império e do Prata.”**

Outro oficial do navio, o Guarda-Marinha Manoel José Alves Barbosa, presente também no passadiço da Fragata *Amazonas*, foi mais longe ao afirmar que:

**“As investidas dadas pelo Amazonas sobre os vapores paraguaios não foram casuais mas sim premeditadas como o plano de ataque concebido por V.Exa a quem sobre o passadiço do navio onde durante toda a ação me achei transmitindo as ordens e sinais para o combate, ouvi mais de uma vez ordenar com insistência ao práctico Bernardino Gustavino que declarasse logo que o navio se achava em posição de poder executar aquela manobra.”**

O Primeiro-Tenente Carlos Frederico de Noronha, outro oficial da *Amazonas*, declarou, quando questionado por escrito por Barroso que: **“A iniciativa da manobra que inutilizando os vapores Jejuy, Salto e Marquês de Olinda, tornou a vitória mais decisiva foi de V.Exa, cujo nome a gratidão nacional inscreverá no panteão da História.”**

Outros oficiais fizeram declarações semelhantes confirmando a manobra como de autoria de Barroso. A documentação oficial confirma a manobra como de Barroso. E Bernardino Gustavino? Como foi a sua declaração? Disse ele:

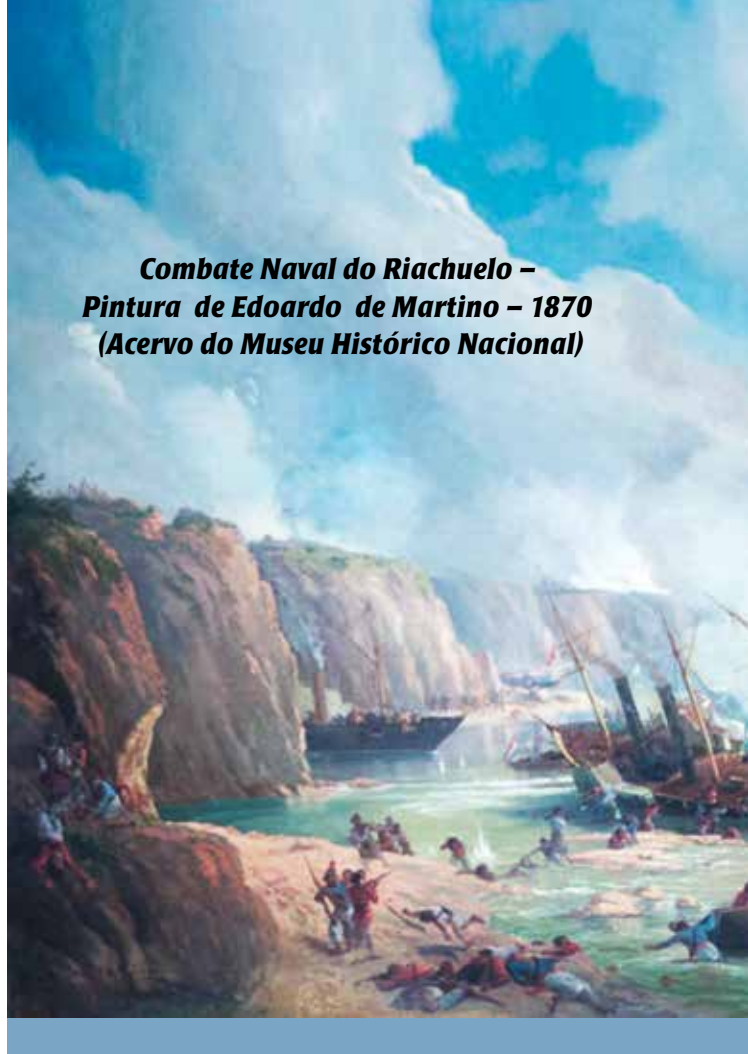
“Que havendo suspendido os navios paraguaios e estando travado o combate entre as duas esquadras, o vapor Amazonas, quando seguira águas acima, encontrara fundeado o vapor paraguaio Jeju e fora sobre ele por iniciativa e ordem do então Chefe de Divisão Francisco Manuel Barroso e isto depois de consultar a ele depoente (Bernardino) se havia água bastante para a Amazonas e obter resposta afirmativa. E que o bom êxito dessa manobra que pôs a pique o dito vapor paraguaio, levara o mesmo chefe a repeti-la contra outros navios inimigos que tiveram a mesma sorte da Jeju.”

Essa declaração de Gustavino foi feita por escrito e assinada na presença de testemunhas: três oficiais superiores e uma praça brasileiros. Mesmo se fosse Gustavino o autor da manobra, a autorização para executá-la sempre é a do Comandante, responsável por tudo o que ocorre de bem ou mal na sua força naval, assim Barroso era o responsável por ela.

Para um analista sem formação histórica, isso seria suficiente para confirmar a autoria da manobra como sendo de Barroso. Entretanto o historiador profissional ainda não ficaria satisfeito com os relatos e o confronto de declarações. Seria necessária a averiguação de quem era aquele Chefe de Divisão que realizou ou não a manobra. Essa investigação seria obrigatória e necessária metodologicamente. Quem era Barroso? Será que ele “congelaria” em uma manobra crítica como alguns detratores, como por exemplo Thompson, alegaram? Vejamos quem foi Barroso.

Nascido em Lisboa em 1804, entrou para a Academia Real de Guardas-Marinha em 1821. Como oficial subalterno lutou na Guerra da Independência, na terrível Guerra da Cisplatina, sempre a bordo de navios da Armada Imperial. Durante a Regência lutou na Revolta da Cabanagem no Pará e na Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul. Foi promovido a Chefe de Divisão em 1856. Comandou a charrua *Carioca*, o brigue *Imperial Pedro*, o patacho *Patagônia* e as Corvetas *Imperial Marinheiro*, *Sete de Abril* e *Bahiana*. Era assim um homem curtido pelas lides marinheiras, com diversos comandos de navios e com ampla experiência de combate, aprendida na Cisplatina e nas costas brasileiras durante as revoltas regenciais. Já comandava a Segunda Divisão em operações de combate no Rio Paraná desde o início da campanha. Muito dificilmente se apavoraria em uma situação de combate pela própria experiência que tinha em ações de guerra. Assim, os relatos parecem corroborar o perfil profissional e psicológico de Barroso. Além do mais, caso ele “congelasse na ação”,

**Combate Naval do Riachuelo –  
Pintura de Edoardo de Martino – 1870  
(Acervo do Museu Histórico Nacional)**



por certo, mesmo na vitória das armas brasileiras, ele não permaneceria no teatro de operações, pois estaria desmoralizado perante suas tripulações. Não devemos esquecer, não só que continuou comandando a Segunda Divisão, como assumiu posteriormente a função de Chefe de Estado-Maior de Tamandaré. Seria nomeado, por Pedro II, Barão do Amazonas, como reconhecimento aos serviços prestados ao Império. A investigação de George Thompson deve ser descartada como inverossímil e totalmente falsa sob o ponto de vista de uma história que busca a verdade ou pelo menos a verossimilhança. Por certo Thompson deveria ter muitos motivos para desacreditar a vitória brasileira atingindo particularmente o comandante brasileiro, afinal o seu salário era pago por Solano Lopez, sendo o livro publicado ainda durante a vigência da guerra, um motivo para prejudicar o esforço de guerra do Brasil. Thompson não se encontrava no combate e por certo era um mau historiador, procurando “imaginar” fatos que agradassem seu pagador Solano Lopez.

Senhores.

Em poucas palavras esse foi o ponto de inflexão de Riachuelo. Utilizei fontes primárias e procurei





avidamente o confronto de relatos. Não analisei o aspecto estratégico, nem as considerações táticas. Analisei os comentários dos participantes das ações no momento em que elas ocorreram, de forma a apresentar um quadro mais verossímil. Temo muito a palavra “verdade” em História. Prefiro verossimilhança, pois a descoberta de novos documentos poderá alterar totalmente a interpretação e a “verdade corrente”.

Procurei assim utilizar a abordagem micro-histórica como ferramenta de meu campo de observação. Não tive a pretensão e nem a competência de seguir os passos do ilustre professor Carlo Ginsburg, um dos mestres da Micro-História. Esse conhecido mestre italiano em seu livro vibrante *O Queijo e os Vermes* conseguiu retratar, por meio de textos processuais da Inquisição contra o moleiro Menocchio no século XVI, todo um arcabouço do cotidiano e das ideias que permeavam o universo que o circundava. Os relatos do próprio Menocchio ajudaram nessa compreensão.

O que a Micro-História pretende é a redução na escala de observação do historiador de modo a perceber aspectos que passariam despercebidos. O que tentei configurar foram as diferentes visões de um momento

crucial na batalha e por quem ele foi idealizado.

A História não pode ser percebida apenas como documentação escrita. História é mais que apenas o documento formal. Os relatos dos protagonistas são fundamentais e devem ser confrontados entre si e em relação aos resultados finais da ação histórica analisada para se chegar a uma conclusão.

A Batalha Naval do Riachuelo, como fato histórico, continuará sempre a despertar o interesse dos historiadores navais. Ela será sempre discutida com novas abordagens. Foi isso que tentei fazer com esse breve relato micro-histórico. Compete ao historiador perceber essas tendências e procurar, na medida do possível, separar o que para ele tem pertinência e o que não tem.

Aí está exatamente a beleza da História.

Termino o meu relato com partes de um poema da conhecida poetisa do século XIX Adélia Josefina de Castro Fonseca, esposa do Chefe de Divisão Inácio Joaquim da Fonseca, autor do *Estudo sobre a Batalha do Riachuelo* sobre a vitória brasileira, publicado no periódico *Bazar Volante* aqui do Rio de Janeiro, em 9 de outubro de 1865, cujas estrofes são as seguintes:

***Contempla ufano o teu audaz Barroso  
Esse famoso, endeusado herói  
Que desprezando do inimigo a sanha  
Com força estranha seu poder destrói  
Choras a Marcílio Dias  
Esse intrépido soldado  
Que sucumbiu denodado  
Numa luta desigual  
Choras, por que ainda julgas  
Ouvir de heroísmo o grito  
Que o teu raro Benedito  
Soltou na hora final  
De Riachuelo as vitórias são feitos de armas  
São glórias que te devem consolar  
A esses teus filhos caros  
A esses mártires santos  
Sufrágios em vez de prantos  
Rende ó pátria aos pés do altar.***

Muito obrigado. ■

---

\* Graduado, Mestre e Doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui o pós-doutoramento pela Universidade de Lisboa. Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval.



# COVID-19

Camilla L. Borges\*<sup>1</sup> e 1T (RM2-S) Shana P.C. Barroso\*<sup>2</sup>



*Uma rua em Wuhan*

**A** doença que recebeu o nome de COVID-19 (do inglês, *coronavirus disease* – 2019) é causada por um novo coronavírus, denominado SARS - CoV-2 (do inglês, *severe acute respiratory syndrome coronavirus 2*), em referência a outro coronavírus que causou surtos de uma síndrome respiratória aguda em 2002.

Os coronavírus são vírus envelopados, isto é, apresentam uma bicamada lipídica ao redor do seu capsídeo (sua estrutura proteica), e graças a esse envelope é possível inativá-lo nas superfícies com álcool 70%.

Outra característica dessa família viral é possuir como material genético o ácido ribonucleico, comumente chamado de RNA. Os vírus com RNA são conhecidos por mutarem com mais facilidade que os vírus que possuem o ácido desoxirribonucleico (DNA).

Os primeiros casos desse novo vírus foram notificados em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, China. No final de janeiro, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto do novo coronavírus constituía uma emergência de saúde pública de importância internacional até o decreto de pandemia, em 11 de março.



Segundo a OMS e o Ministério da Saúde brasileiro, até a primeira semana de junho havia mais de 7 milhões de pessoas infectadas no mundo, sendo mais de 700 mil casos no Brasil, deixando-nos entre os 10 países do mundo com mais casos de COVID-19.

## Como ocorre a infecção?

A transmissão ocorre principalmente de uma pessoa contaminada para outra. Isso acontece por meio do contato próximo entre elas, pois ao tossir, falar ou espirrar, liberam-se pequenas gotas, nas quais pode haver a presença do vírus. Além disso, o contato das mãos contaminadas com a boca, nariz e olhos é uma forma muito comum de contrair o coronavírus. Isso ocorre porque muitas vezes elas são usadas para cobrir a boca quando as pessoas tosse ou espirram, tocam em superfícies contaminadas ou apertam as mãos de pessoas contaminadas.

## Quais são os sintomas?

A maioria dos sintomas é similar aos sintomas da gripe ou do resfriado comum, porém, podem aparecer diarreia, calafrios, dor na região dos pulmões (popularmente descrita como “dor nas costas”) e dificuldade respiratória. Também tem sido relatado perda do olfato e do paladar. Os sintomas costumam aparecer, em média, de 5 a 6 dias após o contágio, contudo existem indivíduos que não apresentam nenhum dos sintomas, mas são portadores e disseminadores do vírus.



## Quais são os grupos de risco?

As pessoas que possuem doenças imunodepressoras, que fazem uso de quimioterápicos, e idosos são consideradas grupos de risco. Além dessas, as que possuem doenças crônicas, tais como pressão alta, diabetes, obesidade e problemas cardiopulmonares também estão incluídas. Em princípio, gestantes também estão sendo descritas como grupo de risco devido às alterações imunológicas que ocorrem naturalmente no decorrer da gravidez.

## Como se proteger?

As principais recomendações do Ministério da Saúde são: sair às ruas apenas para suprir as necessidades básicas, sempre usando máscara; não ir a lugares com aglomerações de pessoas; manter distância mínima de 2 metros de outros indivíduos; lavar bem as mãos com água e sabão ou utilizar álcool 70%; não tocar olhos, nariz e boca com as mãos sujas; higienizar superfícies com álcool 70% ou água sanitária diluída em água.

O recolhimento domiciliar e as medidas de higiene são as melhores maneiras de se preservar.

## Quando usar máscara?

As máscaras constituem uma barreira física contra a disseminação viral. Dessa forma, é recomendado que sejam utilizadas pelas pessoas ao saírem de suas moradias ou mesmo em casa, se existir algum familiar suspeito ou confirmado. É fundamental observar que há diferentes tipos de máscaras e que se deve ter atenção à maneira correta de colocar, usar, retirar e descartá-las



Segundo o Ministério da Saúde, as máscaras denominadas N95 ou similares, que possuem uma capacidade de filtragem e resistência maiores, devem ser usadas, sobretudo pelos profissionais de saúde. As máscaras de tecido devem ter dupla camada e ser bem ajustadas ao rosto cobrindo a boca e o nariz.

## Como é o diagnóstico laboratorial?

Dois tipos de testes têm sido amplamente utilizados em pacientes suspeitos de COVID-19: o RT-PCR e os testes rápidos.



O teste molecular conhecido como RT-PCR (do inglês *reverse-transcriptase polymerase chain reaction*), atualmente é considerado o “padrão ouro” para diagnóstico do novo vírus, pois o método apresenta maior exatidão nos seus resultados e deve ser realizado, principalmente, em pacientes que estejam na fase aguda da doença ou nos primeiros dias após a infecção. Para sua realização, são colhidas amostras de secreções da nasofaringe e orofaringe (através das narinas e da boca) do paciente, a partir das quais se procura identificar o RNA viral - material genético do vírus.

Já o teste imunológico ou sorológico, popularmente chamado de “teste rápido”, é mais indicado a partir de 10 dias após o início dos sintomas, segundo a ANVISA. Esse exame, visa à detecção de anticorpos (chamados IgM e/ou IgG) contra o coronavírus em amostra de sangue, os quais são produzidos naturalmente pelas pessoas que já foram expostas a tal vírus. O diagnóstico não deve ser baseado apenas no resultado de testes desse tipo, uma vez que há relatos na literatura de pessoas infectadas que só desenvolvem anticorpos em quantidades detectáveis pelos testes atuais até 20 dias após o início dos sintomas. Ademais, os testes atuais

exibem baixa sensibilidade para detecção viral.

Para concluir se há ou não a presença do SARS-CoV-2, os resultados dos testes devem ser interpretados por um profissional de saúde capacitado que deve considerar sinais e sintomas além de outros exames complementares.

## Quando buscar tratamento?

Recomenda-se que apenas os indivíduos que apresentem sintomas respiratórios mais graves, tais como falta de ar, procurem atendimento nos hospitais.

Aquelas pessoas que estejam assintomáticas ou com sintomas leves devem permanecer em casa, de modo a realizar isolamento domiciliar por aproximadamente 15 dias, sempre utilizando máscaras e com as devidas medidas de higiene.

É importante ressaltar que ninguém deve se automedicar. Isso porque a eficácia de fármacos, amplamente falados nas últimas semanas, ainda está em fase de testes pela comunidade científica para o tratamento da doença causada pelo novo coronavírus. Além disso, é fundamental que sejam avaliados os efeitos adversos dessas medicações antes do seu amplo uso.

O Ministério da Saúde possui ferramentas gratuitas onde é possível ter ajuda para averiguar a gravidade dos sintomas e tirar dúvidas sobre possíveis *fakes news*: o “Disque Saúde”, por meio do qual usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e profissionais de saúde possam entrar em contato com a ouvidoria do SUS para solicitar informações e fazer denúncias; e o “Saúde Sem Fake News”, por onde se pode enviar mensagens com imagens ou textos para confirmar se a informação procede.

A Marinha do Brasil também possui um canal de comunicação sobre saúde chamado “Saúde Naval”, onde podemos encontrar informações atualizadas e escritas por especialistas. Basta acessar o endereço: [www.marinha.mil.br/saudenaval/](http://www.marinha.mil.br/saudenaval/).

Pesquisadores do mundo todo estão dedicados a entender a patogenia, buscar antivirais, melhores técnicas para detecção viral e vacinas. Por hora, temos que fazer nossa parte seguindo a recomendação dos órgãos de saúde e adequando nosso comportamento para evitar a rápida disseminação viral. ■

- Para **Disque Saúde**: ligar 136
- Para **Saúde Sem Fake News**: enviar mensagem via *WhatsApp* para (61) 99289-4640

\*1 Técnica em Biotecnologia da Fundação Oswaldo Cruz.

\*2 Bióloga Virologista.





# POLÍTICAS

V Alte (Ref-EN) Renato Vilhena de Araujo

**“Lutar com palavras  
é luta mais vã.  
Entanto lutamos  
mal rompe a manhã.”**

Carlos Drummond de Andrade

Existem inúmeros documentos publicados versando sobre o assunto “políticas”, os quais foram formulados, tanto por entidades públicas, quanto por particulares. Elas são frequentemente apontadas como soluções para todo tipo de problemas que surgem, nos mais variados âmbitos.

Tais documentos merecem ter seu conteúdo analisado e bem compreendido, a fim de se ter uma ideia mais nítida do seu alcance e dos resultados que podem razoavelmente ser esperados de sua aplicação na prática.

Ocorre que, como anotado pelo poeta no verso acima, o verdadeiro significado das palavras é motivo de nossa preocupação constante, em especial (como ocorre com a palavra “política”) quando elas são utilizadas com múltiplos sentidos e, portanto, não comportam uma única definição simples e precisa.

As definições do vocábulo “política” encontradas em dicionários costumam ser muito abstratas e genéricas, combinando elementos de arte, técnica, instinto, descortino, experiência, astúcia e sorte, as quais, em que pese serem elegantes, abrangentes e bem postas, não

se prestam a servir como ferramentas úteis para ajudar no estudo objetivo de políticas navais, por exemplo.

Por se referirem sempre ao futuro, tais definições costumam ter o incômodo de exigir que quem quer que venha a formular uma “política” tenha, em alguma medida, o dom da profecia, a fim de antecipar acuradamente todas as medidas necessárias e suficientes para prevalecer sobre algum inimigo ou sobre alguma dificuldade que venha a surgir.

No entanto, para harmonizar o trabalho conjunto de muitas pessoas e para que se possa estudar e debater as políticas com real proveito parece necessário discriminar claramente os vários sentidos desta palavra de modo a usá-la com mais segurança e clareza.

## ACEPÇÕES

A palavra “política” é policresta e pode ser desdobrada em suas acepções mais comuns, as quais são denotadas por diferentes palavras em inglês: poder (*politics*), planos (*plans*) e princípios (*policies*). Os planos são políticas ditas de ação (dizem como as coisas serão), ao passo que os princípios são políticas ditas de intenção (dizem apenas como se deseja que as coisas sejam no futuro), sendo sempre oportuno lembrar a fina ironia de Millôr Fernandes: “há princípios para todos os fins”.

Assim, um dado enunciado sobre política poderá ter, tanto um conteúdo de planejamento (objetos, custos, prazos), quanto um de exercício de autoridade sobre outrem (organização, hierarquia, competência, governança), quanto um de princípios genéricos (preceitos, conceitos, doutrinas, diretrizes, praxes, metas, objetivos, ideais), quanto uma combinação deles todos.



Além de atentar para estas diferentes acepções, há que se considerar ainda o alcance do enunciado dentro da escala de tempo que for relevante em cada contexto específico.

Normalmente, se espera que as “políticas” se refiram a um futuro não muito próximo, embora haja também várias políticas já publicadas referidas a prazos médios e mesmo a prazos bastante curtos. É bastante disseminada a noção vaga de que planos militares (e esportivos) de curto prazo são “táticas”, os de médio prazo são “estratégias” (o horizonte estratégico de planejamento do Supremo Tribunal Federal, por exemplo, é de 5 anos) e os de prazo mais longo são “políticas”.

Na prática, os documentos que versam sobre “políticas” (há inúmeras leis e decretos estabelecendo políticas públicas para os mais variados assuntos) são formulados, invariavelmente, em termos muito cautelosos, vagos, ambíguos e genéricos, não servindo como orientação efetiva para trabalhos que produzam resultados concretos. Assim, as políticas existentes não podem ser postas em prática diretamente. Além disso, costumam não ser devidamente fundamentadas e, por este motivo, não comportam revisão e análise crítica, impossibilitando avaliações e estudos acadêmicos, por exemplo.

A grande popularidade dos documentos versando sobre políticas vem do fato de que geralmente não despertam nenhuma oposição, por serem sempre benfazejas, não envolverem despesas, não criarem obrigações e não ensejarem cobranças nem a curto, nem a médio, nem mesmo a longo prazo.

A tabela a seguir procura mostrar várias palavras usualmente usadas para descrever o conteúdo de documentos sobre política, conforme a acepção e o prazo de interesse.

Claramente, todas as palavras na tabela abaixo



denotando os diferentes tipos de conteúdo têm inúmeros sinônimos que podem também ser usados livremente sem prejuízo da clareza, desde que fique bem estabelecida a acepção e o prazo de interesse para o assunto em estudo. Um exemplo disso são as palavras “projeto” e “programa” que constam da tabela com os significados que tinham antes da revisão da sistemática do Plano Diretor e que agora estão sendo invertidos para se coadunar com o planejamento plurianual federal.

Ao encontrarmos, por exemplo, a expressão “política pública de educação”, devemos considerar que ela pode estar se referindo a um “programa de mais longo prazo para a educação” (*plans*), ou à “governança do sistema público de educação” (*politics*), ou ainda aos “princípios deontológicos que devem reger a educação” (*policies*) ou, ainda, a uma combinação de todos estes assuntos.

Como se vê, o uso desta palavra, sem antes precisar o contexto em termos de acepção e prazo, abre muito espaço para infundáveis polêmicas e desentendimentos. Portanto, a bem da clareza dos conceitos a serem abordados num

| CONTEÚDO DE POLÍTICAS |                 |             |            |           |
|-----------------------|-----------------|-------------|------------|-----------|
| Prazos                |                 | Curto       | Médio      | Longo     |
| Princípios            | <i>Policies</i> | Praxe       | Diretriz   | Doutrina  |
| Poderes               | <i>Politics</i> | Competência | Governança | Ideologia |
| Planos                | <i>Plans</i>    | Método      | Projeto    | Programa  |





estudo acadêmico, por exemplo, parece que seria sempre conveniente definir bem a aceção e o prazo de interesse para balizar as considerações a serem expendidas.

Considerando que os cursos de altos estudos da carreira militar normalmente se destinam a formar os chefes de amanhã (não os de hoje, nem os de um futuro muito longínquo), parece que o prazo médio seria o de maior interesse para os trabalhos acadêmicos destes cursos ao abordar assuntos ditos políticos.

A análise de documentos que versam sobre temas políticos como, por exemplo, a Estratégia Nacional de Defesa, poderia iniciar por separar seu conteúdo em: princípios, poderes e planos, a curto, médio e longo prazos, considerando sempre a relatividade temporal do contexto, a fim de que os vários assuntos abrangidos possam ser bem compreendidos e comparados, bem como interpretados de maneira lógica e sensata.

Por fim, caberia ainda lembrar que a análise de tais documentos sob os tradicionais enfoques sociológicos: econômico (o aspecto mais conflituoso de todos), social, político e cultural (o aspecto menos conflituoso de todos), costuma também ser bastante produtiva em termos de resultados práticos.

## EXEMPLO

Como mero exemplo, uma análise ligeira da versão antiga da Política de Defesa Nacional (PDN), a aprovada pelo Decreto 5.484/2005, mostraria que seu conteúdo principal é um conjunto de objetivos genéricos (item 5 da PDN), orientações estratégicas (item 6 da PDN) e diretrizes gerais (item 7 da PDN), todos relativos apenas à defesa externa e fundamentados em considerações prospectivas também bastante genéricas (itens 2, 3 e 4 da PDN), sendo que o prazo considerado é presumivelmente longo e indeterminado.

Os outros empregos das Forças Armadas (FA) previstos na Constituição Federal (CF), art.142, como o de defesa das instituições e de garantia da lei e da ordem (GLO) não são abordados, em que pese este último ter sido frequentemente utilizado, tornando esta versão da PDN uma política parcial de defesa.

Por outro lado, a PDN não tem nenhum conteúdo de poder (*politics*), isto é, disposições sobre a organização das FA e atribuição de responsabilidades para que os objetivos, estratégias, orientações e diretrizes nela formulados sejam efetivamente observados e produzam resultados. Também não estabelece procedimentos coercitivos para que se possa exigir sua observância por parte do pessoal envolvido, sendo, por este motivo, uma norma do tipo que se conveniou chamar de “*lex imperfecta*”.

Finalmente, não tem também conteúdo de planejamento (*plans*) por não abordar, por exemplo, o importantíssimo assunto do financiamento da implementação das várias orientações, nem os prazos estimados para atingir, pelo menos, alguns dos objetivos definidos.

Desta forma, pode-se dizer que o Decreto nº 5.484/2005 é o que tem sido chamado pelos teóricos de “norma simbólica”, que é aquela que expressa apenas um ideal abstrato ou imaginário, ou seja, uma *policy* em estado puro.

## CONCLUSÃO

Em face do exposto, parece que o método de análise de documentos formuladores de políticas baseada no estudo daquilo que seu conteúdo tem (e também do que não tem), segundo as várias aceções da palavra “política” comentado acima, poderia ser útil na prática, a fim de melhor evidenciar seus verdadeiros significados e alcances e, desta forma, facilitar seu entendimento e sua aplicação de modo correto e eficaz. ■



No próximo dia 12 de agosto se completará o centenário de nascimento da Sra. Maria de Lourdes Acioli – nossa eterna Maria Japona – nascida no Estado de Pernambuco e com identidade de nº 233.188, confeccionada pelo Serviço de Identificação da Marinha. Conta-se que, desde a II Guerra Mundial, Maria estava sempre presente ao cais, encapelava as espias e saudava as tripulações nas manobras de atracação. No centenário do nascimento desta singular personalidade, o Clube Naval tem a honra de reverenciar a sua memória e enaltecer o seu amor pela Marinha.

# MARIA JAPONA

Uma  
lenda de 100 anos



**CMG (Ref) Sergio Oliveira Araujo**

**S**eu semblante não deixava dúvidas para quem a olhasse, mesmo que de relance: tratava-se de uma louca. Olhos injetados, embora vagos, fisionomia triste, a despeito de um leve sorriso nos lábios. Andar errático, aspecto descuidado, cabelos em desalinho, com muitos fios brancos. Aparentava ter uns sessenta anos. Sempre carregava nos braços uma surrada japona, que nem no inverno vestia. Segundo diziam, o agasalho pertencera ao seu marido, um marinheiro, falecido durante a Segunda Guerra, razão da sua loucura. Estamos falando dos anos sessenta, quinze anos após o término do conflito. Pelo tempo passado e pela idade que parecia ter, a história batia. Certamente, deve ter se casado muito cedo.

Frequentava o entorno do Primeiro Distrito Naval, local onde ingressava sem ser molestada. Por onde passava, ouvia-se um alarido:

- E aí Maria? Gritavam os marinheiros.
- Bom dia marujo, respondia ela.

Falava com todo o mundo. Aos mais novos, de terno, chamava de “seu Tenente”. Aos mais velhos, de “Comandante”. Quando solicitava, era prontamente recebida nos gabinetes dos almirantes, inclusive no do terceiro andar, onde despachava o Ministro da Marinha.

Infalivelmente, aparecia no dia do pagamento. Parecia até que lia o BONO (boletim de ordens e notícias). Nesse dia, por ocasião do licenciamento, postava-se no portão que dava acesso ao Arsenal de Marinha,



próximo à antiga Odontoclínica. Ali, de forma característica, pedia dinheiro a quem passasse. A maioria lhe escorregava uns trocados. Lembro-me bem quando se dirigia a mim: – Seu Tenente, saiu o jacaré<sup>(1)</sup>?

Nunca deixei de ajudá-la.

Conheci a Maria no dia 7 de setembro de 1960, quando participei, pela primeira vez, da parada militar. O Grupamento da Escola Naval aguardava o início do desfile já na Avenida Presidente Vargas, na altura da Avenida Passos. A solenidade começava pontualmente às 9h. A partir das 7h já nos encontrávamos no local. Com as armas ensarilhadas<sup>(2)</sup>, pequenos grupos conversavam, enquanto aguardávamos o início do desfile. Um pouco mais tarde chegou Maria Japona, aguardada pela maioria dos aspirantes que já a conheciam das paradas anteriores. Seu espalhafato chamou a atenção do público presente. Eu, como calouro, jamais a tinha visto. Nunca mais esqueci seu aspecto andrajoso, sua expressão facial carregada de sofrimento, de maus tratos e de alienação. Demonstrava uma falsa alegria, delirando num mundo irreal, protegido por uma triste insanidade. Paradoxalmente, a falta de discernimento a ajudava a conviver com a miséria e o sofrimento de uma perda irreparável.

Imediatamente acercou-se do Batalhão Escolar. Puxou papo com vários aspirantes, pois não estávamos em formatura. Como de costume, Maria ofereceu-se para comprar sorvete na carrocinha da Kibon, que estava próxima. Recebia o dinheiro, comprava o picolé e entregava a encomenda o mais rápido que pudesse, prestando um apoio logístico que a deixava feliz. Iniciada a marcha, Maria Japona nos acompanhava pela pista lateral. O barulho da banda, da marcação da cadência e a concentração no alinhamento faziam Maria Japona ser apagada, temporariamente, da nossa memória. Passávamos pelo palanque oficial, local onde eram prestadas as continências de estilo. Em seguida, virávamos à direita na direção da Central do Brasil. Neste ponto era dado “alto” ao batalhão. Retirávamos a baioneta do fuzil, colocando-a na cintura. Utilizáva-

mos a alça da bandoleira para pendurar o fuzil no ombro. Tudo ficava mais cômodo e mais leve. Após esse breve descanso, iniciávamos o caminho inverso, descendo a Avenida Marechal Floriano que corria paralela à via do desfile. Não demorava muito para Maria Japona aparecer novamente, agora marchando ao nosso lado. Como nesse trecho não havia cordão de isolamento, Maria quase entrava na formatura. Parecia uma criança desfilando conosco, gritando “Viva à Marinha” e tentando sincronizar seus passos com a nossa cadência. Havia necessidade de correr, pois estávamos marchando. Maria ia até o Cais da Bandeira, local onde embarcávamos num Aviso (embarcação para transporte) de volta à Escola Naval.

A convivência de Maria Japona na Marinha nem sempre foi cercada de harmonia. Nas suas andanças pelo Distrito não podia encontrar mulheres, seja lá quem fossem: funcionárias, esposas de oficiais, clientes do hospital, visitas de um modo geral. A todas dirigia improperios de baixo calão, com ordens ríspidas para que abandonassem o local. Quando a ocorrência chegava ao conhecimento do Oficial de Serviço na Sala de Estado, este, prontamente, acionava os fuzileiros navais. Começava o corre-corre. Gritos e pedradas para todos os lados. Maria não refrescava, enfrentando os navais com muita agressividade. Os xingamentos agora eram dirigidos aos militares. Chamá-los de “praga amarela”<sup>(3)</sup>, naquela altura, era recebido como elogio. Quem estivesse por perto teria que encontrar proteção para não sair da cizânia, no mínimo, com um galo na cabeça. A balbúrdia, o rebuliço, ou melhor, o rebuceteio, para falar no linguajar marinho, demorava a acabar. No final, os navais saíam vencedores, imobilizando Maria Japona, até ser colocada no olho da rua, bem distante da entrada do Distrito. Se aos marinheiros derramava carinho e simpatia, aos navais demonstrava forte ressentimento, para não dizer, ódio mortal. Falar ao seu lado em Emilinha Borba, famosa cantora do rádio, nem pensar. Ela, Maria Japona, era a verdadeira favorita da Marinha.

*Habitat natural  
de Maria Japona*



Outro aspecto da convivência de Maria Japona na Marinha é nebuloso e cheio de mistérios. Por incrível que possa parecer, Maria Japona realizava viagens a bordo dos navios de guerra, tipo cruzeiros de férias. Introduzida clandestinamente pelos marinheiros, Maria aparecia nos portos mais longínquos. Numa operação da Esquadra para o continente africano, Maria Japona, de repente, apareceu em Dakar, no Senegal. Pelo menos durante vinte dias Maria viajou escondida “cobertas abaixo”. Um colega de turma a encontrou no Pará. Por estranha coincidência, na época, alguns navios baseados no Rio, encontravam-se atracados no porto de Belém. Esses fatos suscitam uma série de perguntas. Como eram as combinações que terminavam na aceitação da viagem? A que horas Maria Japona embarcava? Era mantida escondida durante toda a duração da viagem, ou vivia normalmente transitando a bordo, às vezes portando óculos escuros e toalha para pegar um bronze no convés? O Comandante tinha conhecimento de sua presença, após ser descoberta? Tinha privacidade, considerando que os navios da Marinha, na época, não possuíam instalações femininas?

Maria Japona não era a única louca da Marinha conhecida como tal. Outros dois contemporâneos, Jacaré e Paixão eram também figuras manjadas que, ainda por cima, desfrutavam de um certo amparo, pois moravam nas instalações navais. Muitos outros, crias da casa, apresentavam comportamento suspeito, porém sem conseguirem a visibilidade dos três mais famosos. Basta perflustrar ligeiramente o tico-tico<sup>(4)</sup> para identificar exemplares representativos.

Jacaré vivia nos navios inativos atracados no molhe da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN). Não o conheci pessoalmente e parece que não possuía o grau do desequilíbrio mental de Maria Japona. Era um eremita naval da era moderna. Trocou a caverna medieval por um navio, dispondo, entre outras comodidades, de beliche para dormir, cozinha e banheiro. Desconheço se tinha pendores de oráculo, atendendo à clientela próxima do Bode Verde<sup>(5)</sup>, para lembrar-lhes de que ainda restaria muito o que fazer<sup>(6)</sup>.

Paixão vivia debaixo de uma escada num dos prédios do Arsenal de Marinha. Aparentava ter muita

idade. Seus pais certamente alcançaram a época da escravidão. Era acometido de uma esclerose em alto grau. Fazia as quatro refeições no prédio do rancho, que ficava situado bem em frente ao seu endereço. Possivelmente esta deve ter sido a razão da sua longevidade. Vivia da lavagem de carros. Numa área de cinquenta metros quadrados aproximadamente, espalhava seus instrumentos de trabalho: baldes, vassouras, panos, escovas e sabão. Trabalhava o dia inteiro, trocando de lugar os apetrechos citados. Pegava o balde dirigindo-se para apanhar a vassoura. Ao segurá-la, deixava o balde, caminhando agora em direção ao pano mais próximo. Ambos, vassoura e pano, eram abandonados para apanhar o sabão. Assim, tinha a intenção de cumprir tarefas que eram esquecidas no minuto seguinte. Não sei como sobrava tempo para lavar os carros. Diziam que, na falta de água doce na bica, recorria à água do

## Tributo à Maria Japona

Maria Japona da Marinha a devota fervorosa  
Desde o princípio da Segunda Guerra Mundial,  
Engajada, no Nordeste, à novel Força Naval,  
Sua presença desde então já era contenciosa.  
Da sua ingenuidade advinha a irreverência  
E a intimidade com a marujada e oficialidade,  
Merecendo dos altos escalões a paternidade  
Talvez porque fosse mesmo digna de clemência.  
Apesar de sua condição de quase demência,

mar. Quando morreu, descobriram uma pequena fortuna guardada sob seu colchão, em notas de pequeno valor, em decorrência de décadas vividas no Arsenal sem sair, possivelmente sem gastar um centavo. Isso é o que podemos chamar de aplicação de longo prazo.

Quando eu era Capitão de Corveta, servindo como Assistente na Escola Naval e Maria há muito tempo sumida, obtive a aquiescência do Diretor da Escola para tentar localizá-la nos manicômios do Rio. Tinha a esperança de encontrá-la, visando dar àquela que demonstrara tanto amor à Marinha, um tratamento

**Fácil encontrá-la  
no Cais da Bandeira**







*Sempre avistada  
no Cais da Portuguesa*

Distingua o posto, a graduação e a patente...  
E no chavão: “tá na onça, marujo”, ou “seu tenente”,  
Conquistava os que conheciam a sua carência.

A tradicional japona, sua fiel companheira,  
Servia-lhe de abrigo e de proteção do frio;  
E por toda a sua existência foi seu desafio  
Sobreviver da solidariedade marinheira.

Ela reconhecia o militar à paisana e os civis;  
Para estes, os gracejos, mesmo os mais sutis,  
Eram repelidos com pedradas e palavrões.

Nas cerimônias sua presença era inevitável,  
Pois burlava a vigilância, mesmo se rigorosa,  
E dos Chefes Navais o tratamento era amável.

Quanta magnitude de oficiais e marinheiros  
Para com a mulher humilde, mas predestinada!  
E na sua ingênua devoção, às vezes exagerada,  
Discriminava com requinte civis e fuzileiros.

“Maria Japona” viveu a sua própria odisseia  
E em qualquer navio se integrava à guarnição,  
Que de suas comédias fora a mais fiel plateia.

**José Augusto de Oliveira**

digno, mais personalizado. Não se constituiria em tarefa fácil. As atribuições do dia a dia fizeram a iniciativa cair no esquecimento. Além disso, naquela altura do campeonato, Maria Japona já poderia ter falecido. Mais tarde, comissionado como Comandante do Corpo de Aspirantes na mesma Escola, recebi a tarefa de instalar, na parte alta da Ilha, uma cantina para os aspirantes. Lembrei-me de colocar o nome de Maria Japona. Porém, fui dissuadido pelo Diretor, considerando tratar-se de pessoa contraditória, cujo comportamento, em algumas ocasiões, como já descrito, deixava muito a desejar.

Curiosamente, no início de cada mês, Maria Japona é lembrada por mim. Por ocasião do pagamento de minha secretária, que vive na minha casa há meio século, ao entregar-lhe seu ordenado, infalivelmente digo:

– Cícera, aqui está seu jacaré. ■

## Notas

(1) Jacaré: nome dado por Maria Japona quando se referia ao salário mensal.

(2) Ensarilhadas: quando 3 fuzis são colocados em pé, encaixados na altura do cano, formando um tripé.

(3) Praga amarela: apelido dado aos fuzileiros navais por terem uma de suas fardas na cor cáqui, puxado para o amarelo.

(4) Tico-tico: publicação onde estão listados todos os Oficiais da Marinha.

(5) Bode Verde: símbolo utilizado nos navios hidrográficos, onde um bode pintado de verde figura no costado ou na chaminé dos navios.

(6) Alusão ao lema utilizado pelos hidrografos sobre o imenso trabalho que representa o levantamento de toda a costa brasileira: “**Restará sempre muito o que fazer.**”



# VIAGEM NO TEMPO

HOSPITAL CENTRAL  
DA MARINHA E CENTRO  
DE PERÍCIAS MÉDICAS DA  
MARINHA: PASSADOS,  
PRESENTES E PERENES



CMG (RM1-Md) Regis Augusto Maia Frutuoso \*1  
CF (RM1-Md) Gláucia Regina Dantas Ferreira\*2

Um passeio histórico pela cidade do Rio de Janeiro, atravessando os tempos heroicos da Saúde Naval. Esta proposta tão pitoresca começa por descortinar os primórdios da Medicina Naval no Brasil. Tempos estoicos de muitas doenças, que aqui chegavam por embarcações insalubres para os padrões de hoje. Marinheiros doentes era coisa corriqueira, e a morte de um deles era evento frequente.

**D**iante deste preocupante cenário, a construção de hospitais pela portuguesa Irmandade da Misericórdia parecia uma solução eficaz: essa foi a origem do Hospital da Santa Casa da Misericórdia. Entretanto, apesar de muito procurado por necessitados, não conseguia oferecer um bom atendimento aos militares. Daí, surgiu o Hospital da Guarnição das Naus, que logo passou a ser temido pela população como uma fonte de doenças pelos miasmas.

Assim, fez-se necessário a transferência para o ex-colégio dos jesuítas, localizado no, hoje inexistente, Morro do Castelo, sendo denominado Hospital Militar da Corte, local onde, em 1808, foi criada a Escola Anatômica Cirúrgica e Médica.

Entre as fortalezas da Ilha das Cobras, após a extinção

do Hospital Militar da Corte, no Morro do Castelo, surgiu o Hospital Imperial da Marinha da Corte, em 1834.

Ao ser proclamada a República, em 15 de novembro de 1889, o hospital passou a ser denominado Hospital da Marinha da Capital Federal e, em 25 de setembro de 1890, Hospital da Marinha do Rio de Janeiro. Finalmente, em 1913, passou a ser chamado Hospital Central da Marinha (HCM).

O Imperador D. Pedro II, então, determinou a realização de Inspeções de Saúde (IS) nos admitidos aos quadros efetivos e, assim, a atividade médico-pericial na Marinha do Brasil (MB) teve sua origem mais remota.

No HCM, a perícia médica constituía um Departamento que coordenava as Juntas de Saúde (JS). Com a crescente importância das atividades médico-periciais,



surgiu a necessidade da criação de uma organização militar para centralizá-las e coordená-las. O Centro de Perícias Médicas da Marinha (CPMM) chega ao século XXI imponente, e lança-se ao futuro como um moderno sensor de saúde dos homens do mar, missão grandiosa que honra a nobre origem da instituição secular de saúde naval, reconhecida por padrões de excelência na perícia médica.

## **PRIMÓRDIOS DA MEDICINA NAVAL**

Portugal, após o descobrimento do Brasil, somente veio a preocupar-se com a sua colônia quando percebeu que outros países cobiçavam suas riquezas. Até então, consagrava-se às proveitosas conquistas da Índia e do Oriente, pouca atenção dispensando às suas terras americanas.

Em 1531, fundeava no Rio de Janeiro a Armada de Martin Afonso de Sousa, que vinha iniciar a colonização sistemática do Brasil, com defesas móveis (forças navais), defesas fixas (tropas de terra) e defesas permanentes (fortificações).

Em 1552, Tomé de Souza, o primeiro governador-geral, maravilhou-se com as belezas naturais do Rio de Janeiro, conforme revela em carta ao rei, recomendando que aqui se fizesse “uma povoação honrada e boa, porque já nesta costa são muitos os franceses [...]”. Somente a partir de então, forças militares e seus navios de guerra partiam de Lisboa para ocupar militarmente o Brasil e, assim, defender a colônia de possíveis invasores.

Desde essa época, o Brasil sempre foi um país com alta incidência de doenças que, na maioria das vezes, eram introduzidas no País pelos próprios colonizadores. Os tripulantes dos navios geralmente chegavam bastante doentes, após longas travessias. Viajavam em embarcações sem qualquer conforto e com enorme dificuldade na estocagem de água potável e alimentos, o que facilitava a propagação de doenças.

Para exemplificar a magnitude das epidemias que atingiam a gente do mar em 1582, aportou no Rio de Janeiro uma esquadra espanhola comandada por Diogo Flores Valdez com aproximadamente 3.000 homens, sendo inúmeros os enfermos graves que precisavam de assistência imediata. O problema é que não existia um hospital e, naquele tempo, toda doença grave, de caráter epidêmico, era designada pelo nome genérico de peste; assim, muitos registros da época mencionam a morte causada por peste.

A Coroa portuguesa, preocupada com a preservação da saúde dos militares das Forças de Terra e Mar,

autorizou a construção de hospitais para proporcionar aos enfermos condições de recuperação do estado de saúde.

### **Hospital da Santa Casa de Misericórdia (1582)**

Portugal autoriza a construção do hospital pela Irmandade da Misericórdia. O padre José de Anchieta desempenhou um papel importante nesse marco histórico, pois, com o auxílio da população e com a Confraria dos Irmãos da Misericórdia, foi possível construir um local adequado para que os doentes fossem abrigados e tratados. Lá eram atendidos a população carente, os soldados, os marinheiros das guarnições das naus de guerra, inclusive de outros países, e presos. Por tais serviços, a Fazenda Real contribuía com numerário. Marinheiros estrangeiros adoentados, que aqui aportavam, eram tratados graças a uma pequena taxa cobrada dos navios que atracavam.

Mendigos e escravos constituíam um grande número de necessitados que procuravam o hospital da Santa Casa, dificultando um bom atendimento aos militares. Havia, dessa forma, necessidade de um local próprio onde eles e suas famílias pudessem ter tratamento adequado. A Coroa portuguesa, como dever de Estado, tinha que cuidar da saúde de seus servidores, cada vez mais fazendo-se necessário um hospital próprio para as forças militares.

### **Hospital da Guarnição das Naus (1727)**

Em 1727, passaram os militares doentes a ser atendidos e internados em um prédio próximo ao Morro de São Bento – Hospital da Guarnição das Naus – localizado na rua do Quartel da Armada, hoje Beco do Bragança. Este local também foi considerado impróprio, pela inexistência de ventos favoráveis, por estar cercado de muitas casas que o tornava extremamente abafado, além da vizinhança que o acusava de fonte de doenças. Passou-se, então, a estudar um novo local para acolher os militares.

### **Hospital Real Militar e Ultramar - Hospital Militar da Corte (1769)**

Os motivos acima expostos e a necessidade de instalações maiores fizeram com que, no início de 1769, os militares das duas Forças (Terra e Mar) e seus familiares doentes fossem assistidos no ex-colégio dos jesuítas, no hoje arrasado Morro do Castelo, estabelecendo-se o Hospital Real Militar e Ultramar, também conhecido como Hospital Militar da Corte.

O prédio em que passou a funcionar o hospital militar foi construído em 1567 pelos padres da Companhia de Jesus, que ali mantiveram o colégio até 1760, ano em que foram expulsos do Brasil e os seus bens confiscados pelo governo, sendo transformado em dependência da Santa Casa de Misericórdia, para o recolhimento de militares doentes e, mais tarde, em hospital militar, propriamente dito.

Os padres da Companhia de Jesus foram, no começo da vida desta cidade, os médicos de nossa terra. A farmácia dos jesuítas era magnífica, pois possuía todas as espécies de remédios da época, acrescidas de ervas brasileiras, cujo poder terapêutico haviam aprendido com os índios.

Os militares inválidos necessitavam de local próprio, então o Vice-Rei, Conde de Resende, em 1794, estabeleceu uma casa para abrigá-los. Atualmente não mais existe, permanecendo apenas o nome do local da instituição, numa rua no Centro do Rio de Janeiro – Rua dos Inválidos.

Em 1808, chega ao Rio de Janeiro a Família Real portuguesa com seu séquito de 16.000 almas de todas as classes sociais e quase toda a Marinha Real portuguesa para aqui se estabelecer, enquanto perdurasse, por lá, a ocupação pelo exército de Napoleão. A permanência de D. João VI no Brasil, como Príncipe Regente e como Rei, foi prolongada: 13 anos, mas, para o Brasil foi benéfica. O País passou a ser sede do governo e, no caso particular do hospital militar, houve muitos benefícios com a nova situação.

No hospital militar, em 5 de novembro de 1808, é fundada a Escola Anatômica Cirúrgica e Médica – o embrião da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1828, é sugerida a transferência do Hospital Militar da Corte para outro local por motivos diversos: dificuldade



**Ponte Almirante Araldo Luz**

de locomoção, ventos excessivos vindos do mar, além de odores fétidos insuportáveis, trazidos pela maré.

### **Hospital Imperial de Marinha da Corte (1834 - 1889)**

### **Hospital da Marinha da Capital Federal (1889)**

### **Hospital da Marinha do Rio de Janeiro (1890 - 1913)**

### **Hospital Central da Marinha (1913)**

A denominação Ilha das Cobras originou-se da abundância de ofídios nesse território granítico e com muita vegetação. A primeira fortificação da ilha teve o nome de Fortaleza de Santa Margarida. Posteriormente, foram construídas novas fortificações: Forte de Santo Agostinho e Fortaleza do Pau da Bandeira. Em 1761, o complexo formado pelas três fortificações recebeu o nome de Fortaleza do Patriarca de São José da Ilha das Cobras.







Em 1831, a fortaleza passou a denominar-se Fortaleza da Ilha das Cobras. Nessa fortaleza ficava encravada a Capela de São José e nela estiveram presos alguns participantes da Inconfidência Mineira: o alferes Tiradentes, o poeta Tomás Antonio Gonzaga, o padre Carlos Correia de Toledo, o coronel Ignácio José de Alvarenga Peixoto e outros que conheceram as masmorras da ilha das Cobras.

Atualmente, a parte central e alta da ilha é ocupada pelo Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, Hospital Central da Marinha, Centro de Perícias Médicas da Marinha e o Presídio Naval. Os fuzileiros navais ocupam a ilha desde 1809, quando ali se instalou a Brigada Real de Marinha, origem do Corpo de Fuzileiros Navais.

A parte baixa da ilha é ocupada pelo Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, o qual desde a década de 1930, esteve destinado à construção, manutenção e reparo de navios e submarinos. Ainda na parte baixa, localiza-se a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM) e o Edifício Almirante Gastão Motta (Palácio da Intendência), com suas várias Diretorias especializadas na área de Intendência da Marinha. A ilha está separada do continente por um canal de 110 metros de largura e 15 metros de profundidade.

Em 1913, foi inaugurada a ponte pênsil Almirante Alexandrino de Alencar fazendo a ligação da Ilha das Cobras com o continente. Raros veículos conseguiam atingir a ilha mediante o grande e moroso transportador – o minhocão – que deslizava apenso à estrutura metálica da ponte, hoje desaparecida. Em 1930, foi inaugurada a ponte Almirante Arnaldo Luz, para substituir a antiga Almirante Alexandrino de Alencar, que

sofrera um importante desgaste pela maresia.

A posse definitiva da ilha, para a Fazenda Nacional, ocorreu em 7 de novembro de 1910. O então Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino de Alencar, obteve dos monges da Ordem dos Beneditinos a escritura de desistência de quaisquer e possíveis direitos sobre a Ilha das Cobras.

Por todos os fatos já narrados, a extinção do Hospital Militar da Corte do alto do Morro de Castelo resultou na criação de um novo hospital para os militares da Armada e do Corpo de Artilharia da Marinha na Ilha das Cobras, nas dependências da Fortaleza de São José.

As atividades médicas, agora já como Hospital Imperial da Marinha da Corte, tiveram início em março de 1834, adequando seu funcionamento às novas necessidades de atendimento da Família Naval.



Em 1849, é nomeado Cirurgião-Mor da Armada Nacional e Imperial e primeiro Diretor de Saúde Naval, Joaquim Cândido Soares de Meirelles, patrono do Corpo de Saúde da Marinha.

Ao ser proclamada a República, em 15 de novembro de 1889, passa o hospital a ser denominado Hospital da Marinha da Capital Federal e, em 25 de setembro de 1890, a Hospital da Marinha do Rio de Janeiro.

Em 1890, o Almirante Wandenkolk, primeiro ministro da Marinha no novo regime político, além de atualizar o regulamento que regia esse hospital, dando-lhe condições de desempenhar com mais eficácia a finalidade para a qual foi criado, expediu o Decreto nº 683 de 23/8/1890, regulamentando o Corpo de Saúde da Armada.

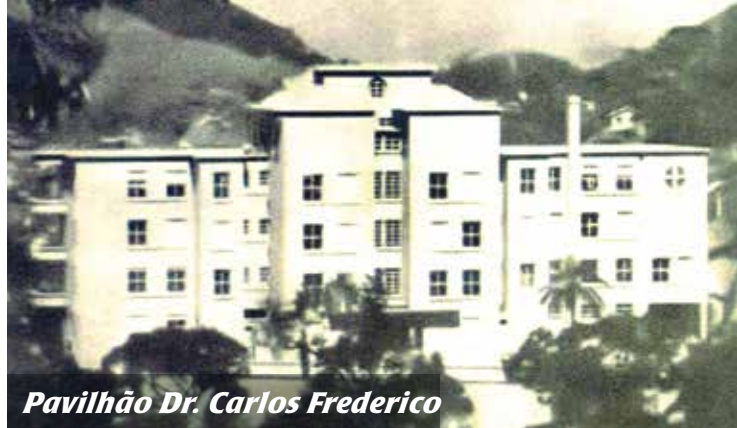
Em 1893, durante a Revolta da Armada, o Hospital da Marinha, então encravado na Fortaleza de São José da Ilha das Cobras, estava numa posição predominantemente estratégica e deixou de ser hospital para transformar-se em praça de guerra. Nesse período, os doentes eram evacuados para o Hospital da Santa Casa da Misericórdia e para as enfermarias do Exército.

Na noite de 23 para 24 de novembro de 1910, dá-se a revolta dos marinheiros contra os castigos corporais, conhecida como Revolta da Chibata, e em 9 para 10 de dezembro do mesmo ano, ocorreu o levante do Batalhão Naval. Estes dois conflitos causaram grandes danos ao hospital, sendo necessária a remoção dos pacientes para a antiga Enfermaria de Copacabana, que se achava abandonada desde a transferência dos beribéricos para o Sanatório Naval de Nova Friburgo.

Em 1913, o Hospital da Marinha do Rio de Janeiro passa então a denominação de Hospital Central da Marinha e tinha capacidade para acolher 271 doentes. A perícia médica, que coordenava os trabalhos das diversas juntas de saúde, constituía um Departamento em seu organograma.

A partir de 2 de janeiro de 1918, o serviço hospitalar da Armada passou a ser auxiliado por dez Irmãs da Companhia das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, nos serviços das enfermarias, na manipulação dos medicamentos, escrituração, lavagem de utensílios e roupas hospitalares, além de apoio religioso aos doentes. Atuaram como enfermeiras até 1978.

Em setembro de 1918 surgem os primeiros casos brasileiros da pandemia conhecida como gripe espanhola. Quatro marinheiros de um navio de guerra brasileiro adoeceram em Dakar, no Senegal, retornando ao Brasil e sendo internados em Recife. No Rio de Janeiro, os primeiros casos na Armada ocorreram no dia



**Pavilhão Dr. Carlos Frederico**

9 de outubro de 1918, a bordo do encouraçado Minas Gerais. Os doentes do Hospital, portadores da gripe espanhola, foram transferidos para a Enfermaria de Copacabana e Sanatório de Nova Friburgo. A propagação da gripe foi assustadora: três dias após os primeiros casos, já se contabilizava 732 militares doentes e, no dia seguinte, 838.

Durante a epidemia adoeceram médicos, farmacêuticos, enfermeiros e irmãs de caridade. No Brasil, a gripe espanhola faria a mais ilustre vítima em janeiro de 1919: o presidente da República Rodrigues Alves.

Por outro lado, casos de outras doenças infecciosas, principalmente a tuberculose, aumentavam gradativamente, e as dependências do Sanatório Naval de Nova Friburgo e a enfermaria de isolamento do HCM já não comportavam mais esses pacientes.

Assim, em 1940, o então Ministro Vice-Almirante Aristides Guilhem resolveu comprar um terreno anexo ao Instituto Naval de Biologia, no bairro Lins de Vasconcelos, Rio de Janeiro, e nesse local construiu o Pavilhão Dr. Carlos Frederico, que representava o “estado da arte” em instalações destinadas aos pacientes portadores de tuberculose pulmonar em estado avançado. Recebeu essa denominação em homenagem ao último chefe do Corpo de Saúde da Armada Imperial. Assim, nascia o embrião do futuro Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD).

Ao longo do tempo, foram criados novos serviços, clínicas e enfermarias, constituindo-se no maior hospital da Marinha do Brasil, até a inauguração do HNMD em 8 de fevereiro de 1980.

O HCM, além das suas atividades assistencial e pericial, a partir de 1978, desenvolveu a Medicina Operativa, que passou a coordenar todos os setores operativos de saúde da MB, nas áreas de Medicina de Operações Navais de Superfície, Aérea, Submarina, Anfíbia e de Defesa Nuclear, Química e Biológica.

Em junho de 1998, o HCM passou à subordinação da Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória e, em outubro do mesmo ano, ao Centro Médico Assistencial da Marinha.





Em 9 de maio de 2006, o Comandante da Marinha, pela Portaria nº 107/2006, passa o HCM à subordinação do CPMM, atuando essencialmente em apoio ao Subsistema Médico-Pericial.

A história da Perícia Médica na Marinha do Brasil remonta ao século XIX, com a criação do Hospital Imperial de Marinha da Corte, instalado nas dependências da Fortaleza de São José, por meio de Decreto de 3/3/1837. As atividades médicas eram, entretanto, limitadas ao atendimento das necessidades da Família Naval. Há registros, contudo, de que médicos do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro realizavam inspeções de saúde de ingresso e controle de saúde de seus empregados por determinação do Imperador D. Pedro II.

Perante a crescente importância da Perícia Médica no âmbito do Sistema de Saúde da Marinha (SSM), a Alta Administração Naval constatou a necessidade da criação de uma Organização Militar que coordenasse o Subsistema Médico-Pericial do SSM. Assim, foi criado o CPMM, pela Portaria Ministerial nº 184, de 16/3/1995, cuja ativação ocorreu em 17/4/1995, sediado no Pavilhão Dr. Soares Meirelles, no Complexo do HCM.

Desde a criação do CPMM, observa-se um avanço notável tanto em relação à modernização das instalações físicas, na implantação de um Sistema Pericial informatizado em todos os níveis, bem como no que concerne à consciência dos médicos quanto à identificação das doenças e das restrições físicas impostas por estas.

A informatização também proporciona, além de uma maior velocidade na fase processual da perícia, administrativamente desejável, um sensor epidemiológico por excelência, pela riqueza de informações arquivadas no banco de dados, gerando grandes benefícios à Família Naval.

Hoje, o CPMM desempenha o importante papel na higidez e no preparo do profissional do mar, cumprindo com afincos seu lema: “Aqui se faz a prevenção do homem do mar!”

## CONCLUSÃO

Ao fim de uma viagem, que começou com o Brasil ainda colônia de Portugal e se projetou ao século XXI, com o País em posição de crescente destaque nos organismos internacionais, a sensação primeira é a certeza de que se navega em boas rotas. ■

## REFERÊNCIAS

1. Bielinski AC. Fortaleza de São José da Ilha das Cobras da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha; 2002.
2. de los Rios Filho AM. O Rio de Janeiro Imperial. Rio de Janeiro: UniverCidade; 2000.
3. Scavandra L. Hospitais navais – história. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha; 1969.
4. Gerson B. História das ruas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Lacerda; 2000.
5. Maia GD. A Nacional de Medicina, 200 anos: do Morro do Castelo à Ilha do Fundão. Rio de Janeiro. Editora Atheneu; 2009.
6. Edmundo L. O Rio de Janeiro do tempo dos vive-reis: 1763-1808. Rio de Janeiro; Imprensa Nacional; 1932.
7. Sarthou C. Relíquias da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica; 1961.
8. Silva-Nigri CM. A Ilha das Cobras e suas fortalezas: resumo histórico documentado. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha; 1988.
9. Ermakoff G. Juan Gutierrez: imagens do Rio de Janeiro, 1892-1896. Rio de Janeiro. Marca d'Água; 2001.
10. Greenhalg J. O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na história: 1763-1822. Rio de Janeiro: A Noite; 1951.
11. Vianna, LF. Rio de Janeiro: imagens da aviação naval, 1916-1923. Rio de Janeiro: Argumento; 2001.
12. Beloch I, Fagundes LR, coordenadores. Da Caixa Montepio à Previ: 100 anos do maior fundo de pensão da América Latina. Rio de Janeiro: Memória Brasil; 2004.
13. Cardoso ED, Vaz LF, Albernaz MP, Aizen M, Pechman RM. Copacabana. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia; 1986 (História dos bairros. Memória urbana).
14. Arêa J. 50º aniversário de fundação do Sanatório Naval em Nova Friburgo, 1910-1960. Rio de Janeiro: Graf. Nova Friburgo; 1960.
15. Toniolo Neto J. A História da gripe – a influenza em todos os tempos e agora. São Paulo: Dezembro Editorial; 2001.
16. Frutuoso RAM, Ferreira GRD. Síndromes febris na Marinha do Brasil do século XIX: fatos e curiosidades históricas. Arq Bras Med Naval. 2018 jan/dez; 79(1):6-15.
17. Drummond MC. Medicina Operativa. O Periosteuta. 1984; (1):1-14.
18. Recordando (em homenagem à Irmã Tereza). Marinha Rev. 1951; jan/fev;4(44):8.

\*1 – Auditor Médico-Pericial do Centro de Perícias Médicas da Marinha, Membro Titular da Academia Brasileira de Medicina Militar

\*2 – Auditora Médico-Pericial do Centro de Perícias Médicas da Marinha.



# A IDA DOS FUZILEIROS NAVAIS PARA O PLANALTO CENTRAL

**CT (AFN) José Edson Bezerra**

O Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) do Brasil é uma unidade das Forças Armadas integrante da Marinha do Brasil. Sua data de criação é tida como 7 de março de 1808, data em que a Corte Portuguesa aportou no Rio de Janeiro conduzindo a família real, que veio para o Brasil em virtude das ameaças das tropas de Napoleão Bonaparte.

Os fuzileiros navais fixaram sua sede na Fortaleza de São José das Ilhas Cobras no centro do Rio de Janeiro, seu Quartel General desde o ano de 1809. Durante a sua trajetória, o CFN possuiu diversas denominações. Seu histórico pode ser dividido em três fases, que caracterizavam suas

atividades e nomenclatura, pois nem sempre a Instituição foi chamada de Corpo de Fuzileiros Navais. Em um primeiro momento, era considerado como Artilharia da Marinha e eram chamados de Artilheiros-Marinheiros. Posteriormente, atuou como Infantaria da Marinha e eram chamados

de Corpo de Imperiais Marinheiros, e finalmente a partir do ano de 1932, passou a ser chamado pela atual denominação, Corpo de Fuzileiros Navais, e passou a projetar o Poder Naval sobre terra em operações denominadas de “Operações Anfíbias” (ataque lançado do mar para terra, por forças navais de desembarque, compreendendo o desembarque em um terreno hostil, ou potencialmente hostil).

Atualmente, o CFN está estruturado para realizar diversas operações militares, sejam as de caráter de combate, sejam as de caráter assistencialista no que tange ao apoio à população em situações de calamidade pública, como, por exemplo, terremotos, enchentes e vendavais. E essas atividades não ficam restritas somente ao nosso país, como divulgado nos últimos anos por nossa mídia. Os FN foram empregados em países em estado de calamidade, como Angola e Haiti, mais recentemente.

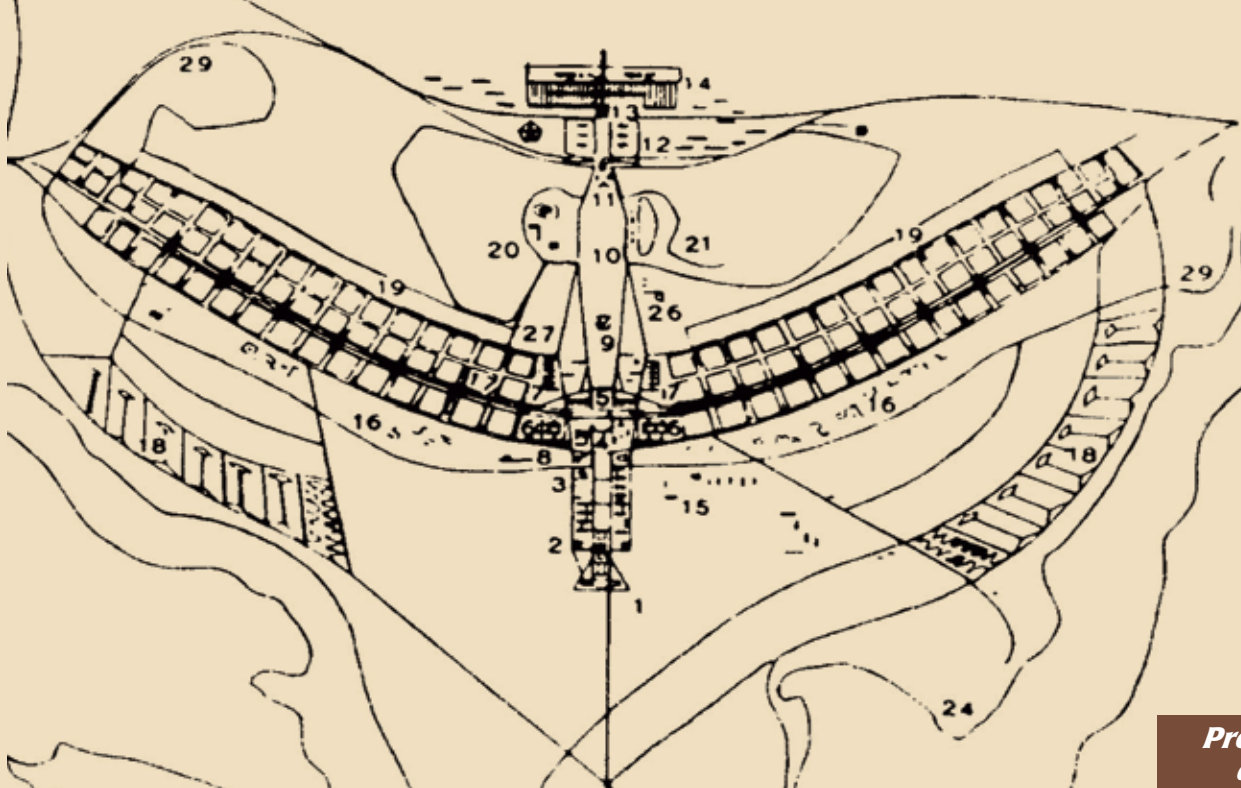
A trajetória do CFN evidencia uma instituição permanente, adestrada e dedicada ao cumprimento de sua missão, irmanada pelo espírito de corpo e pelo ideal de um Brasil em paz, livre e soberano.



**Fortaleza de São José das Ilhas Cobras**







**Projeto de Brasília,  
de Lúcio Costa**

## A TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL FEDERAL

A Brasília de hoje é a terceira capital federal. A primeira capital do Brasil foi Salvador – fundada em 1549 por Tomé de Souza. No início do Século XVIII, com o intenso fluxo migratório em virtude da descoberta de ouro e metais preciosos na Região Sudeste, a capital da Colônia foi transferida para a cidade do Rio de Janeiro.

### As primeiras ideias

O ideário de transferir a capital do país para o Centro-Oeste surgiu ainda na época do Brasil Colônia, visando proteger a capital da Colônia de ataques vindos do mar. Por volta de 1823, José Bonifácio de Andrada e Silva, um dos maiores incentivadores da proposta, sugeriu pela primeira vez o nome “Brasília”. O sonho de Dom Bosco em 1883, que foi publicado no livro *Memórias Biográficas de São João Bosco*, acabou sendo considerado como uma premonição do local onde deveria ser implantada a nova capital.

### O projeto de construção

A Constituição de 1891 previa a criação de uma comissão que seria encarregada de estudar e demarcar um local onde seria construída a nova capital do País. Essa comissão foi criada e presidida pelo astrônomo e engenheiro belga Luiz Cruls, então diretor do Observatório Nacional no Rio de Janeiro. A comissão foi composta por 22 experientes profissionais de diversas áreas como topografia, fontes de energia, clima, geologia, militares, fauna, flora, entre outras. A

comissão efetuou seu trabalho de junho de 1892 até junho de 1893. A missão da comissão constituída ficou conhecida como “Missão Cruls” e realizou o trabalho de delimitar uma região (um quadrilátero) dentro do atual estado de Goiás. A essa demarcação atribuíram o nome de “Quadrilátero Cruls”.

Por meio da recém-criada Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), na década de 1950, foi lançado um concurso com a finalidade de selecionar os projetos urbanísticos dos principais prédios públicos, bem como do formato da cidade. Nesse contexto, o projeto vencedor foi o do arquiteto e urbanista Lúcio Costa, pois se tratava de uma ideia bastante simples e inteligente: um papel em branco contendo dois traços em forma de cruz, sobrepostos em ângulo reto. Uma dessas linhas, o Eixo Rodoviário, era levemente inclinado, lembrando forma de uma asa de avião. O que hoje se conhece aqui em Brasília como asa norte e asa sul. A outra linha reta seria o local onde ficariam as instalações dos prédios públicos, torre de televisão e a rodoviária.

Após aprovação do projeto urbanístico, o Presidente da República Juscelino Kubitschek (JK) escolheu Oscar Niemeyer como o arquiteto que iria ser o responsável pela construção dos principais monumentos. As principais estruturas da cidade são projetos de Niemeyer: o Congresso Nacional, os Palácios da Alvorada e do Planalto, o Supremo Tribunal Federal e a Catedral de Brasília. Burlle Marx era o encarregado de dar formas aos jardins e praças e Athos Bulcão, com seus painéis de azulejos que são uma marca registrada da capital.

## Construção da nova capital

A pedra fundamental da futura capital foi lançada em 1922, ano do centenário de nossa Independência, localizada em uma região perto de Planaltina (DF). Mas somente em 1956, houve a efetiva demarcação da futura capital federal, quando JK retirou do papel e iniciou a construção daquele sonho que levou séculos para ser concretizado.

Uma das primeiras obras a se erguer em Brasília foi o “Palácio do Catetinho” que se destinava a abrigar o Presidente em suas visitas à cidade, depois vieram as obras do aeroporto, a represa do Lago Paranoá, e uma vila muito importante para abrigar aqueles que vinham para trabalhar na construção da cidade, chamada de “Candangolândia”. Niemeyer deu início às suas obras construindo o Palácio da Alvorada, o Palácio do Itamaraty e o Hotel Brasília Palace.

Na medida em que as obras de infraestruturas básicas como estradas, rede de água e energia iam sendo concluídas pela NOVACAP, o ritmo das obras se intensificava.

Com as novas estradas proporcionando mais conforto e segurança para os viajantes, o fluxo migratório se intensificou e havia grande oferta de mão de obra para todos aqueles que se encontrassem dispostos a enfrentar o desafio e fazer parte da história de nascimento de uma cidade, partindo do ponto zero.

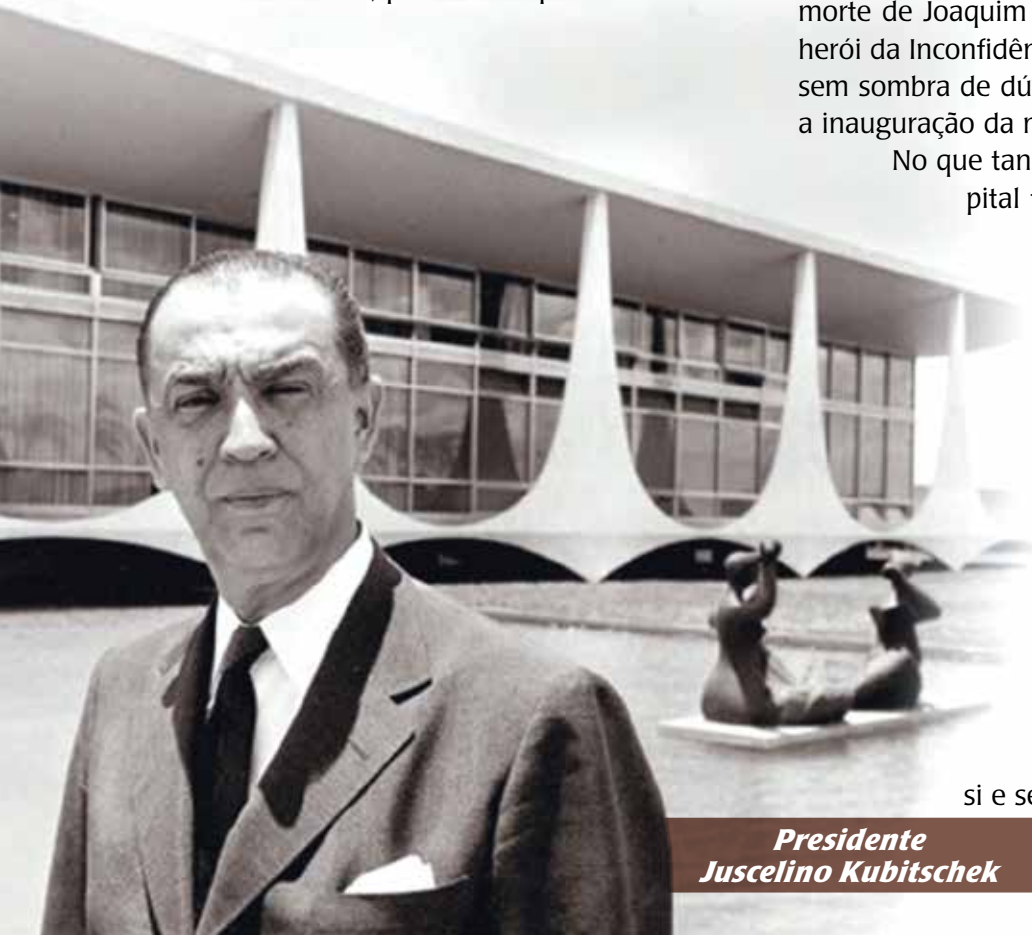


**Palácio do Catetinho**

## O nascimento do Distrito Federal

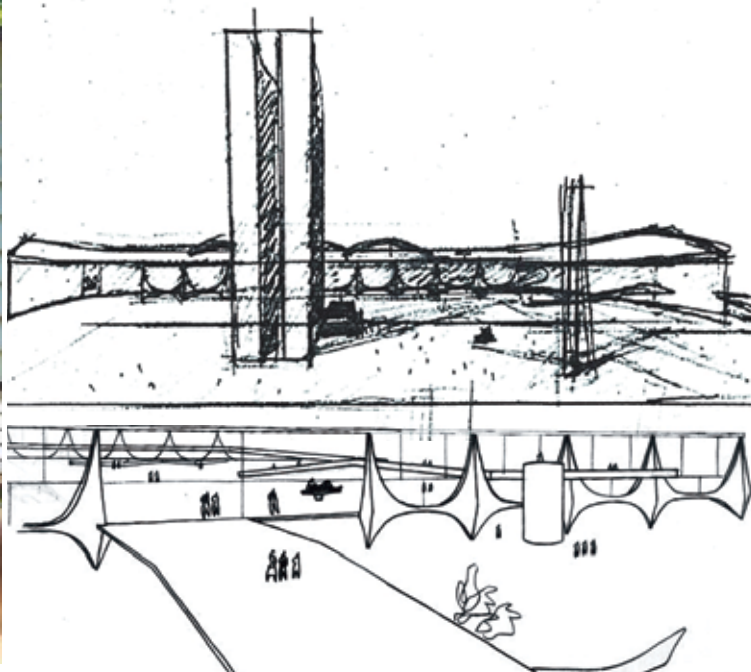
No dia 21 de abril de 1960, Brasília surgia para o mundo, uma cidade construída com formas inovadoras e com uma arquitetura totalmente inédita. Essa data de 21 de abril coincide com outras datas importantes, pois se estima que no ano de 753 a.C. ocorreu a fundação da cidade de Roma – capital da Itália, uma das cidades mais importantes de nossa Antiguidade Clássica; e também no dia 21 de abril no Brasil é lembrada a morte de Joaquim José da Silva Xavier, o conhecido herói da Inconfidência Mineira. Todo esse simbolismo sem sombra de dúvidas ajudou a fortalecer e marcar a inauguração da nova capital federal – Brasília.

No que tange ao seu povoamento, a nova capital tornou-se plural, pessoas de todos os cantos do país se propuseram a desbravar o serrado. Neste contingente de brasileiros se destacavam os nordestinos e os mineiros, além dos goianos que por aqui já havia, formando, assim, a grande massa dos operários que contribuíram para tirar do papel aquele sonho secular. Os “Candangos” como eram chamados aqueles que vieram para construir a cidade, buscavam realizar seus sonhos e encontrar uma vida digna para si e seus familiares.



**Presidente  
Juscelino Kubitschek**





*Criações de Oscar Niemeyer:  
abaixo, o Palácio do Planalto e à direita a  
Catedral e o Congresso Nacional*



## A MARCHA DOS FUZILEIROS ATÉ O PLANALTO CENTRAL

“Poderia ter ido num avião-transporte, em caminhões ou trem. Mas se o fizessem, não daria tanto realce à participação da Marinha na inauguração de Brasília. Esse reide a pé teve uma expressão de integração do homem com a terra e reviveu, de certo modo, as façanhas dos bandeirantes que desbravaram o longínquo e misterioso oeste”. (Juscelino Kubitschek).

Aproximando-se a data de inauguração de Brasília, a Marinha do Brasil resolveu homenagear a nova capital enviando um destacamento que se deslocaria, a pé, partindo do então Ministério da Marinha localizado no Rio de Janeiro até a nova capital.



A unidade da Marinha escolhida para realizar tal façanha foi a Companhia de Reconhecimento (CiaRecon), unidade de elite dos fuzileiros navais onde se concentravam os militares mais preparados da época, não só no quesito da capacidade física como também da capacidade psicológica, pois eram militares paraquedistas que passavam por rigorosos treinamentos antes de serem admitidos. Entretanto, a tropa não foi constituída somente por esses militares; o grupo foi formado por um contingente de fuzileiros e marinheiros que teriam a missão de conduzir e entregar uma mensagem do Ministro da Marinha ao Presidente da República. Dessa forma, a Marinha se faria bem representada, com integrantes dos Fuzileiros Navais e da Armada (marinheiros).

## O planejamento da marcha

O destacamento foi formado por uma coluna de 124 homens, sendo 76 fuzileiros navais da CiaRecon, 24 fuzileiros do Batalhão Riachuelo, 20 marinheiros, 2 oficiais médicos e 2 civis funcionários da Ford. Todos sob o comando do Capitão de Corveta (FN) Clinton Cavalcante de Queiroz Barros. O planejamento para o cumprimento da missão se iniciou no dia 21 de março de 1960.

## O início da marcha

A marcha iniciou no dia 27 de março, conforme determinado por um memorando do Chefe do Estado-Maior da Armada. O planejamento, iniciado no dia 21 de março, tornou muito efêmero o tempo para a implementação da missão, portanto não admitia erros.

Na manhã do dia 27 de março, às 7h15, o Grupo constituído foi embarcado em um Aviso no Cais do Bananal, na Ilha do Governador, Baía da Guanabara, e transportado para o Cais do Ministério da Marinha, onde apresentou-se para a revista do Comandante-Geral do CFN, usando uniforme camuflado, equipamentos pesados de campanha e armado com submetralhadoras. Por meio de uma Ordem do Dia, o Comandante Geral do CFN, Vice-Almirante (FN) Rubens Constant de Magalhães Serejo, transmitiu uma mensagem para aquele destacamento que estava por iniciar o deslocamento rumo à nova capital:

“Marinheiros e Fuzileiros.

Recebestes do nosso Ministro a missão altamente honrosa de fazer chegar às mãos do Chefe Supremo da Nação a mensagem que traduz o sentimento da Marinha pela inauguração da nova Capital. Assim, será mais uma participação efetiva da nossa Marinha, sempre presente aos maiores acontecimentos da História da Pátria. Para grandeza do fato histórico que se vai desenrolar no cenário montado em pleno planalto central de nossa terra, era necessário que o empreendimento que vos caberá cumprir tivesse a ressonância da epopeia da obra realizada: a mensagem a ser

conduzida pela Companhia de Reconhecimento do Corpo de Fuzileiros Navais, incorporada às suas fileiras vinte marinheiros dos navios de nossa Esquadra, – em coluna de marcha – “a pé” – da cidade do Rio de Janeiro à nova Capital, em Brasília. Do êxito da missão que vos foi outorgada não temos dúvidas, pois sempre temos presente que a nossa principal tarefa, e razão de ser, é vencermos a praia hostil embora com sacrifício de nossas vidas. Portanto, ao entregar-vos a mensagem de nossa Marinha, entrego-vos também os nossos votos por um resultado feliz e que Deus vos guarde durante esta jornada gloriosa.”

A distância percorrida foi de cerca de 1.221 km em um prazo relativamente curto: 24 dias. Deu em média 50 km/dia, sem margem de segurança para atender a qualquer eventualidade. Havia uma organização em relação ao planejamento para prevenir ocorrências que atrasassem ou impossibilitassem o deslocamento da coluna.

Nos dias 27, 28 e 29 de março, as etapas determinadas foram de 32, 42 e 44 km, respectivamente, tudo isso visando uma adaptação do corpo à rotina de marchas diárias. Com isso esperava-se – o que realmente aconteceu – melhor adaptação orgânica dos homens ao esforço exigido pela marcha. No quarto dia foi atribuída a etapa de 50 km e, daí em diante, de 52 e 56 km diários.

Até o quinto dia, os homens sentiam dores musculares que, entretanto, não os impediam de integrar a coluna. Uma vez iniciado o deslocamento, com o aquecimento dos músculos, as dores desapareciam.



*Na concentração,  
antes do desfile*





**O Presidente JK recebe a homenagem da MB**

Nesse início também ocorreram ferimentos nos pés que impediam o uso de calçados de qualquer tipo, o que foi diminuindo até que todos ficaram em perfeitas condições. A partir do quinto dia de marcha, os integrantes preferiram cumprir etapas ainda maiores do que as previstas nas publicações militares.

Os homens preferiam marchar uma distância maior pela manhã; nesse período havia mais disposição. Após o primeiro grande alto (hora do almoço), o ânimo dos homens era sensivelmente reduzido, essa queda no ânimo ocorria no período aproximadamente das 13 às 15h30.

Os destacamentos eram divididos em dois grupos e seguiam um de cada lado da pista. Na retaguarda iam as viaturas de saúde, apoio e de comando. O comandante, o imediato, o oficial assessor e um dos médicos iam à frente da formatura. O desfile era acompanhado de palmas e vivas à Marinha, proferidos pelos mais entusiasmados, nas cidades em que passavam.

As fardas eram leves, e, logicamente, os equipamentos possuíam menor peso. O uniforme camuflado usado pelos soldados satisfazia plenamente as exigências de conforto e apresentação.

A seguir, o texto da carta que foi conduzida pelo

destacamento e entregue ao Presidente da República Juscelino Kubitschek, por ocasião da inauguração da nova Capital Federal – Brasília:

“Sr. Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira

A Marinha do Brasil, no passado, soube concorrer de maneira decisiva, com trabalho e sacrifício, para a grande obra da unidade nacional. Hoje, quando se efetiva a tarefa ciclópica da integração nacional, ela envia a vossa Excelência sua mensagem de fé e esperança nos destinos do povo brasileiro, que terá eternamente Brasília como um marco no progresso plantado, com energia e determinação, no coração do Brasil.

Rio de Janeiro, DF, 27 de março de 1960.

Jorge do Paço Matoso Maia

Almirante de Esquadra, Ministro da Marinha.”

A essa missão atribuiu-se o codinome de “Operação Alvorada”. Após a chegada a Brasília, um destacamento de fuzileiros navais iniciou o reconhecimento das áreas onde posteriormente seria instalado o Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília, organização militar que permanece prestando apoio para as instituições da Marinha localizadas no Planalto Central até os dias atuais. ■

## Referências

- Marinha do Brasil - CGCFN-1003 – Manual Básico do Fuzileiro Naval, Rio de Janeiro, 2008.
- Construção de Brasília, Mayra Poubel. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/construcao-de-brasil>>. Acesso em 27 out 2018.
- Brasília: a Cidade-Sonho. Disponível em: <<http://www.df.gov.br/historia/>>. Acesso em 28 out 2018.
- Contexto Histórico. Disponível em: <<http://brasil50.info/brasil50.html>>. Acesso em 28 out 2018.
- A história da transferência da Capital brasileira para o centro do País. Disponível em: <<https://alunosonline.uol.com.br/historia-do-brasil/a-historia-transferencia-capital-brasileira-para-centro-do-pais.html>>. Acesso em 27 out 2018.
- COUTINHO FILHO, A pé para Brasília, crônicas de uma marcha/ Coutinho Filho, Alfredo de Souza; Rio de Janeiro, ed. Relume Dumará - 2004.
- Boletim do Clube Naval nº 179 de 1964 – Operação Alvorada
- Seus Fundamentos e Repercussões – CT (FN) Newton Lemos de Azevedo.
- Revista Marítima Brasileira abr/mai/jun de 1980, números 4,5 e 6 – Biblioteca da Marinha – Operação Alvorada – CT (FN) Newton Lemos de Azevedo.
- “O Anfíbio” – Jornal dos Fuzileiros Navais, fev e mar de 1960
- Exemplar do Museu do Corpo de Fuzileiros Navais.
- Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília. 2017, Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Grupamento\\_de\\_Fuzileiros\\_Navais\\_de\\_Bras%C3%ADlia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Grupamento_de_Fuzileiros_Navais_de_Bras%C3%ADlia)> . Acesso em 29 out 2018.



# A mais bela das ~ PROFISSÕES

**V Alte (Ref) Sergio Tasso Vásquez de Aquino**

**E**m 22 de abril de 1952, Dia do Descobrimento do Brasil em 1500, a grande maioria dos 165 aprovados no Concurso de Admissão ao Colégio Naval, moradora na então Capital da República, embarcou, no cais do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, no Contratorpedeiro de Escolta (CTE) *Bauru*, veterano da Segunda Guerra Mundial, da qual participou, sob a Bandeira do Brasil, protegendo os navios mercantes nos comboios que navegavam no Atlântico, a partir de e para os portos nacionais e estrangeiros. Seu destino era Angra dos Reis, onde se situava a nova “célula mater” da Marinha, inaugurado que fora no ano anterior.

Encontrava-me eu entre esses jovens vibradores e esperançosos, honrado especialmente por me haver classificado em primeiro lugar no desafiador, difícil e seletivo exame, que congregara milhares de candidatos de todo o Brasil. Motivava-nos a todos a vocação, o chamado de Deus plantado no coração, feita pelo amor ao mar, o desejo de servir à Pátria e de pertencer ao seletivo grupo de homens bravos e honrados que, através de nossa História, tanto se haviam destacado, na paz e na guerra, na defesa da independência, da soberania, da segurança, da honra e da grandeza do Brasil.

A redação da prova de Português tivera, como tema, “Por que escolhi a Marinha?”. Pude dizer que, desde criança, desenhara e pintara navios mercantes e de guerra que portavam a Bandeira do Brasil. Que me atraía a vida cheia de ventura e de aventura dos marinheiros, que enfrentavam

com bravura os percalços tormentosos do mar-oceano, navegavam pelos mares do mundo e conheciam novas terras e novas gentes, envolvidos numa aura de romantismo e mistério, sempre gozando de lugar especial na admiração das mulheres de todas as latitudes e longitudes. Que me tocavam sobremaneira os feitos heroicos dos homens do mar em todas as guerras externas e nas lutas para manter a unidade nacional





de nossa Pátria, por mim conhecidos das aulas de História e através dos livros sobre os feitos notáveis dos soldados e marinheiros do Brasil que meu Pai sempre me dava, desde quando bem menino era eu. Do mesmo modo, que muito me influenciaram os relatos e as imagens dos combates navais que decidiram a sorte da guerra havia pouco terminada, em 1945, na Batalha do Atlântico, principalmente contra os submarinos do Eixo, da qual participou a Marinha do Brasil, e na Guerra do Pacífico, envolvendo portentosos meios de superfície, submarinos, aéreos e de fuzileiros navais, aliados e japoneses.

Que desejava levar, com muito orgulho, aos portos e mares do mundo, o meu navio com o auriverde pendão da esperança tremulando aos ventos em seu mastro de honra, significando a presença do Brasil, para ser conhecido e respeitado por toda a parte. Falei do garbo e da apresentação impecável das tropas navais em desfile, da emoção causada pelos seus belos uniformes e pelo som inconfundível das bandas marciais. Que, aluno do magnífico Colégio Militar do Rio de Janeiro desde os onze anos de idade, já havia decidido ser

militar, do Exército e de Cavalaria, como meu Pai, mas que a muito bem feita propaganda da Marinha sobre a recente inauguração do Colégio Naval, “no belo e aprazível recanto do litoral fluminense”, me trouxera à memória os muito alinhados oficiais de Marinha que havia conhecido em Washington, DC, EUA, onde meu pai servia durante a Guerra, de 1942 a 1945. Então, resolvi: vou para a Marinha!

Desembarcados do *Bauru* no porto de Angra, na tarde do mesmo 22 de abril de 1952, fomos marchando em formatura pela estrada que conduz à Enseada Batista das Neves, onde ficam as imponentes instalações do Colégio Naval, destacando-se, na sua cor amarela, entre o mar diante de si e o verde da mata que se espria pelas montanhas ao fundo. Esperavam-nos, formados, a oficialidade e a guarnição, os veteranos do segundo ano e os colegas de turma procedentes dos Estados que não o Rio de Janeiro, chegados dias antes e já aquartelados. Em belo, inspirador e comovedor discurso de boas-vindas, o Comandante, então CMG Mário Costa Furtado de Mendonça, marcou-nos com as seguintes palavras: “Se jovem eu fora, estaria de novo entre vós, para incorporar-me, uma vez mais, à MAIS BELA DAS PROFISSÕES!”

Nossos licenciamentos para o Rio de Janeiro, sempre a bordo dos valentes CTE e CT Classe A, processavam-se a intervalos de dois a três meses. Nos demais fins de semana, costumávamos navegar a pano pelas ilhas da Baía da Ilha Grande, para animadas “patescarias”, usando nossos escaleres. Assim, foram sendo cimentados o amor ao Colégio, a amizade entre as duas turmas, depois de vencido o duro período inicial de trotes, e o pendor marinheiro em nossas almas, mentes e corações.

Fomos transferidos para a Escola Naval em março de 1954, para viver na plenitude a glória de sermos aspirantes de Marinha! Éramos a elite estudantil da época, recebidos em todos os ambientes e festejados e acolhidos com agrado por toda a sociedade, da mesma forma que os colegas da Academia Militar das Agulhas Negras e da Escola de Aeronáutica, então ainda do Campo dos Afonsos. Considerados bons partidos, éramos disputados pelas mocinhas casadoiras e suas famílias, mães esperançosas à frente. Reinávamos nas festas, bailes de formatura, grandes eventos sociais e culturais. Sentíamos, e assim éramos universalmente tratados, como verdadeiros príncipes!



Um colega um ano mais antigo, que havia participado das Comemorações do Quarto Centenário de São Paulo, em 25 de janeiro de 1954, relatou-me a imensa euforia das jovens paulistanas diante da presença da Delegação da Escola Naval. O entusiasmo feminino levou a que botões dos uniformes chegassem a ser arrancados, e alguns casamentos acabaram acontecendo, como consequência dos namoros então iniciados com moças das famílias quatrocentonas...

O Baile de Onze de Junho, no Clube Naval, era extremamente requintado e muito disputados eram seus convites. O uniforme era a casaca e a festa tão maravilhosa, que me deixou perplexo, quando nela estive, pela primeira vez, graças a ser o aspirante número um do Primeiro Ano, em 1954.

Guardo a lembrança de outros acontecimentos marcantes de que participei, pelo simples fato de ser Aspirante de Marinha. Entre eles, a recepção pela posse do Presidente Juscelino Kubitschek, no Palácio Itamaraty, a inauguração da primeira refinaria do Brasil, no interior de São Paulo, viajando em trem especial e acompanhando Delegação do EMFA e da ESG, festas variadas, aniversários de quinze anos, bailes de debutantes e de formaturas, no *Country Club*, Fluminense, Tijuca e Grajaú Tênis Clube e outros ambientes de elite, comemorações e recepções em Embaixadas estrangeiras, sessões culturais na Academia Brasileira de Letras, apresentações de orquestras sinfônicas, de óperas e de dança clássica no Teatro Municipal.... Como Diretor de *A Galera*, revista dos aspirantes de Marinha, e Presidente do Grêmio Literário *Phoenix*

*Naval*, tive ainda oportunidade de conhecer e privar com grandes vultos de nossas Letras, como Manuel Bandeira e Austregésilo de Athayde.

Quando me decidi por seguir a carreira das armas, meu pai, que dizia desejar que eu fosse engenheiro, pelos talentos que vislumbrava em mim, em face dos excelentes resultados escolares colhidos no exigente Colégio Militar, e pela convicção de que, no Brasil, muito ainda restava a construir, finalmente declarou sua enorme satisfação pela escolha que eu fizera, e me falou: "Meu filho, você jamais será rico, mas terá o suficiente para viver dignamente. Nunca terá patrões, mas sim Chefes. Jamais ficará sozinho, porque terá sempre a Instituição Militar e seus colegas ao seu lado, e sua dignidade jamais será atingida, por mais baixo na hierarquia que seja seu posto, se você se der ao respeito e se portar com correção e altivez".

Conseguimos, minha mulher e eu, criar e educar (e formar para a vida e para serem bons cidadãos) adequadamente quatro filhos, que frequentaram boas escolas, tiveram assistência médica satisfatória e sempre residiram em bons endereços. Desde 1990, tal situação não mais ficou ao alcance dos militares, especialmente os da mais baixa hierarquia e/ou no início da carreira. As alterações na orientação política dos governantes que desde então se sucederam, diferentemente da adotada pelo Movimento Restaurador de 31 de Março de 1964, resultaram em faltarem às Forças Armadas os recursos e meios necessários para se reaparelharem e atualizarem, num mundo marcado de guerras, ambições sobre o patrimônio nacional





alheio e conflitos, e aos militares a remuneração digna a que fazem jus.

O argumento usado tem sido, sempre, o de que o Estado não dispõe de recursos para atender esses ingentes reclamos que têm repercussão direta e fundamental na Segurança Nacional e no Moral do Pessoal. Em paralelo, constatavam-se desvios, desperdícios e malversação dos recursos públicos nas três esferas e nos três níveis governamentais.

Enquanto almirante no Serviço Ativo, cumprindo meu Dever de Chefe e por entender, claramente, que, dentro dos princípios basilares da disciplina e da hierarquia, são os mais antigos que devem falar pelos subordinados e zelar pelo seu bem-estar, moral elevado e prontidão para todas as Missões, na paz e na guerra, bati-me firme e incansavelmente pelo estabelecimento da Isonomia na Remuneração de todas as pessoas pagas pelo Estado, pelo fortalecimento e atualização da Expressão Militar do Poder Nacional, pela devolução das condições social e econômica de que os militares gozavam antes de 1990, tornando de novo atraente e desejada nossa carreira das armas para a elite estudantil brasileira e restaurando o lugar invejável de que sempre havíamos desfrutado na sociedade. Custou-me isso o afastamento indesejado e prematuro da Carreira. Na Reserva e Reformado, apenas com o poder da palavra escrita e falada, o único que me resta neste inverno da vida, continuo há 27 anos no Bom Combate, sempre lutando pelo melhor para o Brasil e suas gloriosas e invictas Forças Armadas.

Reitero, a todos aqueles que, hoje, têm poder de

decisão, uma sugestão que apresentei, em 23 de abril de 1992, sendo Vice Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e representante do estamento militar, na Primeira Reunião dos Três Poderes sobre Isonomia de Remuneração no Serviço Público, realizada no prédio Anexo ao Congresso Nacional (a segunda seria realizada em 08 de maio de 1992, no EMFA, presidida por mim) e que tenho repetido seguidamente desde então: “Se não há recursos para pagar adequadamente os militares e os civis do Plano de Classificação de Cargos, que se estabeleça como limite de remuneração, para todas as pessoas que recebem do Estado, e sem quaisquer exceções, penduricalhos e jeitinhos, o rendimento bruto dos Almirantes de Esquadra”.

O Brasil precisa que “A MAIS BELA DA PROFISSÕES” seja resguardada, preservada na sua grandeza, elevada, voltando a merecer de fato todo o apreço e a maior consideração da parte do Estado e dos Governos, de todas as pessoas por eles responsáveis, como já tem do povo, que a considera a mais confiável das Instituições Nacionais. Só quando as elites políticas, econômicas e psicossociais entenderem o papel fundamental, único e exclusivo das Forças Armadas, e agirem de acordo, poderá a Nação ter segurança para gozar, na plenitude, da independência, da soberania, da integridade do patrimônio nacional, da integração nacional, do progresso, da paz social e da democracia, apanágio da “livre terra dos livres irmãos”, que nos foi legada pelo sangue, pelo suor, pela bravura, pela coragem, pela determinação e pelo patriotismo dos nossos heroicos ancestrais! ■





# O TEMPO EM DOIS TEMPOS

CC (S) Haendel Motta Arantes\*

Em meio ao ritmo exponencial, permanece entrelaçada a temporalidade plantio-colheita dos agricultores de outrora. Contradições do momento. O presente artigo investiga esses dois tipos de ritmo temporal.

## REGRA DE TRÊS

**A**ntes, encontrar um verbete numa enciclopédia levava de 2 a 3 minutos, e um iniciante alcançava sua plenitude profissional lá entre 15 e 20 anos de formação.

Hoje ele encontra o mesmo verbete em 2 ou 3 segundos. Quanto tempo leva para atingir a plenitude de sua formação?

Os mesmos 15 a 20 anos? Menos? Mais?

Se o tempo acelerou para determinados eventos, para outros permanece o mesmo que os primeiros agricultores conheceram.

Ir do zero à fluência em outro idioma. Dominar bem um instrumento musical. Certas capacidades se desenvolvem na temporalidade vegetal, ontem, hoje e amanhã.

Chega a ser difícil perceber isso no meio de tantas promessas de atalho. E tal lentidão vale tanto para o desenvolvimento de habilidades técnicas (*hard skills*), quanto para habilidades menos palpáveis (*soft skills*), como liderança, autoconhecimento, flexibilidade, juízo crítico.

Sim, e as mudanças exponenciais provenientes da revolução digital (agora catalisadas ainda mais pelo impacto da pandemia do coronavírus) estão aí, ligeiríssimas. Quantas, em tão pouco tempo. *Google, WhatsApp, Netflix, Uber*, empresas com poucas ou menos de uma década de existência.



Aqui, uma comparação eloquente entre os ritmos linear e exponencial. Imaginemos um homem dando trinta passos:

**Passo linear:** a cada passo, 1 metro; 30 passos, 30 metros.

**Passo exponencial:** a cada passo a distância dobra (1, 2, 4, 8, 16, 32, 64...); 30 passos, 1.073.741.824 metros (26 voltas na Terra).

Dada a liquidez do cenário atual, há quem inverta a regra de três e a lance no infinito: já não existe plenitude profissional, estamos agora apenas em perene formação.

Não posso discordar em nada dessa conta.



## ECONOMIA DE PRAZER

No período inicial de arrancada da *Amazon*, Jeff Bezos simplesmente não distribuiu os dividendos dos esperados *quarters* (quadrimestres) aos acionistas, decidido a reinvestir cada centavo no negócio. Manobra com punho de líder.

Freud esquadrinha nossa economia de prazer em dois princípios: do prazer e da realidade. O princípio do prazer anseia por satisfação imediata, o da realidade suporta a estação do desprazer para, só assim, alcançar colheitas de outra ordem.

Amadurecer seria aprender a renunciar ao prazer imediato? Isso pode ser enganoso, a velocidade exponencial está aí, ou seria melhor contar apenas com a linearidade do crescimento vegetal... e ser ultrapassado?

O professor Nelson Repenning, do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), chama esse dilema de “*Worst before Better vs. Better before Worst*” (o pior antes do melhor versus o melhor antes do pior).



Dilema para o qual não há respostas fáceis.

## NEOMANIA

Apreciemos agora um trecho do livro *ANTIFRÁGIL*, de Nassim Nicholas Taleb:

*“...pessoas que se dedicam a produzir tais relatos do futuro tenderão a apresentar uma (incurável e irremediável) neomania, o amor pelo moderno como um fim em si mesmo.”*

*“Esta noite me encontrarei com amigos em um restaurante (as tavernas existem por, pelo menos, 25 séculos). Entrarei no ambiente usando sapatos bem*

*pouco diferentes daqueles usados há 530 anos pelo homem mumificado, descoberto em uma geleira nos Alpes austríacos. No restaurante, usarei talheres, uma tecnologia da Mesopotâmia que pode ser qualificada como um ‘aplicativo matador’, considerando-se que esses utensílios me permitem destrinchar a perna de um carneiro poupando meus dedos de queimaduras. Beberei vinho, um líquido que vem sendo consumido por, pelo menos, seis milênios. O vinho será servido em taças, uma inovação reivindicada por meus compatriotas libaneses como proveniente de seus ancestrais fenícios, e se alguém tiver discordâncias quanto a essa origem, podemos dizer que os objetos de vidro vêm sendo vendidos por eles como ornamentos há pelo menos 2.900 anos. Após o prato principal, terei uma tecnologia, de certa forma, um pouco mais nova, queijo artesanal, pagando preços mais altos por aqueles que mantiveram a mesma maneira de preparação por vários séculos.”*

*“Se alguém, em 1950, tivesse previsto uma reunião tão íntima, teria imaginado algo completamente diferente. Então, graças a Deus, não estarei vestido com um terno sintético brilhante em estilo espacial, consumindo pilulas nutricionalmente otimizadas enquanto me comunico com meus companheiros de jantar por meio de telas. Os comensais, por sua vez, expelirão em meu rosto germes transmitidos pelo ar, já que não estarão em remotas colônias humanas espalhadas pela galáxia. A comida será preparada com uma tecnologia muito arcaica (fogo), com o auxílio de utensílios de cozinha e instrumentos que não sofreram alterações desde os romanos (exceto quanto à qualidade de alguns dos metais utilizados). Estarei sentado em um dispositivo de (pelo menos) 3 mil anos de idade, vulgarmente conhecido como cadeira (que será, quando muito, menos ornamentada do que sua majestosa ancestral egípcia). E não irei ao restaurante com a ajuda de uma motocicleta voadora.”*

O autor cutuca com maestria previsões ousadas sobre as transformações prometidas pelo impacto da inteligência artificial, automação, *blockchain* etc. Sim, elas virão, e bem depressa, mas entremeadas ao tempo lento das coisas que resistem.

Para encerrar, uma reflexão: ainda que consigamos, com Einstein, conceber a relatividade do espaço-tempo, é no tempo-e-espaço de Newton que habitamos, irremediavelmente. Nele, duas temporalidades parecem agora coexistir. ■

*\*Mestre em Psicologia (PUC-Rio).*



# AS BOMBAS DE LASTRO

**CMG (Ref) Eden Ibrahim**

**E**ntenda-se como “fazer lastro” ou “manobrar o lastro” a ação em que um navio admite e/ou remove de/para seus tanques de lastro volumes consideráveis da água onde o navio navega. Essas ações têm várias finalidades: a mais conhecida é para manter o navio trimado (equilibrado) sem inclinações para qualquer bordo e valores de calados compatíveis com os trabalhos em andamento. Outra é manter distribuídos os esforços sobre a estrutura do navio na medida em que a carga for sendo embarcada ou removida. Os navios sem carga, vazios, também fazem lastro antes de sair para o mar ou serão desviados pelo vento e seu hélice ficará parcialmente fora da água sem proporcionar a velocidade esperada.

Os navios que comandi eram contêineres e Ro-Ro. Isto significa que os navios tinham rampas para embarque e desembarque de cargas sobre rodas. Para tanto, os porões desses navios não tinham anteparas transversais. Nesse caso, a Convenção SOLAS exige uma grande capacidade de bombeamento para compensar eventuais “águas abertas” (orifícios no casco). Daí resulta que as bombas desses navios, as de esgoto, as de lastro e outras, eram várias vezes maiores do que normalmente se encontra em praças de máquinas. Por isso, em dois desses navios era necessário acionar um segundo gerador para ser possível usar a bomba para lastrar ou deslastar os tanques.

Para os que não vivenciaram um navio carregando e descarregando contêineres simultaneamente em três posições isso pode parecer um problema

menor. Mas, para encaixar o contêiner corretamente no seu local, o navio não pode estar muito adernado (inclinado). Isso implica que o oficial de serviço no convés frequentemente requeria ao oficial na máquina para colocar ou retirar lastro de algum tanque. Para





atender ao pedido, o maquinista precisa deixar a manutenção em que estava trabalhando, acionar mais um grupo gerador, para só depois ligar a bomba de lastro. E isso podia se repetir várias vezes durante um turno de serviço, o que era fonte de atrito entre os oficiais do convés e da máquina. Vez por outra, o maquinista deixava o segundo gerador funcionando e, por isso, era chamado a atenção pelo chefe das máquinas.

Os dois navios mais modernos da empresa na qual eu trabalhava foram construídos com um sistema automático que acionava uma bomba específica, menor, para trocar lastro entre dois tanques nos bordos do navio, sempre que uma inclinação era observada, tudo automaticamente. Era chamado de sistema anti-*heeling* (anti-adernamento) e operava independentemente do sistema de lastro. Os lastros e deslastros maiores eram postergados para o final da operação de carga. Todas as válvulas do sistema de lastro ficavam em um compartimento, o “centro de carga”, onde eram operadas pelo

### **Motores das bombas de lastro de um navio**



oficial de náutica ou pelo imediato. Nestes dois navios mais modernos não ocorriam atritos como nos outros.

Realmente, a manobra com o lastro era um problema que retardava os trabalhos na máquina, ou os trabalhos de carregamento de contêineres se o maquinista não acionasse o gerador e a bomba de lastro para, em seguida, abrir e/ou fechar as válvulas dos tanques de lastro requeridos.

“Queimei” muitos neurônios nessa questão que incomodava bastante. Até que observei a posição dos tanques de lastro. Os chamados tanques de “duplo fundo” ficavam todos abaixo da linha d’água em qualquer situação de carregamento. Eram 14 tanques planos, na horizontal, localizados entre o fundo chato do navio e o piso do porão inferior. Outros tantos tanques (chamados laterais) eram verticais, localizados entre o costado do navio e os porões. Esses laterais também ficavam abaixo da linha d’água, embora parcialmente. A altura da água que seria possível admitir por vasos comunicantes nesses tanques variava conforme a quantidade de carga embarcada. Assim sendo, o navio poderia lastrear qualquer dos tanques “duplo fundo” apenas abrindo as válvulas para isso. E de modo similar podia lastrear, parcialmente, os laterais. O velho princípio dos vasos comunicantes poderia ajudar! Lembrei dos submarinos que lastream seus tanques para mergulhar apenas abrindo válvulas e decidi experimentar. Funcionou! Então não seria necessário acionar o gerador extra para ligar a bomba de lastro. Isso seria necessário apenas para remover lastro e reorganizar a sua distribuição após o término das operações de carga, atenuando assim os esforços estruturais.

Eu tenho uma memória imprevisível, mas alguns fatos vividos ficam bem guardados. Lembro da ocasião em que, ao passar pela praça de máquinas do navio por outro motivo, observei a bomba de lastro operando e apenas um gerador funcionando.

Vocalizei o meu espanto e ouvi a resposta do 2º Oficial de Máquinas: “Comandante, a bomba está girando, mas não está ligada. Apenas abrimos as válvulas – é a sua ideia!”. O oficial disse isso em um tom meio surpreso, meio respeitoso. Balbuciei um “sim” e coloquei as mãos sobre o motor. Senti o metal frio, em vez do morno que estaria se o motor estivesse ligado. Inesquecível! É gratificante observar uma ideia sua dando certo e em funcionamento! ■



# INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, PORTA-AVIÕES E COVID-19

China,  
a nova  
potência  
pós-crise?

Cel R/1 FEsp Mario Caldas \*1  
CMG (RM1-FN) Andre Accioly \*2

*“À toda ação existe uma reação  
oposta de igual intensidade”*  
(Isaac Newton)

**E**m 15 de setembro de 2017, o Departamento de Cooperação Internacional do Ministério da Ciência e Tecnologia (MOST) da China divulgou um documento intitulado *Next Generation Artificial Intelligence Development Plan – China’s Strengths Creates Innovation Miracles* (Plano de Desenvolvimento da Próxima Geração de Inteligência Artificial (IA) – O Poder Chinês Criando Milagres de Inovação) que delineava um plano de inovação tecnológica a ser atingido até 2025, detalhando claramente suas fases, ações e objetivos intermediários.

O plano incluía não apenas objetivos relacionados à tecnologia da informação, mas também elencava

realizações de cinco anos anteriores, entre as quais, o lançamento do porta-aviões *Liaoning* (seguido em 2019 pelo porta-aviões *Shandong*), a nova classe *Nanchang* de contratorpedeiros de 10.000 toneladas (com um navio já comissionado e seis em finalização), o trem-bala *Fuxing* e os satélites *Mozi* e *Chan*.







avaliou mais de 2 milhões de artigos acadêmicos publicados até o final de 2018, chegando à conclusão que a China já havia ultrapassado os Estados Unidos em número de artigos publicados sobre IA. Atualmente, apenas 10% das citações em artigos científicos de IA fazem referência a artigos norte-americanos e a previsão é de que, até 2025, esse número caia para apenas 1%. De uma participação de 5.000 artigos publicados em 1985 a 143.000



Fica evidente que a China entende o desenvolvimento da IA e sua expansão militar como partes da mesma estratégia para impulsioná-la como a potência rival dos Estados Unidos, nos próximos cinco a dez anos. Até onde se pode verificar, o plano vem sendo rigorosamente executado e cumprido.



O motor desse plano é uma força de 81 milhões de cientistas e 170 milhões de trabalhadores altamente qualificados (dados de 2017). Embora impressionantes, tais números não seriam suficientes para avaliar a capacidade chinesa de atingir os objetivos auto impostos. É preciso considerar o aspecto qualitativo desses recursos. Para tal, a melhor ferramenta seria considerar a participação acadêmica chinesa, nesse caso, especificamente relativa à área de IA.

Em março de 2019, o projeto *Semantic Scholar*

em 2018, o salto quantitativo foi gigantesco. O artigo do *Allen Institute for AI*, do qual foram obtidos esses números, traz também detalhes sobre a metodologia utilizada.

Contudo, nem toda pesquisa científica nasce igual. Tradicionalmente as pesquisas chinesas, principalmente em Ciência da Computação e, em particular na área de IA, eram consideradas como contribuições incrementais ou pouco significativas. A partir de 2005, esse cenário mudou radicalmente e o aspecto qualitativo dos artigos científicos chineses evoluiu enormemente. Ou seja, a China investiu pesadamente em desenvolver e capacitar seus melhores cientistas nas áreas de tecnologia de ponta nos últimos quinze anos.

Crescendo em média 7,6% ao ano na última década, a China despontou como a segunda potência numa revolução econômica e social sem precedentes. Tudo parecia bem até que, em 23 de janeiro de 2020, o governo chinês decretou o “*lockdown*” (fechamento) na cidade de *Wuhan* devido a uma nova gripe de origem incerta que estava matando muitas pessoas rapidamente.

Nesse momento a epidemia causada pela COVID-19 parecia um problema distante do Ocidente. Três meses depois, o resto do mundo experimenta efeitos devastadores na economia global devido ao fechamento temporário ou permanente de empresas, com a perda massiva de postos de trabalho. Apenas para efeito de comparação, a taxa de desemprego nos EUA até fevereiro deste ano era de 3,5%, representando 3 milhões de desempregados. Entre fevereiro e março, esse número cresceu em 6,3 milhões, e apenas entre o fim de março e o começo da segunda semana de abril, aumentou em outros 6,6 milhões, representando 13% da população de acordo com o Departamento de Trabalho dos EUA.

Tem sido lugar comum comparar a crise da COVID-19 com a da gripe espanhola de 1918 pelo lado sanitário, ou com o *crash* (queda) da bolsa em 1929 pelo lado econômico. Todavia, fatores nem sempre mencionados são as diferenças na velocidade de dispersão e impacto em múltiplos países ao mesmo tempo. Diferente das crises do passado, a crise atual atingiu 186 países em menos de 60 dias o que, com o atual nível de globalização das cadeias produtivas, levou a um inédito “*shutdown*” (apagamento) mundial. O planeta foi sendo desligado, dia após dia, seguindo as linhas dos fusos horários.

Na História da Humanidade, crises sempre antecedem mudanças. Em um interessante artigo, Valter Hime avalia os impactos da atual crise nos modelos de relação de trabalho que surgirão quando o mundo sair do outro lado do túnel. Existem poucas certezas. Uma delas é que isso tudo vai passar. A outra é que não seremos os mesmos ao final desse processo.

Nesse contexto, observando sob o prisma da História no decorrer do tempo, além das visíveis e possíveis mudanças e transformações de condutas e costumes sociais, podemos tentar projetar o novo amanhã geopolítico global.

O primeiro aspecto é o fato dos países, tradicionalmente mandatários e que normalmente lideram as diversas demandas mundiais, atuando intensamente

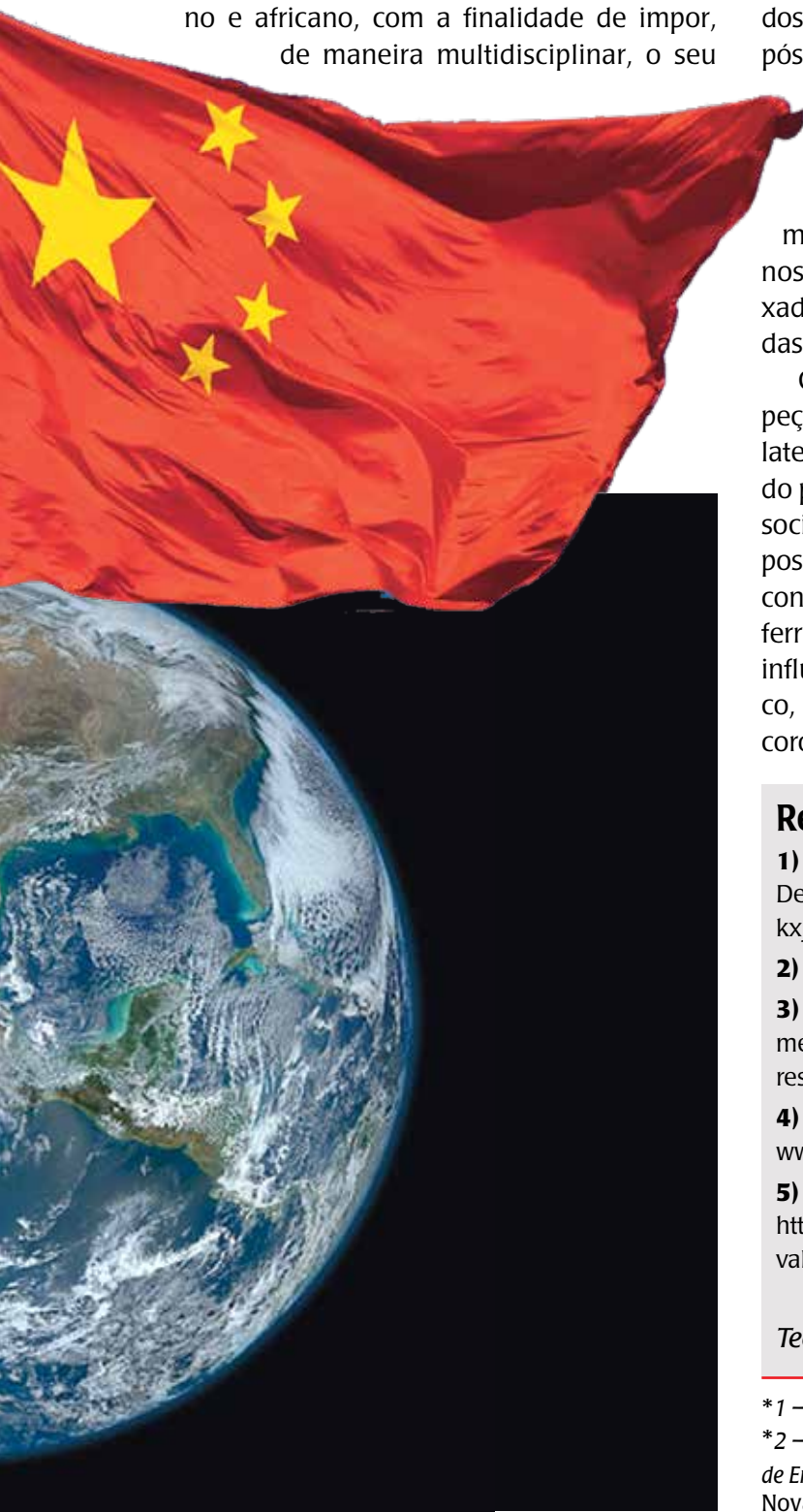
nos diversos campos do poder, como EUA, Reino Unido e França, terem sofrido um baque em suas economias e, particularmente, terem perdidos seus compatriotas dentro de seus territórios, por uma pandemia originária em outro país, que poderia ter sido evitada ou controlada previamente, causando menores danos e mortes. Os três acima mencionados (que possuem assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e vencedores da II Guerra Mundial), aliados às outras potências econômicas, como Japão, Alemanha, Itália, Canadá, Espanha e Índia, poderão não deixar “barato” ficar assistindo a suas economias destroçadas enquanto suas populações são dizimadas e enterradas, em pleno século XXI. Tudo isso por um possível “descuido”, “falha” ou “ato” da China, país segundo toda a imprensa mundial divulga, e a OMS confirma, como sendo o país de origem da COVID-19.

O segundo fator é que, ao que tudo indica, a





China, um país de governo totalitário, um só partido, que tem por objetivo público e precípua se tornar a super potência mundial até 2050, vem tomando a liderança econômica em vários continentes, aliado ao fato de que os chineses vêm apoiando governos totalitários e governos simpatizantes ou ideologicamente similares aos seus, nos continentes sul-americano e africano, com a finalidade de impor, de maneira multidisciplinar, o seu



sistema unipartidário para a consecução dos objetivos econômicos e geopolíticos.

É exatamente nesse ponto que se encaixa o projeto chinês de uso intensivo de tecnologias de IA e aparelhamento militar, sendo a IA um fator multiplicador de força gigantesco, seja para uso no campo interno ou externo. Dito isto, é lícito supor que a China e seus aliados irão para uma fase de “aproveitamento do êxito” no pós-depressão econômica mundial, acelerando as suas atividades em busca da supremacia geopolítica.

Os aspectos acima mencionados levam a crer que os líderes das potências econômicas e hegemônicas, particularmente da maior potência militar e econômica do mundo, poderão, ou ao menos já estariam planejando, dentro da ótica do jogo de xadrez geopolítico mundial, uma virada ou retomada das rédeas para a manutenção do equilíbrio do poder.

Concluimos projetando um significativo reajuste das peças do xadrez geopolítico, por meio de ações multilaterais no nível mundial, para o devido realinhamento do poder, por meio de medidas conjuntas de impactos socioeconômicos, decididas em blocos. Além da grande possibilidade do acirramento, devidamente planejado e conduzido, de determinados conflitos regionais, como ferramenta de retaliação e de reajuste dos níveis de influência continentais nos campos militar e econômico, por parte dos países afetados no pós-depressão do coronavírus. ■

### Referências:

- 1) Next Generation Artificial Intelligence Development Plan – <http://fi.china-embassy.org/eng/kxjs/P020171025789108009001.pdf>
- 2) Semantic Scholar – <https://www.semanticscholar.org/>
- 3) China May Overtake US in AI Research – <https://medium.com/ai2-blog/china-to-overtake-us-in-ai-research-8b6b1fe30595>
- 4) Unemployment Insurance Weekly Claims – <https://www.dol.gov/ui/data.pdf>
- 5) A Luz no Fim do Túnel – Valter Hime, 11/4/2020 – <https://www.linkedin.com/pulse/luz-do-fim-tunel-valter-hime>

● Artigo originalmente publicado na revista *Tecnologia e Defesa* em 18/4/2020.

\*1 – *Paraquedista Militar, Comandos e Operador de Forças Especiais.*

\*2 – *Mestre em Sistemas e Computação pelo Instituto Militar de Engenharia e Doutorado em Ciência da Computação pela Nova Southeastern University.*



# CONSIDERAÇÕES SOBRE O SETOR ELETRICO

**Luiz Carlos Gabriel\***

A geração de energia elétrica no Brasil é basicamente caracterizada pela utilização de fontes primárias renováveis, com especial destaque para as fontes hídricas, que representam um percentual da ordem de 65% da Matriz Energética. Este sistema, entretanto, atualmente passa por uma Transição Hidrotérmica. O que significa isto?

Esta transição é o resultado da desregulação da geração hidroelétrica, que por este motivo passa a necessitar da participação de fonte térmica para contribuir na segurança do abastecimento. A desregulação ocorre devido à diminuição da capacidade de uma fonte hídrica de recompor o volume de água usada na geração, notadamente devido à menor afluência no seu reservatório. Conseqüentemente, quanto menor volume de água armazenada, menos energia potencial para ser transformada em energia elétrica.

Há evidência de desregulação quando a taxa de crescimento das usinas térmicas passa a ser muito maior do que a taxa de crescimento das hidroelétricas, como ocorre hoje no Brasil. Basta observar a quantidade de contratos de fontes térmicas (carvão, óleo, gás...) nos leilões de energia.

Dois eventos têm relação direta com a diminuição do volume de água nos reservatórios: menores índices de chuva e o modelo de hidroelétricas a fio d'água adotado em 2003/2004. Uma usina a fio d'água tem reservatório com acumulação suficiente apenas para prover regularização diária ou semanal, ou sequer tem

reservatório, ou seja, aproveita o desnível natural do rio para girar as pás da turbina que aciona o gerador de eletricidade. No período seco pode até não gerar nada, ou de modo incipiente, impactando o equilíbrio da oferta de energia.

A partir do final dos anos 2000, observa-se uma expansão da geração hidráulica a fio-d'água, como as usinas de Belo Monte, Girau, Santo Antônio e outras, bem como das renováveis biomassa, eólica e, mais recentemente, da fotovoltaica (solar). Paralelamente, ocorre também gradual crescimento da contribuição das termoeletricas (energia "firme") incorporadas ao Sistema Integrado Nacional (SIN), que é o conjunto de usinas e linhas de transmissão que geram e transportam energia no País.

Este crescimento não é só devido à diminuição do volume de água nos reservatórios, mas também para compensar a intermitência na geração de energia de fontes renováveis, ao longo de um determinado período. Como, por exemplo, a redução da geração eólica horária ilustrada no gráfico abaixo.





Avaliações e estudos do setor elétrico, em geral assinalam crescimento muito pequeno no armazenamento hídrico do SIN, indicando que os efeitos da transição hidrotérmica serão acelerados nos próximos anos. Neste cenário, as fontes renováveis biomassa, eólica e fotovoltaica exercem papel relevante na complementação do potencial energético. Ou seja, principalmente quando operando com baixa intermitência, podem contribuir de modo significativo para economizar água nos reservatórios, e assim a capacidade das hidroelétricas na regulação da demanda de energia é ampliada.

Deste modo, o planejamento recomendável é um arranjo de geração formado por termoeletricas operando na base do sistema hidrotérmico e as renováveis na sua complementação.

O carvão, embora tendo incorporado novas tecnologias que facilitam uma queima limpa, ainda assim emite gases de efeito estufa (GEE), assim como o diesel e o gás natural. Por outro lado, reduzir a emissão de GEE é compromisso ambiental assumido pelo Brasil no cenário internacional, como por exemplo o Acordo Climático de Paris (COP 21/2015), com evidentes reflexos na exportação de produtos do agronegócio, percentualmente muito significativa na composição do Produto Interno Bruto (PIB). Além dos compromissos com os protocolos nacionais para controle da poluição, como os da área da Saúde em relação à redução de doenças respiratórias.

O gás natural (GN) polui menos do que o carvão e o diesel. Na realidade, trata-se de um hidrocarboneto (assim como o petróleo) formado por metano, etano e propano que também emitem GEE na queima, embora em menores proporções. É útil na complementaridade das renováveis intermitentes, mas é um problema em

relação ao meio ambiente. Para escalas crescentes de utilização na geração de eletricidade existe problema também de infraestrutura, isto é, as malhas de gasodutos ainda não chegam à maioria das regiões com planejamentos de geração elétrica. Idem em relação à distribuição, principalmente para o interior do País.

Adicionalmente, é necessário também avaliar se investir pesado em infraestrutura para GN vale realmente os esforços, e se não deixará um “elefante branco” de obras, recursos e instalações sem utilidade em um futuro talvez não tão longe.

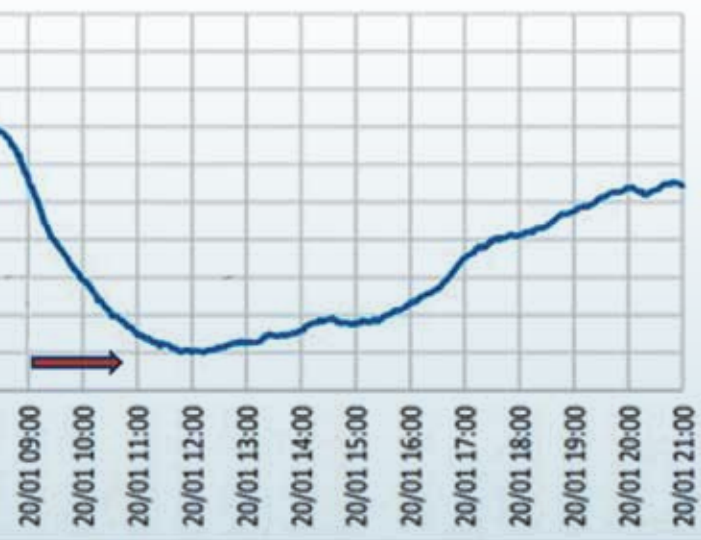
Neste cenário aparece outra alternativa que é a geração termonuclear. Esta modalidade apresenta vantagens significativas devido à baixa emissão de carbono e alto fator de capacidade (>90%). Energia limpa, firme, eficiente e relevante em relação ao planejamento do setor elétrico.

Por outro lado, ainda há controvérsias, preconceito e desinformação a respeito do uso da energia nuclear. Principalmente devido ao acidente na Central de Fukushima no Japão.

No entanto, não se sustenta uma analogia deste acidente com as instalações da Central Nuclear de Angra, até porque as características construtivas dos seus reatores PWR (reator de água pressurizada) de geração II, como os sistemas de refrigeração, pressurização e redundâncias de segurança, não permitem a ocorrência de acidentes semelhantes. Fukushima, por exemplo, emprega reator BWR (reator de água fervente), cujo vaso de pressão produz calor que é enviado a um trocador de calor, que gera o vapor que move as pás de uma turbina e esta move o gerador que produz eletricidade. Não há pressurização no sistema primário (água que passa pelo reator e adquire calor), por isto a água entra em ebulição a 100°C.

Assim sendo, o motivo pelo qual ocorreu a explosão na Central Nuclear de Fukushima quando o sistema de refrigeração ficou inoperante não tem condições técnicas de acontecer na Central de Angra, porque a água pressurizada não ferve a 100°C. Não há, portanto, a formação de vapor superaquecido e de hidrogênio (explosivo). A alta concentração de vapor e hidrogênio seguido de uma ignição foi a causa da explosão do reator de Fukushima. Não foi uma explosão nuclear, pois usinas nucleares não se comportam como um artefato nuclear. Quem causou a explosão foi o hidrogênio.

Com relação a inovações no setor, reatores da geração III incluem evoluções de segurança e tecnológicas. Continuam refrigerados a água (leve) com combustível



óxido de urânio enriquecido a 4%, mas com evolução de I&C (Instrumentação & Controle) digitais. Bem como dispositivos contra acidentes severos como, por exemplo, derretimento do núcleo do reator por sobre temperatura, vazamento de radiação e explosão, como aconteceu em Fukushima e Chernobyl.

Paralelamente, estão aparecendo novas soluções de menores investimentos e custos, como os reatores de geração III+ os quais contemplam uma arquitetura construtiva modular (SMR – *Small Modular Reactor*), que reduz o custo e tempo de construção, montagem e comissionamento. Incorporam ainda o conceito de segurança passiva, isto é, eventos operacionais acontecem de modo natural, independentes de ação humana ou dispositivos, por meio da ação da gravidade, transmissão de calor por convecção etc., proporcionando maior segurança intrínseca.

A geração IV, que certamente contemplará avanços tecnológicos e de segurança surpreendentes, deverá começar a aparecer por volta da década de 2030.

Apesar das aplicações em vários campos importantes, como na pesquisa científica e na fabricação de radiofármacos, tais como Iodo-131 para terapia de câncer de tireoide e Tecnécio-99m para cintilografia pulmonar, é na geração de eletricidade que a energia nuclear apresenta maior utilização. Neste sentido, a demanda por energia elétrica nuclear continua a crescer. Atualmente, vários países estão construindo dezenas de novas usinas nucleares e outras tantas estão em fase de planejamento.

A Alemanha, entretanto, projetou desligar todas as suas nucleares até 2022 e incrementar as renováveis, com ênfase na energia fotovoltaica e eólica. Assim, oito ou nove usinas nucleares já foram desligadas e substituídas por usinas a carvão mineral e por fontes renováveis. O resultado foi um grande aumento da tarifa de energia e mais poluição ambiental, gerando insatisfação e protestos da população. O setor industrial igualmente protestou contra esta decisão. A opinião de importantes indústrias por lá é de que foi um erro e que o governo deveria ter desligado as térmicas a carvão e não as nucleares.

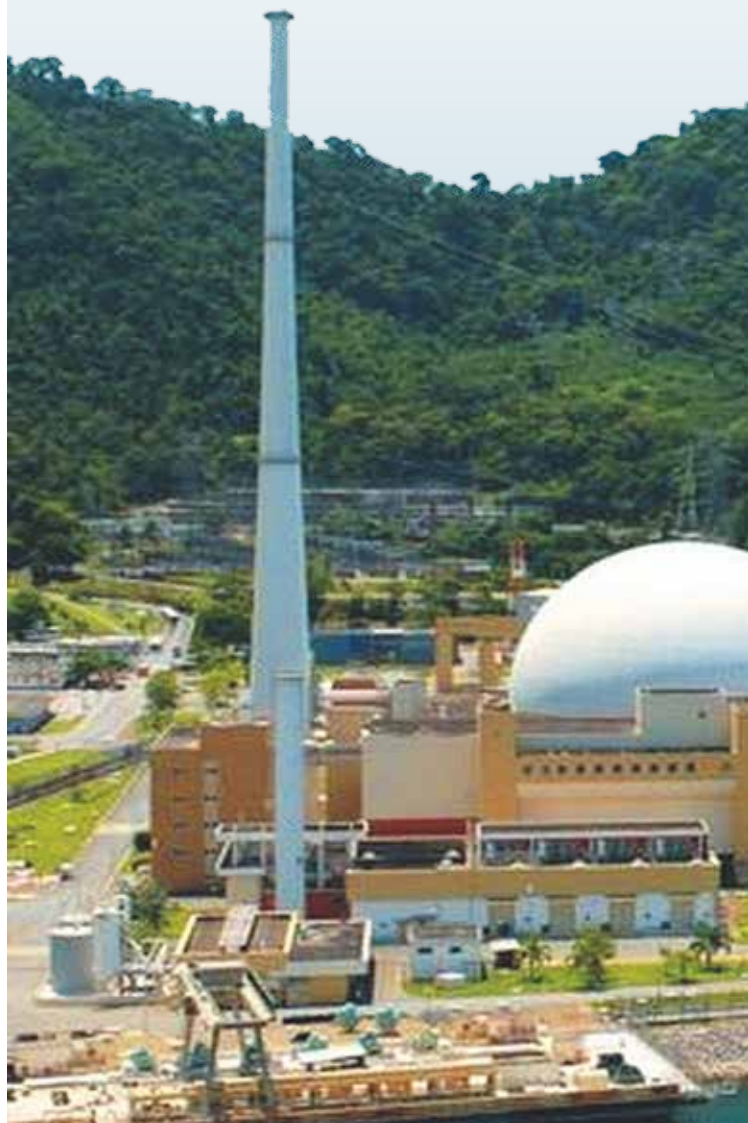
A Alemanha de hoje já está muito mais poluente do que a França, que tem 73% da sua geração de base termonuclear. Igualmente o Japão pós-Fukushima decidiu desligar aos poucos suas usinas nucleares anteriormente. Hoje está construindo mais duas Centrais: Ohma e Shimane.

Finalmente, à medida que cresce o consumo de energia no País, cresce também a necessidade de

expansão da oferta. No presente, entretanto, as medidas de contenção à Covid-19 começaram a ter impacto significativo no setor energético a partir do dia 23 de março deste ano, chegando a uma queda de demanda no SIN de aproximadamente 14,9%. Diante desta intensa redução no consumo de energia, é provável que o setor seja ainda afetado no médio prazo.

Apesar de tudo, o setor elétrico, sem dúvida, terá forte influência no caminho que o País seguirá quando da mitigação da Covid-19 e retorno à “normalidade”, seja qual for a forma em que ela se apresente.

Cada fonte tem o seu papel e importância na matriz energética e, neste sentido, o Brasil é especialmente privilegiado em diversidade de fontes de energia. Ainda assim, é um enorme desafio despachar (controlar) uma combinação de fontes que atenda à demanda e, paralelamente, caminhar no sentido da descarbonização do SIN, uma meta que se relaciona diretamente com a área de saúde e com as exigências ambientais





para a exportação do produto nacional.

A questão energética do SIN se junta a outros aspectos como, por exemplo, a depreciação da competitividade do produto manufaturado brasileiro. Equipamentos e processos obsoletos utilizados ainda hoje nas indústrias têm também parcela de responsabilidade nesta depreciação. Caldeiras e motores elétricos com mais de 30/40 anos são exemplos de baixa eficiência que desperdiçam energia e diminuem a competitividade do produto brasileiro. Os incentivos e normas de eficiência energética têm gerado alguns bons resultados, mas não bastam. A indústria brasileira precisa se modernizar mais,

## Vantagens da Expansão da Geração Termonuclear no Brasil

- Usinas nucleares não emitem GEE.
- O Brasil tem a sexta maior reserva de urânio do mundo e com apenas 30% do seu território prospectado.
- O urânio não é utilizado pela indústria. Assim, a produção pode ser direcionada às usinas nucleares, o que significa combustível barato e volatilidade zero.
- Fator de capacidade das usinas é maior do que 90%.
- O Brasil é um dos poucos países que domina o ciclo completo de enriquecimento do urânio. Este conhecimento pode alavancar a produção em alta escala do isótopo U235 (urânio enriquecido) a 4% para a geração de eletricidade, a 20% para reatores de pesquisas científicas e submarinos de propulsão nuclear e para exportação, em função do alto valor agregado e de um ávido mercado internacional.

principalmente em tempos de tendência à indústria 4.0 da concorrência internacional.

A exportação, não só de produtos agrícolas e minerais, mas principalmente de manufaturados de maior valor agregado, é um valioso meio de pavimentação do caminho para o desenvolvimento. Neste sentido, o produto brasileiro precisa tornar-se mais competitivo. Isto significa embutir menos energia e menos carbono.

O Brasil precisa avançar no desenvolvimento, gerar trabalho e renda. Para isto, entre outras ações, é necessário investir em geração de energia confiável, limpa e barata. Eis o desafio. ■

**\* Engenheiro Eletricista, M.Sc.**

**Central Nuclear  
de Angra dos Reis**





# A MARINHA DO BRASIL

CMG (RM1) Claudio da Costa Braga\*



**P**roclamada a República naquela manhã de céu encoberto, momentos difíceis passariam a fazer parte do cotidiano do país. Os republicanos antigos, perplexos em terem que agora lidar com os problemas que tanto criticavam na Monarquia, agora teriam que enfrentar os novos republicanos, ávidos por um espaço na nova forma de governo. Os monarquistas tradicionais assim se mantiveram, cientes de suas convicções; porém outros, desorientados, passaram a aderir à República, chegando a ocupar cargos de importância.

Tivemos uma mudança brusca de Forma de Governo, de uma Monarquia com 67 anos para uma República recém-nascida, um conturbado período no qual se destacam um frágil Governo Provisório estabelecido às pressas, sem uma unidade de pensamento que lhe desse uma identidade, uma nova Constituição, um Golpe de Estado sob a liderança do próprio Presidente, um contragolpe a seguir, um novo Governo assumido pelo Vice-Presidente que teve sua legalidade contestada durante todo o seu período, uma Revolução Federalista no sul do país, uma revolta na Armada Nacional que lhe deixaria marcas indeléveis de destruição e ódio e, finalmente, a eleição do primeiro presidente civil do país.

Uma luta insaciável pelo poder, desentendimentos políticos, autoritarismo, indisciplina militar, corrupção exacerbada, negociações e desmandos administrativos faziam parte do ambiente reinante nesse início de República que, com certeza, não era a que se pretendia.

No campo econômico, um Ato do Governo Provisório que ficaria conhecido como “encilhamento”, numa tentativa de se modificar o sistema financeiro do País, viria a ser o fator preponderante na desarticulação econômico-financeira pela qual o Estado passaria. Elabo-

rado pelo primeiro Ministro da Economia na República, Rui Barbosa, esse Ato provocou no País uma desordem financeira sem precedentes, com enriquecimentos ilícitos, falências fraudulentas, corrupção desenfreada e negociações vergonhosas, ficando conhecido como a mais desastrosa medida econômica já conduzida por um Governo no Brasil.

A Monarquia nos deixara um legado de país respeitado e admirado mundialmente, muito devido às atitudes corretas e ao posicionamento preciso, no exterior, de nosso Monarca D. Pedro II.

Internamente, nenhum foco de tensão que ameaçasse a estrutura do Império sobressaía, podendo dizer até que o país vivia um dos momentos mais equilibrados desde a sua independência. A Lei Áurea, que abolira de uma vez por todas o trabalho escravo no Brasil, não causou maiores sobressaltos do que uns poucos, como os conhecidos “Barões do Café”, fato que foi facilmente contornado pelas benesses do Governo a esses latifundiários.

No período ao qual este artigo se dedica, o Brasil teve dois Presidentes militares: Marechais de Campo Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, até a assunção de um civil, o paulista Prudente José de Moraes Barros.

Não se registram nesse período quaisquer crises externas significativas que ameaçassem o território nacional. Entretanto, a instabilidade política preocupava potências estrangeiras da época, que passaram a manter observadores na Capital, atentos a qualquer prejuízo comercial ou financeiro que aquela instabilidade pudesse causar. Esses observadores eram protegidos por navios de guerra de seus respectivos Estados, estacionados na baía da Guanabara, e essa atitude ficaria conhecida como “a diplomacia das canhoneiras”.





**Marechal  
Deodoro da Fonseca**



**Marechal  
Floriano Peixoto**

Vale também destacar que a Marinha de Guerra, como instituição, esteve presente nos momentos mais críticos da História do Brasil, desde a Independência, e sempre com a posição de defesa da Pátria, sendo a responsável pela estrutura territorial que hoje possuímos.

Na consolidação da Independência sua participação foi significativa, enquanto que na Proclamação da República limitou-se a aceitar os fatos consumados. Entretanto, para fazer parecer que havia uma união de pensamento das forças militares de então, os líderes da Proclamação sempre tiveram o cuidado de colocar a Marinha no mesmo nível de importância participativa que o Exército, o que sabemos não ser a verdade.

Também não é verdade dizer que a Marinha era monarquista, como muito se vem apregoando desde aquela época. O sentimento de um Brasil República, já de algum tempo vinha sendo incorporado em significativo número de oficiais, na esperança de que com a República novos tempos e oportunidades se abrissem para o País. Havia, sim, um respeito e admiração muito grandes pela figura do Imperador.

Com o fim da Monarquia, ambições e disputas políticas desenfreadas, recheadas por corrupção e desordem econômica, formaram o ambiente que caracterizou os primeiros anos da República. Nesse início, a Marinha esteve pouco envolvida, mantendo-se à margem dos acontecimentos ou participando deles sem muita expressividade.

Essa postura secundária levaria a um sentimento de inferioridade de seus elementos perante os do Exército, principalmente na oficialidade mais jovem. Esse sentimento vem a se modificar quando o Almirante Custódio de Mello lidera um contragolpe sobre um governo desgastado, passando a ser considerado o Ministro mais importante de Floriano Peixoto, Governo que se sucede, inicialmente fragilizado.

Proclamada a República, modificações na estrutura administrativa do país tornam-se necessárias a fim de se enquadrar na mudança significativa que seria, de um dia para o outro, deixar para trás a cultura de 67 anos de Monarquia. Outro fator que acarretaria a necessidade de alterações marcantes seria decorrente do acelerado desenvolvimento tecnológico que se processava no fim do século XIX.

Na Marinha, mudanças também ocorreram, principalmente em decorrência de revoltas internas.

## Os Ministros da Marinha nos primeiros anos da República, e seus respectivos mandatos

- **Chefe de Divisão <sup>(1)</sup> Eduardo Wandenkolk**  
(15 de novembro de 1889 – 22 de janeiro de 1891).
- **Contra-Almirante Fortunato Foster Vidal**  
(22 de janeiro de 1891 – 23 de novembro de 1891).
- **Contra-Almirante Custódio José de Mello**  
(23 de novembro de 1891 – 30 de abril de 1893).
- **Contra-Almirante Felipe Firmino Rodrigues Chaves**  
(30 de abril de 1893 – 5 de janeiro de 1894).
- **Vice-Almirante (graduado) Francisco José Coelho Neto**  
(5 de janeiro de 1894 – 26 de junho de 1894).
- **Contra-Almirante Júlio Cesar de Noronha**  
(10 de maio de 1894 – 26 de junho de 1894).  
Respondeu interinamente pelo Ministério, na ausência do titular, função essa designada de Encarregado do Expediente.
- **General de Brigada Bibiano Sérgio Macedo da Fontoura Costallat**  
(26 de junho de 1894 – 2 de julho de 1894).  
Respondeu interinamente pela Pasta da Marinha.
- **Contra-Almirante João Gonçalves Duarte**  
(2 de julho de 1894 – 15 de novembro de 1894)

No Império, a direção maior da pasta da Marinha era exercida pelo Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, tendo sido o Barão de Ladário, Almirante José da Costa Azevedo, o último a ocupar esse cargo. Proclamada a República, Ladário é destituído da Pasta da Marinha, passando a ocupá-la o Chefe de Divisão Eduardo Wandenkolk. Se era republicano de primeira ordem não se sabe, não devendo ser, pois ocupava cargo importante na estrutura naval (Chefe da Divisão de Cruzadores, com designação em 9 de novembro para comandar a Divisão Naval do Terceiro Distrito, em Recife). Em janeiro de 1890 é promovido a Vice-Almirante e Deodoro a Generalíssimo.

Ao afastar-se da Pasta da Marinha, a pedido, Wandenkolk elegeu-se Senador pela Capital Federal e concorreria à Vice-Presidência na chapa de Deodoro. A outra chapa era Prudente de Moraes para Presidente e o Marechal Floriano Peixoto para Vice. Seriam eleitos Deodoro e Floriano.

Com a saída de Wandenkolk em 22 de janeiro de 1891, assume a Pasta da Marinha o Contra-Almirante Fortunato Foster Vidal, indicado pelo Barão de Lucena, Ministro da Agricultura, mas uma espécie de “Primeiro-Ministro”, pela sua proximidade com o Presidente Deodoro, a quem sempre se manteve fiel.

Durante reunião no Clube Naval realizada em 19 de fevereiro de 1891, os associados participantes deixariam registrado em Ata o apoio ao Generalíssimo Deodoro para a Presidência da República. Dias depois, outros oficiais reafirmaram que o papel da Armada era contribuir para a garantia das Instituições e acatar as Resoluções do Poder Constituído. A Constituição é então aprovada pela Assembleia Constituinte em 24 de fevereiro de 1891.

Eleito Presidente da República pelo Congresso Constituinte em 25 de fevereiro de 1891, Deodoro convida o Almirante Fortes Vidal a permanecer no cargo. Wandenkolk, derrotado, voltou à vida naval ocupando o Comando da Esquadra brasileira até 16 de dezembro de 1891, voltando a assumir a cadeira no Senado Federal. Em 3 de novembro de 1891, com o agravamento da situação política, Deodoro dissolve o Congresso:

“A paz, a ordem e a verdade das Instituições republicanas seriam mantidas. Os direitos adquiridos, atos e contratos legalmente celebrados, respeitados. Os tribunais funcionariam normalmente. Só seriam alteradas, modificadas e revogadas as leis que se opuserem às intenções e segurança geral. Um decreto convocaria oportunamente outro Congresso”.



**Vice-Almirante Eduardo Wandenkolk**

A oposição a esse golpe do Governo logo aconteceria, tendo a Marinha sido a maior força na conspiração, sob a liderança do Contra-Almirante Custódio de Mello, que deflagrou um contragolpe em 23 de novembro de 1891.

Nesse intervalo, entre o golpe de 3 de novembro e o contragolpe de 23, uma crise na Marinha leva Wandenkolk à prisão; Custódio consegue se esconder e diversos outros oficiais têm suas prisões decretadas; os Almirantes Coelho Neto e Marques Guimarães pedem demissão ao se sentirem desprestigiados por Deodoro nomeá-los comandantes de duas Divisões Navais de menor importância que uma terceira que seria entregue



**Almirante Fortes Vidal**



ao comando de Saldanha da Gama, o Almirante mais moderno da Armada, recém-promovido em 19 de novembro último. Essas Divisões deveriam combater uma sedição à cidade de Rio Grande por tropas rebeldes no Rio Grande do Sul.

Em seguida, o Ajudante-General da Armada <sup>(2)</sup>, Almirante Carlos Balthazar da Silveira, também pede demissão. O Ministro recebe ordens para se dirigir à Montevideu a fim de verificar os meios que poderia dispor para combater a sublevação no Rio Grande.

Deodoro nomeia Saldanha para ser Ministro da Marinha. Saldanha pondera quanto à nomeação e sugere que, devido às circunstâncias, seria de melhor alvitre a sua nomeação para Ajudante-General da Armada, o que assim se processou.

Em 22 de novembro, Custódio sai da casa do amigo onde se escondera e inicia a mobilização das forças navais. Saldanha, já empossado Ajudante-General da Armada, tenta esboçar uma reação a Custódio de Mello que liderava a sublevação, apoiado, não pela alta hierarquia naval (só ele de Oficial General da Armada), e sim por oficiais nos primeiros postos da carreira.

Em 23 de novembro, Deodoro renuncia, assumindo a Presidência o Vice, Marechal de Campo Floriano Peixoto. Este manda chamar Custódio ao Palácio, que passa o comando das Forças Navais sublevadas ao Almirante Wandenkolk.

Nesse embate, duas personalidades navais se destacariam. Custódio de Mello, que desde os primeiros dias da República, recém-promovido a Oficial General, já se fazia presente na vida política nacional, como deputado representante da Bahia, sua terra natal, na Assembleia Constituinte. Sua ambição política sempre foi muito combatida pelos seus pares, por não se coadunar com a postura de quem vestisse uma farda. O outro, Saldanha da Gama, que ascendido ao Generalato na República, sempre se mantivera afastado de qualquer atividade republicana, monarquista que era.

Com o contragolpe e a liderança de Custódio, este assume o Ministério da Marinha, em 23 de novembro de 1891. Por mais de uma vez assumiria também o Ministério da Guerra. Seria a primeira aparição expressiva da Marinha no cenário político da República.

Em abril de 1892, após assinar uma Carta-Manifesto endereçada ao Vice-Presidente Floriano Peixoto, no exercício da Presidência, intimando-o a deixar o poder e a não interferir na política dos Estados, Wandenkolk é preso escondido em uma vila de pescadores no alto da Gávea. Wandenkolk, com o orgulho ferido, nunca

mais perdoaria Floriano. Em 7 de abril desse ano é reformado, compulsoriamente, como Almirante e deportado para Tabatinga, no Amazonas. Anistiado em agosto, reassume sua cadeira no Senado.

Em 1892, o Marechal Floriano sentiu-se forte com o apoio do Exército e também do Congresso que o legitimara como Vice-Presidente no exercício da Presidência e as relações com seu Ministro de maior prestígio começam a se desgastar.

O afastamento da Armada de seu Comandante Supremo, o Presidente, começa a se acentuar, prestigiando cada vez mais os representantes do Exército em detrimento dos da Marinha.



**Almirante Custódio de Mello**

O Vice-Almirante Eduardo Wandenkolk, afastado desde abril de 1892, numa demonstração de ódio a Floriano, embarca em 13 de abril de 1893, com nome falso (E. Warren), e se dirige a Buenos Aires, antes, porém, deixando uma nota publicada no Jornal do Comércio, com os seguintes dizeres: "General, nos encontraremos um dia!".

Wandenkolk não esquecer a humilhação sofrida um ano antes quando da sua prisão numa choupana de pescador.

Em Buenos Aires diversos foram os encontros de Wandenkolk com Gaspar Silveira Martins, inimigo político de Floriano que liderava a oposição ao Governo de Júlio Prates de Castilhos no Rio Grande do Sul, desencadeando a Revolução Federalista. Todos os encontros foram publicados no Jornal do Comércio, na Capital Federal.

As discordâncias aumentaram entre Custódio e Floriano, devido à forma como o Vice-Presidente tratava a Revolução no sul do país, culminando com uma carta de demissão do Ministério apresentada por Custódio, em 28 de abril de 1893. E para substituí-lo, o Vice-Presidente convida o Contra-Almirante Saldanha da Gama, que recusa tal convite por duas ocasiões, uma delas com rispidez.

É convidado, então, o Contra-Almirante Carlos Balthazar da Silveira, que impõe como condição a anulação da transferência para a reserva e reforma dos almirantes signatários da Carta-Manifesto de 31 de março do ano anterior. Não foi aceita.

Por fim, é convidado o Contra-Almirante Felipe Firmino Rodrigues Chaves, que aceita.



Como mais um ato de oposição a Floriano, em 16 de maio, Wandenkolk, mesmo ausente, é eleito Presidente do Clube Naval, assumindo em seu lugar o Vice eleito, o Capitão de Fragata Alexandrino Faria de Alencar.

Em 6 de julho, Wandenkolk embarca em Montevideu no Navio Frigorífico Júpiter e, juntamente com seus correligionários, armas e munições, dirigem-se para a ocupação da cidade de Rio Grande.

Foi um ato desastroso, culminando com a prisão do Almirante na baía de Canaveiras, em Santa Catarina, que depois foi transportado para o Rio de Janeiro, onde

ficaria preso na Fortaleza de Santa Cruz. Foi uma operação isolada, sem o apoio de nenhum outro elemento da Marinha.

Esse fato gerou grande polêmica na ocasião, pois Wandenkolk, como Senador da República, teria direito a um posicionamento do Senado, que não aconteceu, além de que o *habeas corpus* impetrado em sua defesa foi rejeitado pelo Supremo Tribunal Federal.

O tratamento dispensado pelo Governo Federal à Marinha era considerado injusto e desigual em relação ao dispensado ao Exército, inclusive no que afetava ao “bolso”, como os vencimentos, ajudas de custo, vantagens pecuniárias e comissões especiais.

A vida na Armada era calamitosa, com a oficialidade envolvida politicamente, promovendo reuniões abertamente contra o Governo, algumas até noticiadas nos jornais. Grupos de oficiais se uniam e ostensivamente procuravam um chefe naval para liderá-los em um movimento que derrubasse Floriano. Propagavam um Governo que respeitasse a Constituição, pacificasse o Rio Grande do Sul e fosse composto por um presidente civil. Os mais participativos eram os tenentes, que chegaram a convidar para liderá-los diversos Almirantes: Saldanha da Gama, Balthazar da Silveira, Jaceguai e Custódio de Mello<sup>(3)</sup>. Registra-se que o Capitão de Fragata Alexandrino Faria de Alencar chegou a voluntariar-se, não sendo, entretanto, considerado.

Nesses quase quatro anos de República o que se vira foram lutas políticas inescrupulosas e cheias de ambição, irregularidades financeiras, anarquia e indisciplina, chegando seus reflexos na Marinha, na qual a crise atinge seu auge em 6 de setembro de 1893, quando é declarada a revolta de alguns navios da Armada, sob a liderança do Almirante Custódio José de Mello. Sua atuação como líder revolucionário não correspondeu às expectativas de suas virtudes demonstradas ao longo de sua carreira militar. Ou superestimou as forças sob seu comando ou subestimou a reação de Floriano. O que mais parece é não ter o Comando da revolta agido com audácia estratégica necessária para que o levasse a tomar decisões de maior alcance.

Saldanha da Gama não dispensava qualquer simpatia pela revolta, tendo-se negado em todas as abordagens a dela participar. Não se alinhava também com o Governo, adotando assim uma posição pouco ortodoxa, qual seja a de manter fora da influência de ambos os lados a tropa que comandava: os Aspirantes da Escola Naval, na Ilha das Enxadas, e o Corpo de Marinheiros Nacionais, na Ilha de Villegagnon.





**General de Brigada**  
**Bibiano Sérgio Macedoda Fontoura Costallat**



**Contra-Almirante João Gonçalves Duarte**

Seriam momentos difíceis que passaria a viver a Marinha, com quebras contumazes da disciplina e hierarquia. Oficiais e marinheiros, que por anos a fio haviam compartilhado grandes momentos de nossa História, na integração e na defesa do território brasileiro, viam-se agora em lados opostos, agredindo-se, desrespeitando-se e convivendo numa total inversão dos valores morais e militares que tanto valorizavam.

Em 10 de outubro de 1893, o Decreto Presidencial nº 1.560, assinado pelos Ministros da Marinha; Justiça e Negócios Interiores; Relações Exteriores; Indústria, Viação e Obras Públicas; e Fazenda, dispõe sobre os navios e fortificações em poder dos revoltosos de 6 de setembro último, estabelecendo que ficariam destituídos de suas imunidades, privilégios e prerrogativas.

Por fim, a adesão de Saldanha da Gama à revolta em 7 de dezembro, só iria fortalecer a pertinácia de Deodoro, que apoiado pelo Legislativo, Judiciário e pelo Exército, disseminaria que o Governo lutava pela manutenção da República.

Durante a Revolta, ocupava o cargo de Chefe do Estado-Maior General da Armada, cumulativamente com o de Comandante em Chefe da Esquadra, o Vice-Almirante Coelho Neto, quando foi chamado por Floriano para assumir a Pasta da Marinha. Aí permaneceria por seis meses até pedir demissão, em 26 de junho de 1894.

Assume, então, o Ministério da Marinha, o General de Brigada Bibiano Sérgio Macedo da Fontoura Costallat, permanecendo até 2 de julho seguinte.

A Pasta da Marinha é assumida pelo Contra-Almirante João Gonçalves Duarte até 15 de novembro de 1894, data em que se inicia o Governo de Prudente de Moraes.

### **Os primeiros anos da República foram de momentos difíceis na História da Marinha e do Brasil. ■**

#### **Notas:**

(1) Posto extinto em 30/12/1889 e o imediatamente superior a ele, Chefe de Esquadra, foi renomeado para Contra-Almirante.

(2) O equivalente hoje a Chefe do Estado-Maior da Armada.

(3) Era ponto comum, entre a oficialidade mais ligada à conspiração, a relutância em escolher Custódio pela sua vaidade, ambição política e individualismo, inspirando-lhes poucas simpatias e limitada confiança.

\* Membro Titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e Detentor do Prêmio "Medalha Jaceguay".



# BYE BYE,

CMG (Ref) Murilo Galvão



**P**ois é, minha amiga Bahia, aqui estou eu novamente me despedindo. Nestes momentos, como não deixar de recordar aqueles nossos velhos e bons tempos?

Você deve estar lembrada de nosso primeiro encontro. Éramos duas crianças, você um pouco mais velha que eu, mas ainda criança, ingênua e selvagem, se me permite.

Na época, eu com meus sete anos de idade, lembra-se? Brincávamos o dia inteiro, até a hora de ir para a cama. Quantas vezes não fui um pirata com você fazendo o cenário para mim, naquele velho forte do Morro de São Paulo? No dia seguinte, quantas expedições não fizemos juntos pelos mangues do Rio Una? Eu, remo em punho, conduzia a canoa que você me emprestava de suas jaqueiras por horas a fio. Você, menina generosa, quantos guaiamuns e caranguejos não deixou ao alcance de minhas mãos de aprendiz,

mergulhado até os joelhos naquele lodo que até hoje deixou seu perfume em minhas narinas?

E, em Cajaíba, quantas frutas você não colocou naquele meu cesto que eu carregava na cabeça e que as vendia por trocados para, depois, comprar bolachas de água na padaria da esquina, em Valença? Que lindas jabuticabeiras você me deu para subir pelos seus galhos e me empanturrar com suas frutas deliciosas?

E os banhos coletivos na fonte da Gamboa, homens de um lado, mulheres do outro, pelados e separados por um paredão colonial? E nós, meninos, no meio do mato a espreitar, por horas a fio, as curvas femininas.

Em Itapuã, quantas redes de robalos reluzentes você não me deixou ajudar a puxar? Como foi gostoso chupar aqueles picolés de suas frutas nativas lá na praça, caminho do aeroporto?

E tudo isto, lembra-se ainda, ao som da voz e do violão de Caymmi? Como esquecer aqueles tempos?

Pois é, o tempo passou e ficamos adolescentes. E as compras no comércio da Cidade Alta, em Salvador, ainda conduzido pelas mãos de uma mãe atenta, mas que não impedia que eu, de soslaio, apreciasse com



emoção aquelas morenas nas ladeiras transversais? Acho que foi ali que meus sonhos românticos da juventude começaram, em plena luz do dia. E você, também ainda jovem, mantinha a pureza que a fazia ainda mais atraente que antes. Que peças lindas, de madeira ou de barro você nos oferecia em seus mercados e feiras! Que mãos de artesãos desconhecidos por nós você produzia e nos encantava! Mercado Modelo, Feira de São Joaquim, Bonfim, Amaralina (da casa com formato de navio), como nos encontrávamos a todo o momento



e com que felicidade vivíamos...

Vieram os dezoito, vinte anos e nós dois sempre juntos. Quantos momentos não curtimos, embalados pela voz de Gal ou pelas poesias teatrais e cantadas de Bethânia. Agora, livre das mãos da mãe atenta, eu podia descer suas ladeiras e apreciar as curvas de suas meninas. Quanta ingenuidade a nossa; a minha, a sua e a delas.

E o tempo, impiedoso, passando. Com ele, começamos a perder a nossa pureza. Você criou os trios elétricos e, para azar de todos nós, o axé não saiu como você desejava.

Hoje, cá estamos nós, novamente, juntos. Eu, passado dos sessenta, mais crítico, exigente, míope e, talvez, já um pouco ranzinza. E você? Ainda um pouco mais velha que eu, continua a exibir a beleza de antes, mas aquela garota pura, delicada e selvagem ao mesmo tempo já não existe mais, pelo menos para os meus olhos que a conheci assim.

Sejamos francos, sabendo que só o nosso amor permitirá que isto seja dito: você não é mais a mesma. Sei que você também sabe disto, mas também sei que já não consegue conter ou mudar o seu jeito de ser. Você perdeu o que de mais puro tinha dentro de si.

Você sabe, eu sei, que as crianças de hoje já não brincam mais de piratas, não fazem mais aventuras mangue adentro. A música que os embala, já não é mais a de Gal nem a de Caymmi. As vozes de hoje são esganiçadas e bradam obscenidades que não ouvíamos nem nas madrugadas pelas ladeiras da Cidade Alta. O que você deixou que fizessem na sua cozinha? Onde foram parar os sururus, os aratus e os guaiamuns? Por que suas frutas viraram polpas, o sorvete de sapoti foi substituído pelo *frozen yogurt*?

Minha querida e hoje senhora Bahia, o que fizeram conosco? Eu, algum dia destes, parto sem deixar saudades, mas você vai ficar, não importa com que idade. E então, quando isto acontecer, como você vai ficar? Um a um, seus filhos ou admiradores daquela época terão partido e você, como estará?

Realmente não sei. Só sei que aquela Bahia de minha infância hoje é uma Bahia desconhecida para mim, uma Bahia que só os novos viajantes sabem curtir.

É tudo muito triste. E, para completar, tenho que voltar para casa. *Bye bye*, querida amiga Bahia. Qualquer hora destas voltaremos a nos encontrar... ■





# A primeira eletrola de ALTA FIDELIDADE

**Claudio Fabiano de Barros Sendin\***

Sob o calor escaldante do sol, no verão de 1958, eu e meu irmão Roberto percorríamos a pé as ruas do Centro do Rio, levando uma lista de peças eletrônicas para comprar nas casas especializadas. Só pensar que teríamos finalmente a tão sonhada eletrola de alta fidelidade nos deixava tão felizes, que pouco importava o suor ensopando nossas roupas.

Éramos muito amigos. Eu acabara de fazer quinze anos e cursava a terceira série do ginásio, como era o nome do ensino básico da época. Beto, como eu o chamava, tinha cerca de vinte e oito, já era primeiro-tenente de Engenharia do Exército, locado em Minas Gerais, na cidadezinha de Itajubá. Passava somente os fins de semana em nossa casa, no Rio, onde eu sempre o aguardava com ansiedade, para trocar ideias e saber das novidades de Itajubá.

Beto tinha a mente voltada para a eletrônica. Mais tarde se formaria em engenheiro eletrônico no IME (Instituto Militar de Engenharia), onde fez pós-graduação e se tornou professor. Mas nessa época, em 1958, todo o seu conhecimento se limitava a um cursinho por correspondência recém completado na *Continental School*, EUA. Depois desse curso, passou a colecionar todas as revistas nacionais sobre o assunto, e algumas estrangeiras.

Em nossas demoradas conversas, volta e meia ele deixava de lado as novidades de Itajubá e do quartel, para falar de eletrônica. Eu apreciava os pequenos receptores que ele montava como exercício do curso, que enviava pelo Correio todas as peças necessárias. Inclusive um receptor "galena", que sintonizava as estações ao se tocar com a agulha numa pedra de cristal.

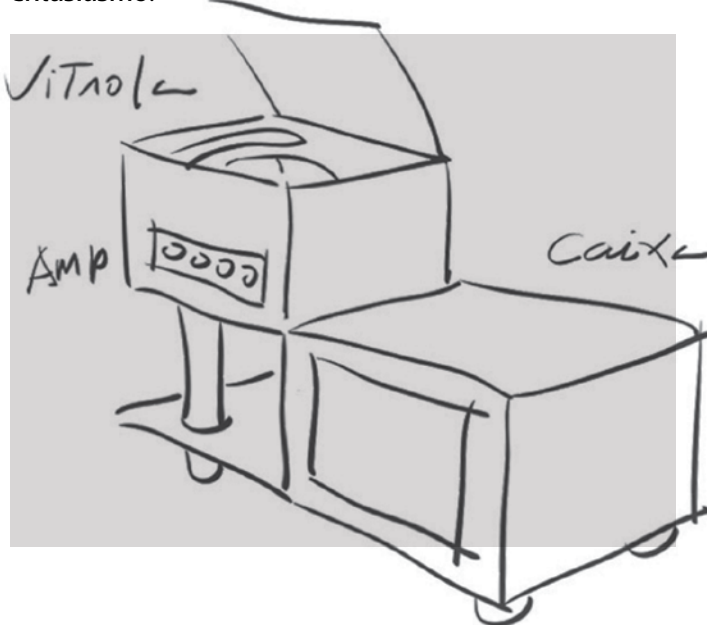
Certo dia, Beto me mostrou um artigo sobre a grande novidade da época: a alta fidelidade. A reprodução sonora tinha uma qualidade fantástica, muito próxima

da realidade, dizia o texto. Esses amplificadores de alta fidelidade ainda não haviam chegado ao comércio, aqui no Brasil, mas na página estava o diagrama completo e a relação de peças necessárias para montar o aparelho.

Sabia que, assim como eu, meu irmão gostava muito de música. Ele ficou tão empolgado, que me contaminou. Decidimos então colocar em prática o projeto, a qualquer custo.

O entusiasmo aumentou ainda mais quando encontramos também o projeto de uma caixa acústica para alto-falantes de alta fidelidade. Nesse tempo, os sons eram todos mono, não se falava em estéreo. Mas somente o fato de trabalhar com dois alto-falantes – um de graves e outro de agudos, já era uma grande novidade, um grande avanço.

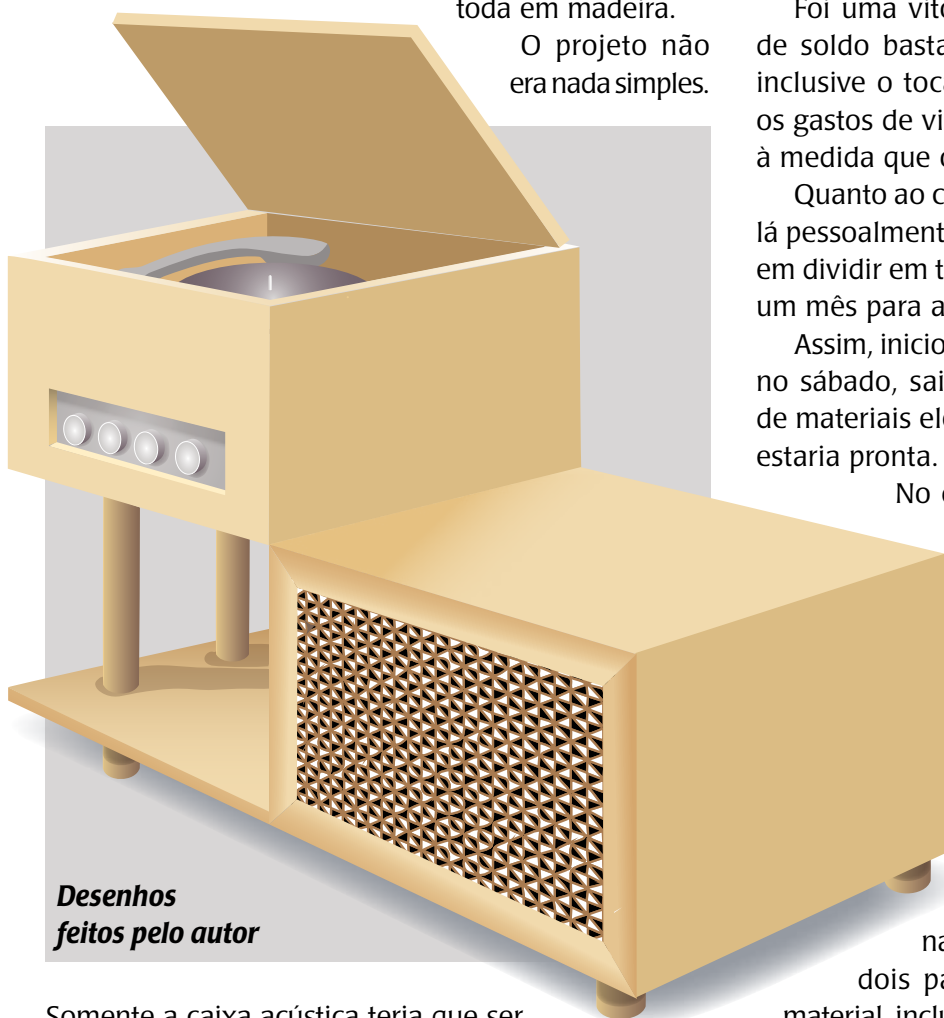
Copiei da revista a planta da caixa acústica e, como tinha habilidade para desenhar, ampliei o projeto para uma eletrola completa, num móvel único, onde caberia o toca-discos, o amplificador e a caixa acústica. A princípio, fiz um esboço a lápis, para sentir as proporções. Em seguida, um desenho em perspectiva e outro técnico, com todas as medidas. O projeto deixou meu irmão simplesmente maravilhado, aumentando o nosso entusiasmo.





Aproveitando uma manhã de sábado, saímos pelas lojas do Centro fazendo uma tomada de preços de todo o material eletrônico necessário, incluindo o toca-discos, que não poderia ser automático, como se usava na época. Teria que ser do tipo manual, com agulhas de alta fidelidade, que já existiam à venda em algumas poucas lojas de importados. Na volta, fui à marcenaria do seu Ezequiel, próxima de casa, fazer o orçamento da construção da eletrola propriamente dita, toda em madeira.

O projeto não era nada simples.



**Desenhos  
feitos pelo autor**

Somente a caixa acústica teria que ser de madeira maciça e cheia de compartimentos internos, numa espécie de labirinto, com medidas precisas, e toda forrada com lã de vidro. Também os compartimentos para o toca-discos e o amplificador possuíam encaixes, cujas medidas exatas seriam confirmadas mais tarde.

No fim do dia, somamos os orçamentos, e quase caímos para trás. Seria praticamente impossível conseguir tanto dinheiro.

Resolvi então pedir ajuda aos meus pais. Foi relativamente fácil convencer mamãe, pois ela gostava de ouvir música tanto quanto eu, mas quando procurei

meu pai, a coisa ficou feia. Papai Salvador disse que a velha vitrola que possuíamos funcionava muito bem, e não iria gastar dinheiro com aquela “futilidade”. Mas eu não desisti. Graças, principalmente, ao apoio de minha mãe Marly, “seu” Salvador acabou cedendo, mas concordou somente em financiar a parte da marcenaria. As peças eletrônicas e o toca-discos ficariam por nossa conta, ou seja, por conta do soldo que o Beto recebia do Exército.

Foi uma vitória. Beto calculou que quatro meses de soldo bastariam para comprar todo o material, inclusive o toca-discos, sobrando uns trocados para os gastos de viagens a Itajubá. Compraria o material à medida que o trabalho progredisse.

Quanto ao custo da marcenaria, papai Salvador foi lá pessoalmente falar com o Ezequiel, que concordou em dividir em três prestações. E acertaram o prazo de um mês para aprontar o móvel.

Assim, iniciou-se o processo. Quando Beto voltasse, no sábado, sairíamos para comprar a primeira leva de materiais eletrônicos. Em quatro meses, a eletrola estaria pronta.

No dia seguinte, meu irmão telefonou do quartel, com uma grande notícia: havia conseguido um empréstimo no banco, lá mesmo em Itajubá, e já voltaria com o dinheiro para a compra de todo o material, inclusive o toca-discos importado.

#### **A felicidade existe!**

No sábado, nós dois percorremos novamente as ruas do Centro, sob calor escaldante. Entramos na Electronic do Brasil, uma casa tradicional, na rua do Rosário, e de lá saímos com dois pacotes grandes embrulhando todo o material, inclusive o mostrador, cujo desenho e cores eu escolhi com muito cuidado. O Beto achava que eu era o único a ter o bom gosto necessário. Ele adorava meus desenhos, me considerava um verdadeiro artista.

Dali, corremos as importadoras até encontrar o toca-discos manual e a caixinha de agulhas de alta fidelidade. Foi a compra mais cara.

Neste mesmo sábado, Beto começou a complicadíssima montagem do amplificador. Peça por peça, uma soldada à outra com todo o cuidado, para não as danificar com o calor do ferro de soldar. A cada fase da montagem, tudo era checado com todo cuidado e muita paciência.

Beto trabalhou até tarde da noite, tendo a mim como um dedicado assistente. Eu colocava pacientemente o ferro de soldar no suporte, enquanto não estava em uso, buscava nas caixinhas as bobinas e os condensadores e ajustava o travesseiro nas costas da cadeira, para o Beto trabalhar comodamente. E ousava até fazer umas soldas, mais simples, sob a orientação dele.

Esse trabalho só foi interrompido, a muito custo, pelos apelos da mãe Marly para que fôssemos dormir. Recomeçamos na manhã seguinte, domingo, parando apenas para o rápido almoço e prosseguindo até a hora do Beto pegar o ônibus para Itajubá, na rodoviária.

Repetiram-se essas cenas por mais dois fins de semana. Os testes indicavam que tudo estava perfeito. Uma ligação provisória com os alto-falantes confirmaram que o amplificador estava pronto. Mas Beto insistiu em fazer o teste definitivo somente quando tudo fosse instalado na eletrola, que ficaria pronta na próxima semana.

Eu já havia passado três vezes na marcenaria do Ezequiel, para ver o móvel durante a construção. Na primeira vez levei as medidas definitivas dos encaixes, na segunda fui conferir as medidas. E na última, a ida foi apenas uma ansiedade incontida. Eu ficava olhando, admirando, buscando alguma falha, algum senão. Sugerir, nessa última visita, que escurecessem mais o verniz dos pés e dos suportes laterais, para quebrar um pouco a monotonia da cor única... Sexta-feira, pela manhã, chegou a Kombi da marcenaria trazendo a minha obra-prima. Fiquei todo bobo: não conseguia mais fazer nada a não ser apreciá-la, enquanto minha mãe escolhia o lugar da sala para colocá-la. Beto chegaria no sábado, bem cedinho. Quase não dormi de tanta ansiedade.

### **Finalmente, o grande dia.**

Meu irmão chegou também muito ansioso, disse que só pensava nisso durante a viagem. Achou o móvel lindo! Mal tomou o café, que nossa mãe aprontou com todo o carinho, e correu para seu quarto, tirando a farda, jogando sobre a cama a bolsa de viagem, vestindo às pressas a bermuda e correndo para o trabalho de instalar as peças.

O toca-discos encaixou perfeitamente no seu lugar, coincidindo com os furos para os cabos... tudo perfeito.

Já no encaixe do amplificador, foi preciso passar um pouco a grosa na lateral interna da madeira. Coisa de milímetro, e o amplificador se encaixou também. Depois, a demorada colocação dos alto-falantes na caixa acústica, com inúmeros parafusinhos para apertar. Depois foi só ligar os fios, e estava tudo pronto para a inauguração tão aguardada.

Eu e Beto havíamos separado dois discos para a estreia: o da orquestra de Glenn Miller, minha preferida, e o da orquestra de Luiz Arcaz, mais jazzista, preferência do Beto. Mas acabamos mesmo colocando o disco preferido da nossa mãe Marly, que era fã inveterada do Carlos Galhardo, um cantor romântico muito conhecido na época.

Ao ser ligada pela primeira vez, o resultado não poderia ser melhor. A voz do cantor vibrou como nunca se ouviu antes, com os graves e agudos bem sonoros, em perfeito equilíbrio. No entanto, quando olhamos para a mãe Marly, ela estava de “nariz torcido”. Seus ouvidos já se haviam acostumado com o antigo controle de tonalidade (só-grave ou só-agudo), que ela deixava todo voltado para o grave. Adorava aquele som “abafado”, achava lindo. “Aconchegante”, dizia ela...

Essa primeira audição da alta fidelidade foi inesquecível para todos nós. Seguimos colocando os discos das duas orquestras e outros mais, durante o resto do dia. Sorriamos, um para o outro, ao constatarmos que pela primeira vez ouvíamos notas agudas e graves separadamente, dando um realce e uma realidade à música que nunca se havia escutado antes.

Foi uma pena que nessa estreia o som não tenha sido totalmente curtido pela nossa mãe. Se bem que, pouco a pouco, ela foi se habituando e passou a gostar muito.

Nossa eletrola de alta fidelidade funcionou muitos anos naquela casa, enquanto Beto voltou a morar no Rio, primeiro como estudante e depois como professor do IME.

Todo o início da bossa-nova, até a ascensão dos Beatles, nos anos 60, tiveram seus discos tocados nela, mesmo quando já estava obsoleta, quando os sons em estéreo e os CDs tomaram a liderança musical.

Até, na verdade, o falecimento de minha mãe Marly e do meu pai Salvador. ■







# TELEMEDICINA E COVID-19

Leonardo Vasconcelos\*

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a telemedicina caracteriza-se pela prestação de serviços de saúde – na qual a distância entre o profissional e o paciente representa um fator crítico – por meio do emprego de tecnologias da informação e comunicação para o intercâmbio de informações válidas para diagnóstico, tratamento e prevenção de doenças e lesões, pesquisa e avaliação e para a educação continuada dos profissionais de saúde, cujo objetivo é a promoção da saúde dos indivíduos e suas comunidades.<sup>[1]</sup>

## Normas que regulamentam a realização da telemedicina no Brasil

**S** em grandes divagações sobre o histórico ou normas específicas aplicadas, exclusivamente, a algumas especialidades como a telerradiologia<sup>[2]</sup>, a telemedicina possui fundamento normativo na Resolução nº 1.643, de 26.8.2002, do Conselho Federal de Medicina (CFM), e no art. 37, parágrafo único do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217, de 01.11.2018). Nos termos da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, compete ao CFM a normatização – em nível infralegal – sobre o exercício da atividade médica em todo o país.

Em 6 de fevereiro de 2019, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Resolução CFM nº 2.227/2018, que definia e disciplinava a telemedicina como forma de prestação de serviços médicos mediados por tecnologias, inclusive fixando parâmetros normativos para a elaboração de sistemas e para a troca de informações. Tal norma explorava os detalhes práticos para o exercício da telemedicina e os aspectos essenciais sobre a proteção dos dados nessa atividade.

Sem embargo, aproximadamente um mês após a

sua edição, foi publicada no DOU a Resolução CFM nº 2.228/2019 que revogou o ato normativo anterior, realizando expressamente a reconstituição da Resolução CFM nº 1.643/2002, passando esta a ser novamente o fundamento normativo de validade da telemedicina, embora de maneira mais comedida que a Resolução CFM nº 2.227/2018.

## O que o Governo Federal tem feito perante a grave crise social causada pelo coronavírus (COVID-19)?

O cenário de pandemia e de recolhimento domiciliar gerado pelo coronavírus desconstruiu a necessária relação presencial médico-paciente, fazendo com que o Governo Federal se movimentasse para viabilizar regulamentação episódica e excepcional da telemedicina.

A telemedicina funciona, portanto, como primordial ferramenta de acesso a pacientes isolados geograficamente. O método inovador permite que o médico oriente e monitore pacientes a distância. No atual cenário, esse expediente adquire especial relevância em casos nos quais os pacientes tenham comorbidades ou idade avançada, já que ficam livres de exposição ao vírus



quando do deslocamento até o consultório médico.

Neste diapasão, dando concretude ao art. 196 da Constituição da República Federativa do Brasil, houve a edição da Lei nº 13.979, de 06.02.2020, e o Ministério da Saúde publicou as Portarias nº 188, 356, 454 e 467, todas de 2020.

Em resumo, tais atos declaram “Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional”, tendo em vista o estado de transmissão comunitária do coronavírus, e tratam de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Covid-19, entre elas a telemedicina.

O Conselho Federal de Medicina, com respaldo da Sociedade Brasileira de Infectologia<sup>[3]</sup>, trilhou o mesmo caminho, posicionando-se favoravelmente à realização da telemedicina, por meio do OFÍCIO CFM Nº 1756/2020 – COJUR.

Por fim, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 696/2020 que, em conjunto com a Lei 13.979/2020, autoriza o exercício da medicina mediado por tecnologias, para fins de assistência, prevenção de doenças e lesões, pesquisa e promoção da saúde, durante a crise causada pelo coronavírus.

De forma bastante sucinta, tal quadro normativo complementa a Resolução CFM nº 1.643/2002, determinando que todas as consultas deverão ser obrigatoriamente registradas em prontuário clínico com indicação de data, hora, tecnologia da informação e comunicação utilizadas, além do número do Conselho Regional de Medicina (CRM). Autoriza ainda a emissão de atestados e receitas assinados eletronicamente.

### **A ausência de regulamentação técnica sobre a telemedicina pode permitir a violação de dados pessoais sensíveis?**

Apesar do cenário de incertezas jurídicas quanto à tutela dos dados sensíveis da saúde, a telemedicina é instrumento indispensável para viabilizar, neste momento, em especial: teleorientação, telemonitoramento e teleinterconsulta, sendo contributo de grande valia na defesa tanto de pacientes, quanto dos profissionais de saúde, sendo este entendimento corroborado pela Sociedade Brasileira de Informática em Saúde (SBIS), na nota de esclarecimento publicada no dia 13.3.2020<sup>[4]</sup>. A nota citada traz definições e finalidades, quais sejam:



• teleorientação: para que profissionais da medicina realizem, a distância, a orientação e o encaminhamento de pacientes em isolamento;

• telemonitoramento: ato realizado sob orientação e supervisão médica para monitoramento ou vigência a distância de parâmetros de saúde e/ou doença; e

• teleinterconsulta: exclusivamente para troca de informações e opiniões entre médicos, para auxílio diagnóstico ou terapêutico.

O atendimento deverá ser feito por meio de tecnologia da informação e comunicação que garanta a integridade, segurança e o sigilo das informações, nos termos da Portaria nº 467, de 20 de março de 2020.

O ideal é que a plataforma de telemedicina seja protegida por diversos protocolos de segurança, como criptografia e senhas, como forma de proteger os dados e informações dos agentes envolvidos.

O atendimento deve ser registrado em prontuário clínico, que deverá conter:

**I** – dados clínicos necessários para a boa condução do caso, sendo preenchido em cada contato com o paciente;

**II** – data, hora, tecnologia da informação e comunicação utilizada para o atendimento; e

**III** – número do Conselho Regional Profissional e sua unidade da Federação.

Neste aspecto, seria interessante a utilização do “PEP” – prontuário eletrônico do paciente, previsto na Lei nº 13.787/2018.

É possível a emissão de receitas e atestados médicos por meio de uma das formas a seguir:

**I** – uso de assinatura eletrônica, por meio de certificados e chaves emitidos pela ICP-Brasil;

**II** – uso de dados associados à assinatura do médico; e

**III** – atendimento dos seguintes requisitos:

**a)** identificação do médico;

**b)** associação ou anexo de dados em formato eletrônico pelo médico; e

**c)** ser admitida pelas partes como válida ou aceita pela pessoa a quem for oposto o documento.

É recomendável que realizem o atendimento com conexões em redes seguras. Evitem redes de *wi-fi* abertas, pois as informações da consulta, além de confidenciais, exigem proteção especial, por serem dados pessoais sensíveis dos pacientes.

Portanto, cabe aos agentes envolvidos na telemedicina o cuidado com a guarda dos dados envolvidos, utilizando apenas aqueles necessários ao diagnóstico

do paciente, armazenando de maneira adequada, devidamente anonimizados, sendo eliminados os prontuários dos pacientes no prazo mínimo de vinte anos, nos termos do artigo 6º, da Lei nº 13.787/2018, como forma de tutelar a privacidade dos pacientes.

Apesar de não ter entrado em vigor a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), tais recomendações encontram respaldo no artigo 21 do Código Civil c/c artigo 5º, incisos X e XII, da Constituição da República Federativa do Brasil.

## A necessária adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

Com efeito, a partir da entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados, em agosto de 2020, todas as empresas – em especial: clínicas, consultórios e hospitais, deverão adequar-se aos seus termos.

A adequação às regras sobre tratamento de dados pessoais não se restringe aos dados constantes de banco de dados virtual, abrangendo dados colhidos manualmente, inclusive. Nesse contexto, o tratamento de dados – que se inicia na coleta e termina na eliminação – deve respeitar os ditames da legislação específica.

As clínicas, hospitais e consultórios, de regra, deverão realizar relatório de impacto à proteção de dados pessoais e, necessariamente, nomearão encarregados para fiscalizar o adequado tratamento dos dados pessoais – inclusive aqueles definidos como sensíveis – dos seus pacientes.

É de se ressaltar que as multas previstas – em cenários de não conformidade aos termos da Lei nº 13.709/2018 – podem alcançar 2% do faturamento da empresa por ato violador, com o limite de 50 (cinquenta) milhões de reais, resalto, por cada infração. ■

### REFERÊNCIAS:

[1] [https://www.who.int/goe/publications/goe\\_telemedicine\\_2010.pdf](https://www.who.int/goe/publications/goe_telemedicine_2010.pdf).

[2] [http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2014/2107\\_2014.pdf](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2014/2107_2014.pdf)

[3] <https://www.infectologia.org.br/admin/zcloud/principal/2020/03/Informativo-CoV-12-03-2020.pdf>

[4] [http://www.sbis.org.br/images/Nota\\_de\\_Posicionamento\\_Covid-19.pdf](http://www.sbis.org.br/images/Nota_de_Posicionamento_Covid-19.pdf)

\* Advogado, doutorando em Direito Médico.



# OUTRA FORMA DE EFEITO MANADA: sobre decisões em grupo

**CMG (RM1) Newton Rodrigues Lima**

**V**ocê mantém ou muda a sua decisão quando está em grupo?

O que os líderes de reuniões precisam fazer para evitar a tendência de os participantes votarem em bando, levando a decisões incorretas?

Reuniões são muito importantes para a gestão de grupos (famílias, associações, equipes esportivas, conselhos, diretoria, projetos, gestores em organizações).

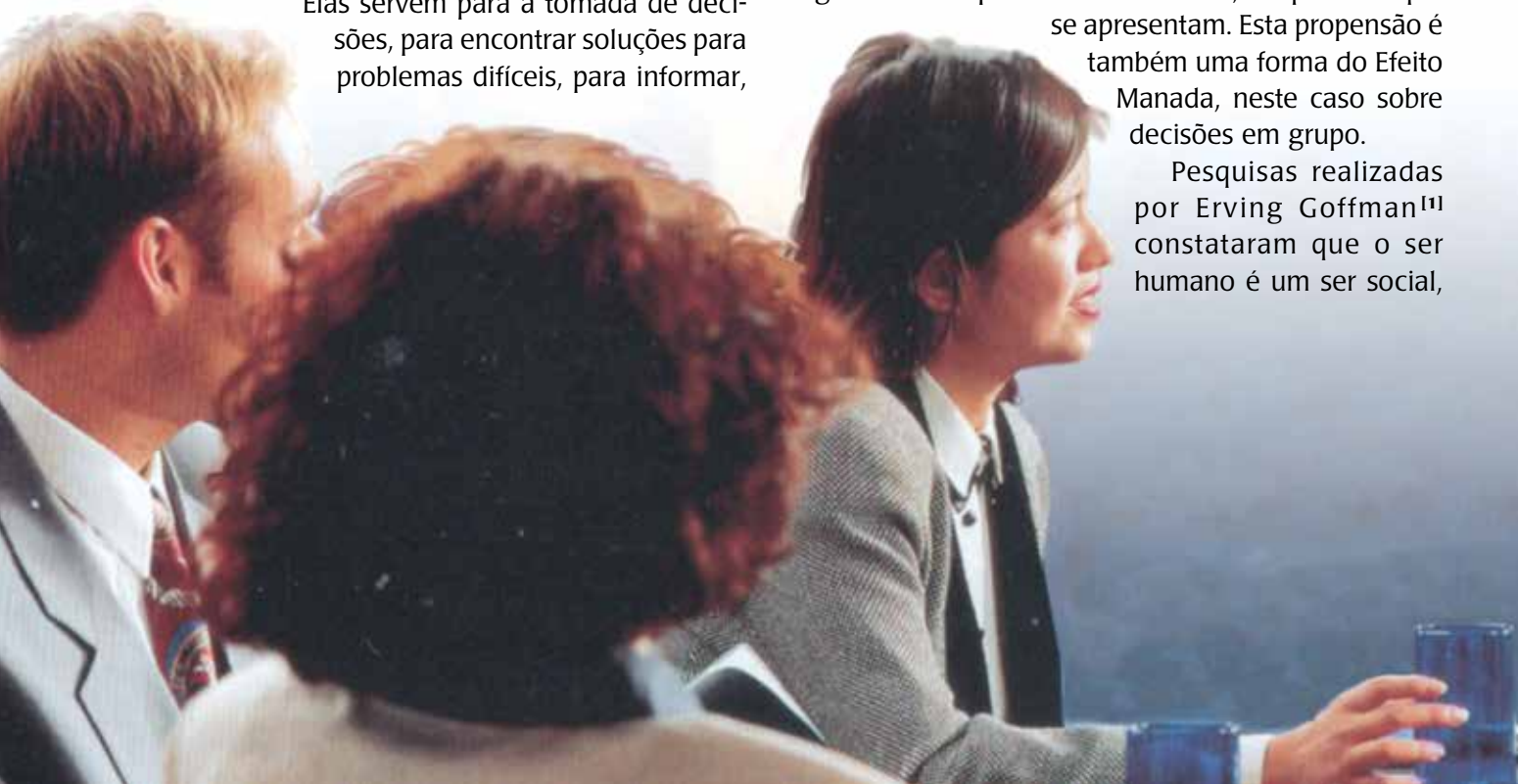
Elas servem para a tomada de decisões, para encontrar soluções para problemas difíceis, para informar,

para planejar, para celebrar, entre outros.

Entretanto, em diversas situações, é comum verificarmos muito tempo e energia gastos pelos participantes em reuniões inúteis, que implicam elevado nível de insatisfação e, no caso das organizações, custos desnecessários.

Este artigo não pretende tratar das reuniões improdutivas, mas sim de outro problema que acontece frequentemente: a tendência de os participantes minimizarem conflitos e chegarem a um consenso, sem avaliarem suficientemente (fazendo uso do raciocínio lógico e com a profundidade correta) as questões que se apresentam. Esta propensão é também uma forma do Efeito Manada, neste caso sobre decisões em grupo.

Pesquisas realizadas por Erving Goffman<sup>[1]</sup> constataram que o ser humano é um ser social,





levado a representar um papel em cada grupo a que pertence. É comum as pessoas adotarem posturas em sintonia com o grupo só para evitar causar problemas para elas ou para o próprio grupo. Assim, na vontade de se manterem no grupo e se protegerem, as pessoas acabam por demonstrar compromisso com alguma decisão ou ideia, sem se posicionarem em contrário, mesmo que inicialmente discordem.

Este fenômeno foi chamado, por Irving L. Janis, de Pensamento de Grupo (*Groupthink*)<sup>[2][3]</sup>. Os participantes tornam-se mais preocupados em manter a harmonia do grupo do que realmente analisarem os problemas com maior profundidade para tomarem melhores decisões.

No caso empresarial, sob a pretensão de agilizarem o processo, de evitarem que a falha na preparação para a reunião, ou a sua própria falta de capacidade, sejam expostas, ou mesmo de serem estereotipados, ridicularizados ou excluídos, executivos simplesmente se calam, se autocensuram e consentem.

Esse comportamento geral leva ao falso sentimento de que decisões foram aprovadas por todos, e as consequências podem ser desastrosas.

O que os líderes podem fazer para corrigir esse problema?

- Alertar os participantes sobre essa tendência e ficar atento para interferir, se notar indícios de que as decisões possam estar sendo tomadas em bando.

- Verificar cuidadosamente os problemas previstos para serem discutidos na reunião, e se preparar para avaliar as decisões, com base em critérios apropriados.

- Designar componentes do grupo para se aprofundarem em problemas especificados previamente e apresentarem suas análises e recomendações durante as reuniões.

- Formar pequenos grupos de trabalho, com a participação de pessoas de fora da equipe, para aprofundarem o assunto e, com isso, obterem

opiniões imparciais, para levar para a reunião.

- Incentivar e exigir uma preparação melhor dos participantes e interação nas discussões.

- Manterem-se neutros quando os problemas forem apresentados, deixando que os participantes interajam e exponham suas avaliações.

- Convidar alguém de fora para atuar como moderador das discussões, ou como mentor, provocando ideias, conduzindo o processo decisório, contribuindo com sua experiência e conhecimento.

- Estimular a participação de todos, sinalizando que críticas e posições contrárias são bem vindas; entre outras.

Em geral, na busca por aceitação, os seres humanos se comportam de maneira diferente em grupos, do que individualmente.

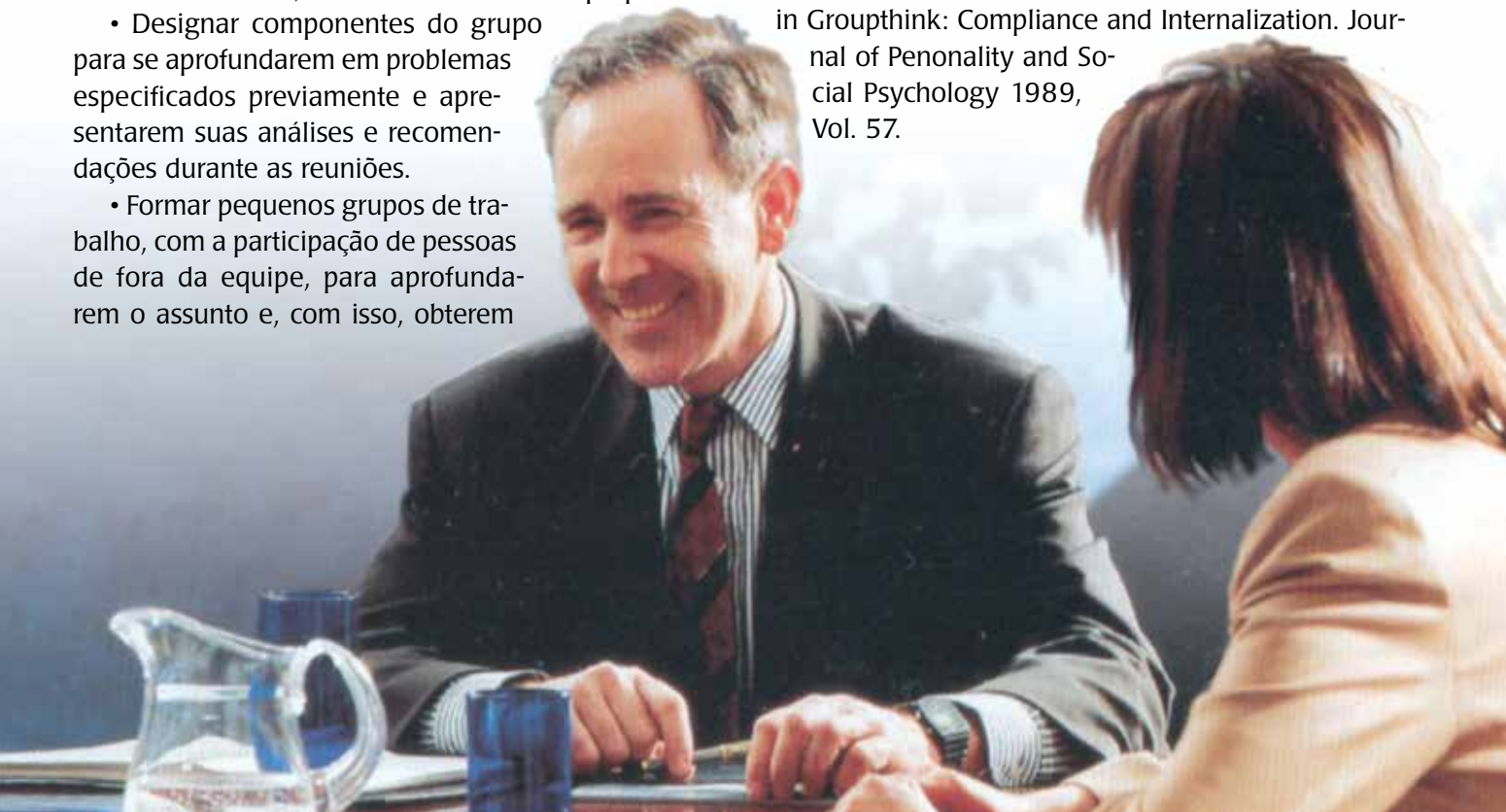
É comum encontrarmos líderes que relutam em enxergar problemas em seu time. Se o líder deseja aproveitar ao máximo a capacidade e experiência dos membros da equipe, precisa estar ciente desse possível viés e tomar providências para que o processo decisório seja mais racional, menos tendencioso e, consequentemente, mais eficaz. ■

## Notas:

[1] Goffman, Erving. Representação do eu na vida cotidiana. Editora Vozes. 2014.

[2] Janis, Irving L. Groupthink: Psychological Studies of Policy Decisions and Fiascos 2nd Edition. 1982.

[3] McCauley, Clarck. The Nature of Social Influence in Groupthink: Compliance and Internalization. Journal of Personality and Social Psychology 1989, Vol. 57.





# OBELISCOS

CMG (Ref-FN) Jaime Florencio de Assis Filho

Raramente residentes de grandes cidades prestigiam os monumentos e atrativos locais sob o pretexto de que “a qualquer momento eu irei até eles, afinal estão à minha disposição”. Conheço vários cariocas que nunca subiram ao Corcovado ou ao Pão de Açúcar. Todavia, ao visitarem outras localidades, a percepção é outra e tudo passa a ser novidade.

Considerando o Centro da cidade do Rio de Janeiro, se nos posicionarmos no cruzamento das Avenidas Almirante Barroso e Rio Branco, com a frente voltada para a Praça XV de Novembro, vislumbraremos ao fundo um obelisco, localizado em uma desconhecida praça, adjacente aos prédios da Justiça Federal do Estado.

Se olharmos à direita, visualizaremos outro ao final da avenida. Ambos estão ali há décadas, mas ninguém os enxerga. São monumentos construídos para celebrar ou marcar fatos importantes da História brasileira. Porém, se fôssemos turistas nesta cidade, é possível que tivéssemos a curiosidade de conhecê-los, pois nessa condição, não resistimos a umas *selfies*.

Intencionalmente, eu os citei porque obras de arte desse naipe existem em profusão espalhadas pelo mundo, várias delas servindo de pano de fundo para cartões postais, hoje em dia tão pouco usados para correspondências durante viagens.

Não que seja uma unanimidade, contudo, quando falamos em obeliscos, a primeira ideia ou local que nos vem à mente é o Egito da época dos faraós.

Tive a oportunidade de conhecer *in loco*, próximo à barragem de Assuã, no médio Nilo, uma região onde eles foram construídos. Trata-se de uma pedreira granítica abandonada, onde se pode ver, atualmente, um exemplar dessa arte milenar, que apresentou



Foto do autor

**Obelisco inacabado em Assuã**

fissuras na fase de construção. É conhecido como “O obelisco inacabado”. Naqueles tempos eram construídos a partir de um só bloco de pedra chamado de monolito.

No entanto, não é preciso ir tão longe para vê-los. Citei apenas dois exemplos no Rio de Janeiro. No Brasil, existem vários bem famosos, como o do Parque do Ibirapuera, em

São Paulo. Outros, também interessantes, localizam-se no exterior e são objetos de admiração.

Neste artigo pretendo apresentar um breve histórico de alguns desses monumentos localizados no Brasil e no exterior.

## HISTÓRICO

A palavra obelisco origina-se do grego “*obeliskos*” cujo significado é “pilar” ou “espeto”. Segundo fontes de pesquisa, os antigos egípcios utilizavam-no não só como símbolo de adoração à Rá, o deus do sol da sua mitologia, mas, também, como objeto de proteção e defesa. Nesse último aspecto, acreditavam que eles ajudavam a dispersar as energias negativas formadas sobre suas cidades.

De seção reta quadrangular alongada, afunilando-se na sua parte mais alta tem, em sua maioria, uma pirâmide no topo, onde os egípcios, particularmente, colocavam uma liga de ouro e prata, reluzente às primeiras horas do dia. Normalmente, eram colocados



aos pares nas entradas dos templos, segundo me foi relatado, em 2009, por um guia turístico do Cairo.

Os mais antigos, estima-se que tenham, no mínimo, quatro mil anos. Outros foram construídos e empregados, posteriormente, como símbolos religiosos, sem distinção de crença.

Quando o Egito se tornou uma província romana (30 a.C.) vários de seus imperadores deram ordens para levar à cidade de Roma dezenas de obeliscos para adorná-la.

Na Igreja Católica têm-se notícias de largo emprego no tempo de Constantino, primeiro imperador romano cristão. Todavia, com a queda de Roma e os consequentes saques lá ocorridos, muitos deles foram derrubados e até destruídos. Hoje, o mais famoso situa-se na Cidade-Estado do Vaticano, em frente à Basílica de São Pedro.

## NO BRASIL

A maioria localiza-se em praças públicas ou parques, construídos com o propósito de celebrar eventos de nossa História. São dezenas deles espalhados em vários estados do país.

### Na Avenida Rio Branco, cidade do Rio de Janeiro

Situado ao final desta avenida (antiga Avenida Central), foi construído para comemorar a inauguração desse logradouro, como parte das obras de restauração da cidade na gestão do prefeito Pereira Passos. Na época, ficava a poucos metros da então praia de Santa Luzia. Entretanto, devido aos aterramentos que se fizeram nas suas proximidades ao longo dos anos, passou a ser ponto de passagem para quem se desloca para o Aterro do Flamengo, a partir da Avenida Presidente Wilson.

Foi doado à cidade por Antônio Januzzi, construtor de vários edifícios da então Avenida Central. Inaugurado em 1906, tem 15m de altura e 20t de pedras retiradas do Morro da Viúva.



**Obelisco da Avenida Rio Branco - na revolução de 1930**

Em 1930, tornou-se um marco histórico da Revolução de 3 de outubro, ocasião em que Getúlio Vargas assumiu o poder. Os gaúchos liderados pelo General Flores da Cunha cumpriram suas promessas e amarraram seus cavalos no obelisco, na época um símbolo da Capital Federal.

### Em homenagem ao Barão do Rio Branco

Localizado na Praça do Expedicionário, na Avenida Antônio Carlos – Rio de Janeiro, em frente ao início da Avenida Almirante Barroso, foi inaugurado em setembro de 1943. Trata-se de uma homenagem ao Barão do Rio Branco, projetado por Felix Charpentier, que depois de sua morte, foi reformado por outros artistas, ostentando em sua frente, uma estátua em bronze do Barão, cópia do original em mármore, localizado no Palácio do Itamaraty, também no Rio de Janeiro.

Em duas laterais do obelisco existe um alto-relevo, em bronze, representando dois momentos da gloriosa participação do Barão do Rio Branco na História do Brasil: o Laudo de Berna – de 1º de dezembro de 1900, arbitrado pelo governo suíço sobre os limites com a Guiana Francesa; e o Laudo de Washington – de 5 de fevereiro de 1895, arbitrado pelo governo dos Estados Unidos da América, acerca das Missões no Rio Grande do Sul.



Foto do autor

**Homenagem ao Barão do Rio Branco na Praça do Expedicionário**

## No Ibirapuera, cidade de São Paulo

Também conhecido como Obelisco aos Heróis de 32, é um dos mais famosos do Brasil. Símbolo da Revolução Constitucionalista de 1932, serve de mausoléu para quatro estudantes mortos por tropas federais do regime de Getúlio Vargas e 713 ex-combatentes. O projeto é creditado ao escultor italo-brasileiro Galileo Ugo Emendabili.

Sua construção teve início em 1947, mas só foi concluído em 1970. Todavia, teve a sua inauguração em 9 de julho de 1955. É o maior monumento da cidade. Com 72m de altura, construído em mármore travertino <sup>(1)</sup>, localiza-se no Parque do Ibirapuera, na capital paulista. Em seu interior encontram-se 800 urnas funerárias, três capelas, além de painéis com pastilhas de mosaico veneziano, que retratam o nascimento, o sacrifício e a ressurreição de Jesus Cristo.

## Em Petrópolis, no Rio de Janeiro

Portentoso e imponente, esse monumento encontra-se no Centro Histórico da cidade de Petrópolis, na perpendicular da Rua da Imperatriz com a do Imperador, a 100 metros do Museu Imperial. Inaugurado em 29 de setembro de 1957, marca o centenário da cidade e comemora o início da imigração alemã, em 1837.

Sua construção foi possível graças ao patrocínio dos Srs. Elliy Allain Rodrigues e Glasl Veiga. É totalmente feito de pedra e tem 20m de altura. Na sua base encontram-se placas de bronze, uma delas com o emblema de D. Pedro II.

Em 2012, foi restaurado devido ao fato de a ponta do obelisco, com mais de 300Kg, ter sido derrubada pela empresa responsável pela decoração natalina durante o desmanche dos enfeites.

## NO EXTERIOR

### Em Buenos Aires, Argentina

Quem já teve a oportunidade de visitar a capital argentina, seguramente deve ter visto o imponente monumento arquitetônico localizado na interseção das Avenidas 9 de Julho e Corrientes, o chamado *El Obelisco*.



Parque do Ibirapuera

Com seus 67m de altura e uma base de 49m<sup>2</sup>, foi construído em 1936, para comemorar o quarto centenário de fundação da cidade. No local onde foi erguido havia uma igreja dedicada a São Nicolau de Mira, onde, em 1812, foi hasteada oficialmente, pela primeira vez, a bandeira argentina.

A construção desse monumento, projetado por Alberto Prebisch, durou apenas 36 dias, um recorde para a época, quando foi empregado, por uma empresa alemã, o cimento INCOR de endurecimento.

Na fachada deste obelisco encontra-se a seguinte inscrição: *En el IV Centenario de la fundación de la ciudad por Don Pedro de Mendoza. II de febrero de MDXXXVI.*

## Homenagem a George Washington

É a mais alta estrutura da capital norte-americana que, ao final da sua construção, era a mais alta do mundo. Com seus 167,5m de altura, fica localizada no *Constitution Gardens*, em Washington D.C., representando a gratidão dos norte-americanos aos serviços prestados pelo comandante do Exército Continental, George Washington, durante as lutas de independência americana, que se tornou, mais tarde, o primeiro presidente dos Estados Unidos da América.

O monumento levou 37 anos para ser construído (1848-1884), tendo sido inaugurado em 21 de fevereiro de 1885. Nesse período, as obras foram interrompidas em razão do



Obelisco em Petrópolis





### Homenagem a George Washington

direcionamento de recursos para a Guerra Civil dos Estados Unidos da América.

Nele foram empregados mármore, granito e arenito. O projeto original, em estilo egípcio, é do arquiteto Robert Mills, mas foi completado por Thomas Casey, do Corpo de Engenheiros do Exército norte-americano, sendo bastante modificado até a sua conclusão.

### El Obelisco, em Buenos Aires

Foto do autor



### No Vaticano

Roma contempla, atualmente, uma quantidade de obeliscos maior do que qualquer cidade da Terra, superior, inclusive, aos da terra dos Faraós. O do Vaticano, remanescente do Império Romano, está localizado no centro da praça em frente à Basílica de São Pedro, sendo, às vezes, chamado

de obelisco de Calígula.

Na sua construção foi empregado um granito de cor avermelhada procedente da região de Assuã, no Egito. Foi transportado de Alexandria para o Vaticano por ordem de Calígula (37 d.C.), para decorar a “espinha” <sup>(2)</sup> do Circo de Calígula ou de Nero, onde, mais tarde, seria martirizado o apóstolo São Pedro.

Com 40m de altura, tem no seu topo uma cruz, lá colocada por ordem do Papa Sisto V (século XVI). Segundo referências, é constituída, em parte, por um pedaço original da cruz de Jesus Cristo. Algumas lendas propagam que, originalmente, existia no seu topo um globo metálico com as cinzas de Júlio Cesar. No entanto, quando da colocação da cruz acima citada, percebeu-se que o globo estava vazio.

## Em Paris, França

Localizado na Praça da Concórdia, onde o rei Luiz XVI e sua esposa Maria Antonieta foram guilhotinados, como consequência da Revolução Francesa, em 1789, fazia dupla, na época do faraó Ramses II, com outro obelisco na entrada do imponente templo de Luxor, no Egito.

Com 23m de altura e 230t, construído a partir de granito rosa da região de Assuã, estima-se que tenha mais de 3.000 anos de existência. Foi cedido à França pelo vice-rei do Egito Mehmet Ali, na condição de governador do Império Otomano, em 1829. O monumento chegou àquele país em 1833 e foi inaugurado três anos mais tarde, em dezembro de 1836, com a presença do rei da França Luis Felipe I.

Ainda como resultado da visita ao Egito, anteriormente citada, foi-nos dito que, em realidade, o Egito o trocou por um enorme relógio de quatro faces, hoje totalmente sem uso por conta de defeitos, montado no interior da Cidadela, complexo arquitetônico onde fica a Mesquita de Muhammad Ali, no Cairo. Tal negociação, até hoje, é profundamente lamentada pelos egípcios.

## Em Lisboa, Portugal

A Praça dos Restauradores, no bairro do Rossio em Lisboa, é ponto de parada e de atração de milhares de turistas, diariamente. Ela tem no seu centro um obelisco de 30m de altura, que retrata as batalhas da Guerra da Restauração e o fim do jugo espanhol sobre os portugueses, em 1640.

O monumento foi inaugurado em 28 de abril de 1866, no reinado de

D. Luis I. O projeto é de Antonio Tomás da Fonseca e de dois outros artistas portugueses. Nos seus lados norte e sul existem duas estátuas alegóricas que representam, respectivamente, os gênios da Vitória e da Independência.

Nas comemorações dos 270 anos da Restauração, ao lado do obelisco foi hasteada, em 1º de dezembro de 1910, a nova bandeira de Portugal alusiva à data de implantação da República Portuguesa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este artigo, ressalto a importância de, para um melhor conhecimento de nossa história e também de outros povos, identificar os motivos que

### *Praça da Concórdia, em Paris*

Foto do autor







Foto do autor

**Monumento aos Restauradores, em Lisboa**

levaram governantes a inaugurar monumentos em logradouros e praças. Seguramente, eles trazem no seu bojo momentos relevantes da vida do país. A vida agitada nas grandes cidades muitas vezes inibe a curiosidade das pessoas quanto a esse fato, mas é muito importante que se persiga esse objetivo.

Aos mais curiosos pelo tema deste artigo que quiserem pesquisar entre tantos outros mais, cito os obeliscos: do Elefante, na Piazza della Minerva, e dos Grandes Continentes, na Piazza Navona, ambos em Roma; o da Praça Sete de Setembro, em Belo Horizonte; o da Praia da Memória (Matosinhos), local de desembarque de Pedro I e tropas para recuperar o trono usurpado, e do Parque Eduardo VII (Lisboa), em Portugal; o de Teodósio, em Istambul; o Monumento a Wellington, em Dublin; e o D. João VI, na Bahia. ■

## Notas

(1) Travertino é uma rocha calcária.

(2) Espinha era uma estrutura localizada nos circos romanos, normalmente de formato ovalado, dividindo-os em duas partes. Neles eram colocados elementos decorativos, sendo um deles o obelisco.

## Referências

● Obelisco, disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Obelisco>. Acesso em: 10 de março de 2020.

● Significado de Obelisco, disponível em: <https://www.significados.com.br/obelisco/>. Acesso em: 18 de março de 2020.

● Laudo Arbitral de 1895 – Brasil / Argentina, disponível em: <http://info.lncc.br/att1895.html>. Acesso em: 13 de abril de 2020.

● Laudo Arbitral de 1900 – Brasil / França, disponível em: <http://info.lncc.br/gtt1900.html>. Acesso em: 13 de abril de 2020.

● Monumento a Washington, disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Monumento\\_a\\_Washington](https://pt.wikipedia.org/wiki/Monumento_a_Washington). Acesso em: 6 de abril de 2020.

● Washington Monument, disponível em: <https://www.nps.gov/wamo/learn/historyculture/monumentconstruction.htm>. Acesso em: 6 de abril de 2020.





# ALGUMAS REFLEXÕES EM TEMPO DE QUARENTENA

**CF (Ref) Gilberto Rodrigues Machado**

**E**aconteceu em clima de perplexidade. Não foi por nossa vontade! Um vírus, extremamente contagioso, chegou ao Brasil. Já tinha atingido, no seu começo de vida, cidadãos da China e, por conta das viagens intercontinentais de pessoas a trabalho, em estudo ou fazendo turismo, propagou-se a doença de forma assustadora, transformando-se em pandemia. E, assim, estamos em “quarentena”, o que

não significa ficarmos presos em casa por quarenta dias. E ninguém sabe em quanto tempo ficaremos livres dela.

Escrevo estas reflexões, no calor da hora, sob o impacto deste evento, pelo qual nunca tinha imaginado ter de passar. E, assim, coloco-me como observador dos acontecimentos para poder avaliar melhor a situação. Valho-me, apenas, da simplicidade de raciocínio e sensibilidade que, por natureza, habita o nosso interior. Tenho por propósito aproveitar a oportunidade e o tempo livre para exercitar a capacidade de criticar as nossas atitudes. Embora severas, as medidas de distanciamento e isolamento social são necessárias para







nos fazer enxergar aquilo que, em época de aparente calma, passa despercebido e também para nos tornar mais atentos a aspectos da realidade aos quais não temos dado a devida atenção.

Para aqueles que me leem, não é intenção afirmar que se trata de obra do acaso a disseminação desse vírus, que agora atinge os habitantes de nossa terra. Como sempre, a responsabilidade fica restrita à ação humana. É assim que as doenças surgem e se propa-

gam, causando, como neste momento, sofrimento e morte à parcela considerável da população brasileira.

E, como não bastasse a gravidade da situação, alguns cidadãos não colaboram, ao agir de forma irresponsável, não cumprindo as recomendações médicas para ficarem em suas residências. E, por isso, a doença está a atingir valores elevados de contaminação, pondo em risco a capacidade dos hospitais de acolherem os pacientes mais graves.





tanto, ao longo do tempo vêm fazendo relevantes investimentos em armas de guerra, para aplicá-las na dissuasão, contra hipotéticos adversários, em um cenário de conflito de amplitude global. Acumulam em seus arsenais engenhos de destruição em massa. Com isto, criam clima propício para a conhecida “corrida armamentista”, a drenar preciosos recursos financeiros. Estes poderiam ser usados para saciar a fome em países miseráveis, onde a pobreza é extrema! Ali, as doenças são a rotina de suas populações, sobretudo nestes tempos de calamidade criada pela COVID-19.

Veja, por exemplo, o aumento das tensões entre Estados

É evidente que seria impossível que toda a população ficasse em casa, tendo em vista que necessitamos dos serviços essenciais a funcionar com alguma normalidade e que é preciso manter, minimamente, os postos de emprego, com a necessária segurança, para evitar o aumento de casos de contaminação. A propósito, devemos ressaltar a heroica participação de médicos, enfermeiros e agentes de saúde, sem esquecer os funcionários da limpeza urbana, efetivos das Forças Armadas nacionais, entre outros devotados voluntários, que vêm se desdobrando, arriscando-se para salvar vidas e tratar dos doentes.

Enquanto isto, em nosso País, alguns políticos inescrupulosos e oportunistas procuram tirar proveito da situação. Eles que, até então, pouco ou nada fizeram para destinar recursos financeiros para o setor da saúde, em si já sem condições de atender com dignidade a população no seu cotidiano tão sofrido. Agora, tentam mostrar eficiência nas decisões que estão a tomar, não por compaixão pelas vítimas da COVID-19, mas de olho na manutenção do seu cargo público, num futuro que acham não muito distante, em face do escrutínio a que serão submetidos por parte da população, nas eleições que um dia virão.

Com relação às grandes potências, percebemos atitudes praticadas por alguns de seus líderes não condizentes com a situação atual. Movidos por interesses políticos, inflados pela vaidade e sedentos de poder, buscam acumular, a qualquer preço, riquezas para que seus países alcancem a hegemonia internacional. Para

Unidos e Rússia, a envolver o uso de armas nucleares, num suposto confronto. Era só o que faltava! Em plena pandemia, quando já ultrapassamos a marca mundial de 235 mil mortes (dados referentes ao dia 1/5/2020), devido à doença. É o egoísmo que sobressai. Isto mostra, com toda a clareza, o despreço pela vida humana!

O Papa Francisco, a propósito, fez veemente condenação, a respeito dos gastos com armas que matam, ao invés de redirecioná-los para manter e salvar vidas! E, para além deste momento de desastre para a humanidade, no qual pontificam interesses inconfessáveis, inexistente a preocupação com o que poderá acontecer no futuro, de maneira especial, às gerações que se seguirem à nossa, tanto em nível individual, como no coletivo. É a percepção de que, aos poucos, o ser humano vai ficando insensível frente aos graves problemas que vêm afetando a população que habita este belo planeta.

Concluimos estas reflexões com a esperança de que, apesar de tanto sofrimento que a COVID-19 tem causado com vidas diariamente ceifadas, este seja o momento oportuno para que a parcela pensante e civilizada da humanidade abandone a visão retrógrada do individualismo. A verdade é que ninguém ficará impune diante desta e de outras tragédias que poderão acontecer se não houver solidariedade, valor precioso que caracteriza a irmandade entre os povos! Ainda que sejamos originários de diferentes etnias, somos todos, em última instância, seres humanos! ■



# A MARINHA NO COMBATE AO CORONAVIRUS



Campanhas de doação de sangue:  
PB, PR.



Distribuição de alimentos à população:  
AP, RJ.



Inspeções navais e campanhas de  
conscientização de prevenção à Covid-19:  
AL, AM, CE, MG, PA, PI, PR, RN, SP.



Distribuição de kits de alimentação para alunos  
atendidos pelo Profesp: AM, ES, PA, RN, RS.



Ações de desinfecção e descontaminação:  
AM, BA, PA, PB, RJ, RN, RS, SP.



Atendimento à saúde:  
RJ, RN.



Capacitações operacionais e em defesa nuclear,  
biológica, química e radiológica: BA, RJ.



Atividades de assistência social:  
AM, RJ.



Fabricação de máscaras, utensílios médicos e  
produtos de desinfecção: RJ.

Fonte: Centro de Comunicação Social da Marinha



de junho  
Dia Mundial dos Oceanos